UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE

AMISSÃO JORGE NHIRACÓ

ENTRE O *MPAM-PAM* E O CAJUEIRO: AS IMPLICAÇÕES DA PRODUÇÃO DE CAJU PARA O CULTIVO DE ARROZ *MPAM-PAM* COMO MODO DE VIDA DOS BIJAGÓS NA ILHA SOGÁ

Salvador, 2025

AMISSÃO JORGE NHIRACÓ

ENTRE O *MPAM-PAM* E O CAJUEIRO: AS IMPLICAÇÕES DA PRODUÇÃO DE CAJU PARA O CULTIVO DE ARROZ *MPAM-PAM* COMO MODO DE VIDA DOS BIJAGÓS NA ILHA SOGÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Território, ambiente e sociedade da Universidade Católica do Salvador (UCsal), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Território, Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profa. Drª. Cristina Maria Macêdo de Alencar

Linha de pesquisa: Sociedade, política, história e cultura em dinâmicas territoriais e ambientais.

Salvador, 2025

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Magella Agnelo

N576 Nhiracó, Amissão Jorge
Entre o Mpam-Pam e o cajueiro: as implicações da produção de caju para o cultivo de arroz Mpam-Pam como modo de vida dos Bijagós na Ilha Sogá / Amissão Jorge Nhiracó . – Salvador, 2026.
108 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade. Linha de Pesquisa: Sociedade, Política, História e Cultura em Dinâmicas Territoriais e Ambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

1. Territorialização do Capital 2. Arroz Mpam-Pam 3. Cajucultura 4. Bijagó 5. Ilha Sogá 6.Guiné-Bissau I. Alencar, Cristina Maria Macedo de – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação IV. Título.

CDU 633.18:634.573(=665.79)

AMISSÃO JORGE NHIRACÓ

ENTRE O *MPAM-PAM* E O CAJUEIRO: AS IMPLICAÇÕES DA PRODUÇÃO DE CAJU PARA O CULTIVO DE ARROZ *MPAM-PAM* COMO MODO DE VIDA DOS BIJAGÓS NA ILHA SOGÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Território, ambiente e sociedade da Universidade Católica do Salvador (UCsal), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Território, Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profa. Drª. Cristina Maria Macêdo de Alencar

TERMO DE APROVAÇÃO

AMISSÃO JORGE NHIRACÓ

“Entre o mpam-pam e o cajueiro: implicações da produção de caju para o cultivo de arroz mpam-pam como modo de vida dos Bijagós na ilha Sogá”.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre(a) em Território, Ambiente e Sociedade.

Salvador, 01 de maio de 2026.

Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
CRISTINA MARIA MACEDO DE ALENCAR
Data: 08/09/2026 21:12:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Cristina Maria Macêdo de Alencar(Orientadora - UCSAL)

gov.br Documento assinado digitalmente
AMILCAR BAIARDI
Data: 15/10/2026 12:24:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Amilcar Baiardi (Examinador Interno – UCSAL)

gov.br Documento assinado digitalmente
PEDRO ACOSTA LEYVA
Data: 10/09/2026 10:56:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Pedro Acosta Leyva (Examinador Externo - UNILAB)

RESUMO

Esta dissertação analisa as transformações agrárias ocorridas na Ilha Sogá, no Arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau), entre 1980 e 2024, com foco na substituição do cultivo tradicional de arroz *mpam-pam* pelo plantio de cajueiros voltados para a exportação. A pesquisa parte da hipótese de que esse processo reflete uma territorialização do capital agrícola, que reorganiza o espaço produtivo de forma parcial e excludente, impactando diretamente os modos de vida, saberes e práticas tradicionais da população local. Metodologicamente, adotou-se a abordagem qualitativa e interdisciplinar, fundamentada na análise diagnóstica de sistema agrários (DSA), permitindo compreender as interações entre os fatores sociais, políticas e econômicos que moldaram a transição produtiva. O estudo evidencia que, embora o arroz seja essencial para manter a vida e para identidade cultural dos Bijagós, a pressão do mercado internacional e as políticas de liberalização econômica levaram ao predomínio da cajucultura, provocando a dependência externa e fragilidade das práticas comunitárias. Os resultados apontam que a produção de caju, apesar de gerar renda e inserção no mercado global, intensificou desigualdades sociais e reduziu a autonomia agrícola das famílias em Sogá. A pesquisa conclui que a territorialização do capital na Ilha Sogá não apenas transformou a economia local, mas também reconfigurou as relações sociais e culturais, colocando em risco a continuidade dos saberes tradicionais ligados ao cultivo do arroz *mpam-pm.*

Palavras-chaves: *Territorialização do Capital; Arroz mpam-pam; Cajucultura; Bijagó; Ilha Sogá; Guiné-Bissau.*

ABSTRACT

This dissertation analyzes the agrarian transformations that occurred on Sogá Island, in the Bijagós Archipelago (Guinea-Bissau), between 1980 and 2024, focusing on the replacement of tradicional mpam-pam rice cultivation with cashew tree plantationsaimed at export. The research is based on the hypothesis that this process reflets a territorialization of agricultural capital, which reorganizes the productive space ina partial and exclusionary way, directily impacting the local population's ways of life, knowledge, and tradicional practices. Methodologically, a qualitative and interdisciplinary approach was adopted, grounded in the diagnostic analysis of agrarian systems (DSA), allowing for an understanding of the interactions between social, political, and economic factors that shaped the productive transition. The study shows that, although rice is essential for sustaining life and for the cultural identity of the Bijagós, the presure of the internationalmarket and economic liberalization policies led to the predominance of cashewcultivation, causing external dependency and weakening community pratices. The results indicate that cashew production, despite generating income and integrationinto the global market, intensified social inequalites and reduced theagricultural autonomy of familes in Sogá. The research concludes that the territorialization of capital on Sogá Island not onlytransformed the local economy but also reconfigured social and cultural relations, putting at the continuity of tradicional knowledge linked to mpam-pam rice cultivation.

Keywords: *Territorialization of Capital; Mpam-pam Rice; Cashew Cultivation; Bijagó; Sogá Island; Guinea-Bissau*.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa da divisão administrativa da guiné-bissau_____16
FIGURA 2 - Localização da Ilha Sogá no arquipélago dos bijagos_____18
FIGURA 3 - Mapa da ilha Sogá com representação das aldeias_____20
FIGURA 4 - Representação política religiosa (sacerdotisas) da esticoba, Sogá_____52
FIGURA 5 – Floresta_____58
FIGURA 6- Derrubada florestal_____59
FIGURA 7 - Queima controlada_____59
FIGURA 8- Processo da monda_____60
FIGURA 9 - Arroz mpam-pam_____61
FIGURA 10 - Colheita de mpam-pam_____62
FIGURA 11- Processo de transportar o arroz para aldeia_____62
FIGURA 12 - Celeiro_____63
FIGURA 13 - Pilon e processo de debulhagem do arroz_____63
FIGURA 14 - A distância dos lugares do cultivo do arroz da morada_____66
FIGURA 15- O. Sativa e O. Glaberrima_____69
FIGURA 16,17 - Cultivo de bolanhas_____71
FIGURA 18 - Processo de recolha dos restos de vegetais_____72
FIGURA 19 - Antigas áreas de cultivo do *mpam-pam* … a 1981_____77
FIGURA 20 - Um dos primeiros cajueiros na aldeia *Eticoba*, Sogá_____80
FIGURA 21 - A estrutura e composição do caju_____82
FIGURA 22 - Expansão de cultivo do caju em Sogá_____85
FIGURA 23 - Sementes (castanhas de caju)_____88
FIGURA 24 - O processo de transformação do fruto em vinho_____91

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 distribuição dos habitantes da ilha Sogá em aldeias e por sexo_____19

TABELA 2 - Volume de produção das principais culturas agrícolas nos anos 1976 e 1980… (mil ton.)_____74

TABELA 3 - O crescimento da produção agrícola em milhares de toneladas, de 1980-1990_____74

TABELA 4 - Distribuição percentual da área ocupada pelo caju e idade dos cajueiros por região_____86

TABELA 5 - Circulação de comercialização de castanha de caju_____89

TABELA 6 - Evolução histórica do sistema agrário, de 1400 a 2024_____97

LISTA DE SIGLAS

UNILAB - Universidade da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira

INE - Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau

RGPH - Recenseamento Geral da População e Habitante

PAIGC – Partido africano da Independência Guiné-Bissau e Cabo-Verde

ONGs – Organizações Não Governamentais

UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

DW- Deutsche Welle

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Distribuição de plantação de caju por região da guiné-bissau (2011)_____86

GRÁFICO 2 - Produção de castanha de caju de 1990 a 2017_____87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

Contextualização da área do estudo 16

1 - METODOLOGÍA 23

1.1- Etapas da pesquisa 25

1.2- Fonte e bases de dados 26

2. - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 27

3. - A PRODUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO POVO SOGÁ: PRÁTICAS AGRÍCOLAS, TÉCNICAS E CULTIVO DO ARROZ (*MPAM-PAM*) 46

3.1- A relação entre a organização política e a produção agrícola 48

3.2- Habilidades e técnicas agrícolas do povo Sogá 56

3.3- Organização familiar e comunitátia na produção agrícola do mpam-pam 65

3.4- O processo de cultivo do arroz de sequeiro (*mpam-pam*) 68

4. - AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DO POVO SOGÁ COM ÊNFASE NA PRODUÇÃO DE CAJU 78

4.1- Contexto historico da comercialização da castanha de caju 78

4.2- Organização social e benefício de caju 84

5. - TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E RESISTÊNCIA CULTURAL NA ILHA SOGÁ 92

CONSIDERAÇÓES FINAIS 101

REFERENCIAS 104

INTRODUÇÃO

Esta parte inicial tem por objetivo apresentar a concepção da dissertação e expor, de forma geral, a problemática a ser discutida com a delimitação do objeto de estudo, o objetivo geral e os específicos, bem como a justificativa da relevância do estudo.

Após periodo de 1945, iniciou-se alinça politica economica entre os países da África e, a partir da decada de 1980 as mudanças sociais e econômicas fortaleceram as relações entre os países da África Ocidental integrados nas organizações (UEMOA E CEDEAO). Com a fundação destas, da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e, anos depois, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 1975, buscou-se garantir a transição da colonização para a soberania desses países, com o objetivo de tornar menos dependentes do exterior (Mancal, 2018).

Essas duas organizações passaram a desenvolver políticas focadas em investimentos diversos, promovendo o crescimento da região através da unificação das políticas econômicas e da consolidação do poder político internacional, visando reduzir as dependências externas. Para isso, o comércio internacional e a agricultura foram escolhidos como caminhos estratégicos.

Com o tempo, o processo escapou do controle ou objetivo ideológico e a estrutura econômica imprimiu a direção transformando espaços não capitalistas em espaços capitalistas, dito de outra forma, processo de territorialização do capital.

A África Ocidental é formada por 16 países, cada um com culturas e condições climáticas distintas, o que oferece grande potencial para o desenvolvimento agrícola . Porém, alguns destes países como, Burkina faso, Mali, Níger, costa do Marfim, Togo, Senegal e Guiné, sofrem uma escassez de água e alterações climáticas (ONU, 2023)[1]. No entanto, apesar da abundância de terras, a vida dos agricultores continua sendo um problema significativo, especialmente em áreas rurais, onde alguns dos agricultores pertencentes a estes países ou não, dependem diretamente da agricultura para sobreviver.

A falta de investimentos no setor agrícola agravou essa situação, dificultando a melhoria das condições de vida e o crescimento “sustentável” da região. Portanto, na década de 1980, com a liberalização econômica na África Ocidental, muitos países da região enfrentaram uma drástica diminuição na atividade agrícola (Marietti, 1996; Mancal, 2018).

Esse cenário também foi observado na Guiné-Bissau, onde houve um abandono

[1] https://news.un.org/pt/story/2023/03/1811602.

significativo do cultivo, especialmente de arroz, alimento essencial para as três refeições diárias de um guineense. Em busca de atender ao mercado externo, a população começou a se dedicar ao plantio de cajueiros. No entanto, essa mudança trouxe inúmeros desafios. Surgiram problemas no mercado, como o aumento dos preços dos produtos, condições precárias para sua aquisição e superexploração da mão-de-obra. Além disso, no setor agrícola, houve uma carência de tecnologias e de meios de produção voltados para o consumo interno. Como consequência, a população, tanto na capital como nos centros rurais enfrenta fome e passou a depender da ajuda internacional e ONGs (França, 1995; Abreu, 2012).

De acordo com Mendes (2021), apesar das tentativas ocorridas nos primeiros anos pós-independência, de realizar uma transformação estrutural, atualmente, Guiné-Bissau apresenta uma característica administrativa centralizada, na capital Bissau. A economia foi organizada com base na exploração de recursos naturais, "licenças de pesca e a exportação agrícola, principalmente castanha de caju", contando com os empréstimos internacionais. A partir dos anos 1980, o governo guineense apostou na exploração (pesca e castanha de caju), justamente com o objetivo de diminuir as dívidas e equilibrar a economia , que ainda é precária, descreve Mendes.

Com o engajamento no livre comércio, a Guiné-Bissau tornou-se numa das grandes dependentes externas, isto é, apostou mais na importação dos produtos alimentícios e endividamento externo (Dansó, 2023). Devido a esse fator, não conseguiu expandir e intensificar a diversificação no setor agrícola, optando no comércio internacional como uma medida para atingir o objetivo da "liberalização econômica". Isto acabou afetando o setor agrícola, ou seja, cultivo do arroz na maioria das zonas rurais, desde a estrutura produtiva até o comércio ou troca nacional. Sendo assim, acabou deixando isoladamente o crescimento agrícola do arroz.

Atualmente, muitas organizações não governamentais têm trabalhado para melhorar a tecnologia agrícola na Guiné-Bissau. Esses esforços buscam promover um retorno à diversificação de cultivo, contribuindo para a redução da fome, principalmente na Ilha Sogá.

No contexto da evolução agrícola na Guiné-Bissau, principalmente na ilha Sogá, tem se expandido agricultura familiar em poucas terras e com uma visão mercantilista, portanto, constitui um problema na medida em que tudo é voltado para o mercado internacional, a exemplo da predominância do cultivo de caju para o mercado.

Assim, este trabalho busca explicar *a dinâmica agrária dos problemas no sector*

agrícola no Arquipélago dos Bijagós após a década de 1980, especificamente a ilha Sogá, tendo em vista a rápida predominância do plantio de cajueiro para atender o mercado externo, substituindo o arroz destinado ao mercado interno ou consumo familiar. Dito de outro maneira, esta pesquisa pretende *entender os fatores principais da mudança do modo econômico do povo Sogá*, explorando o complexo sistemas agrícola entre plantio de cajueiro para o mercado e cultivo de arroz para subsistência. É, portanto, uma pesquisa descritiva de uma problemática agrária.

A nutrição proporcionada pelo arroz é essencial para a vida humana. Por esse motivo, ele é cultivado em aproximadamente 168 milhões de hectares em todo o planeta terra, sendo o segundo cereal mais cultivado no mundo. A produção atinge cerca de 741 milhões de toneladas de grãos em casca, o que representa 29% dos grãos consumidos globalmente. Os principais países produtores, em ordem decrescente, são: China, Indonésia, Bangladesh, Vietnã, Tailândia, Mianmar, Filipinas, Brasil e Japão (Passeri lima, 2019). Na Guiné-Bissau, as regiões sul e leste se destacam como as principais áreas produtoras nacionais, de acordo com França (1995) e Mendes (2021).

As abordagens teóricas que fundamentam a pesquisa buscam trazer a forma de como a expansão do modo capitalista de produção, que chega à Guiné-Bissau com o processo de colonização, tem afetado as práticas agrícolas, levando à transformação da economia e do modo de vida local. O trabalho tem como foco empírico as práticas e saberes tradicionais acerca da agricultura, tendo como centro do debate, o cultivo de arroz na relação com as práticas e saberes modernos de cajucultura da castanha de caju. Com esse fundamento, o problema de pesquisa é*: como a dinâmica agrária do setor agrícola no Arquipélago dos bijagós, Guiné-Bissau, no período de 1980 a 2024, consolidou o cultivo de cajueiros para produção de castanha de caju, onde tradicionalmente há práticas, territórios e saberes agrícolas relacionada ao cultivo de arroz mpam-pam?*

Portanto, a pesquisa é movida pelo principal objetivo, centrado em *compreender as transformações agrárias como efeito de plantio de cajueiros para extração de castanha de caju nas práticas, territórios e saberes agrícolas relacionados ao cultivo de arroz mpam-pam, no período de 1980 à 2024.*

Como hipótese, considera-se tratar-se de um processo de territorialização do capital agrícola que transformou a economia, as práticas e saberes tradicionais no modo de vida da população local. Benincá et al (2020), de modo crítico, tratam a territorialização como o processo que reorganiza o espaço, mas de formas parcial e excludente, apresentando forças e contradições. Os habitantes de Sogá são, em sua

maioria, agricultores. Entendemos que, com esse indício de territorialização do capital, muitos têm abandonado o cultivo de *mpam-pam* e praticamente não se dedicam mais a outras culturas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO

A Guiné-Bissau, locus do problema de pesquisa, é constituída por duas partes, sendo uma continental e outra insular (o arquipélago dos Bijagós). O país localiza-se na costa Ocidental do continente Africano e faz fronteira com o Senegal ao Norte, Guiné-Conakri ao Leste e Sul, e Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. A superfície total é de 36.125km², e devido a sua baixa altitude, apenas 27.700 km² forma a superfície emersa, com 37 setores e 9 regiões (INE, 2005). E conta com uma população estimada em mais de 2 milhões de habitantes divididos em mais de 20 grupos sociais, distribuídos em todo o território nacional: (Cardoso, 2010; Marietti, 1996; INE, 2017).

É de salientar que a Guiné-Bissau, administrativamente, está dividida em oito (8) regiões[2]: Bolama, Biombo, Quinara, Tombali, Cacheu, Gabu, Bafatá e Oio, além do sector autónomo (capital Bissau). Como pode ser observado no mapa apresentado na **Figura 1.**

Mapa administrativo da Guiné-Bissau

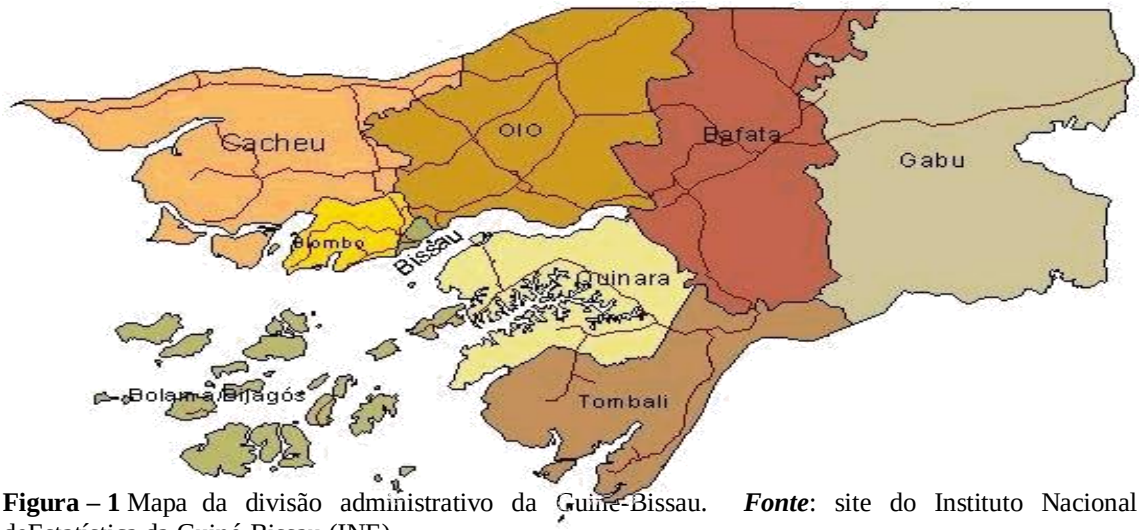


Figura – 1 Mapa da divisão administrativo da Guiné-Bissau. ***Fonte***: site do Instituto Nacional deEstatística da Guiné-Bissau (INE).

[2] Região, em Guiné-Bissau. Equivalente, na organização político administrativa Brasileira ao estado, e Setor equivale a município nessa mesma organização.

O país foi uma colônia portuguesa, conforme Marietti (1996) e Cardoso (2011; 2010), no final do século XV o encetamento da colonização se deu com foragidos e exilados da coroa, estabelecimentos comerciais "pequenas fortalezas que se comercializavam com os moradores locais". Porém, o país tornou-se independente através da luta de libertação nacional, conduzida pelo partido nacional **Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde** - PAIGC.

O único partido na época (PAIGC) declarou unilateralmente a independência da Guiné e Cabo-Verde em 24 de setembro de 1973, reconhecida por Portugal em 1974. O nome da Capital Bissau foi adicionado ao nome do país para evitar a confusão com a antiga Guiné-Francesa e Guiné-Espanhola (atual Equatorial). Apenas 15% da população fala português como primeira, segunda ou terceira língua; o idioma português foi estabelecido como língua oficial no período colonial, apesar de muita gente falar outras línguas locais. A grande maioria fala *kriol*, uma língua do entendimento nacional, influenciada pela língua Portuguesa restantes e línguas nativas africanas, ou seja, locais, o que torna a Guiné-Bissau um país pluricultural com grande diversidade de grupos sociais e linguística, (Cardoso, 2010; 2013).

Cardoso (2013) descreve o processo de colonização e ocupação das ilhas bijagós, destacando que, antes da chegada dos portugueses, os grupos sociais viviam de forma autonoma, para depois o território integrar o Reino de Gabu, vinculado ao Império Mali. Os primeiros contatos com europeus datam do séc. XV, quando o navegador Álvaro Fernandes chegou à região em 1446. A ocupação efetiva teve início em 1558, com a fundação da Vila de Cacheu, que posteriormente se tornou um centro de tráfico de escravização.

A resistência dos bijagós à ocupação foi intensa, sendo que o controle total das ilhas só foi considerado por Portugal em 1936. Durante o período colonial, o arquipélago foi palco de disputas territoriais, como tentativa do Reino Unido de anexar Bolama-Bijagós (a capital), resolvido por meio da intervenção do presidente norte-americano Ulysses S. Grant (Marietti,1996).

Os bijagós são um povo que habita o arquipélago e são conhecidos por sua rica cultura, organização social baseada em classes etárias e rituais de iniciação que marca a transição entre essas fases. Cada etapa da vida é celebrada com cerimônias e danças tradicionais (Canto, 2020).

A sociedade bijagó possui uma ligação com a natureza, refletida em práticas que promovem respeito e harmonia com o meio ambiente. Seu sistema de conhecimento

tradicional é transmitido oralmente e inclui técnicas de manejo sustentável dos recursos naturais e práticas agrícolas. Além disso, os Bijagós resistiram historicamente tanto à colonização portuguesa quanto à dominação de outros povos africanos, preservando sua identidade cultural única.

O local onde a problemática acontece é na Ilha Sogá, uma das 88 ilhas que compõem o Arquipélago dos Bijagós[3], região de Bolama. De acordo com INE (2005) o arquipélago dos Bijagós conta com uma área de 2.624,4 km². Existem diferenças entre as ilhas em termos do tamanho e dos usos territoriais. As ilhas pequenas muitas vezes servem para atividades religiosas, práticas agrícolas e alguns rituais, enquanto as maiores constituem um lugar de habitação permanente dos Bijagós.

Portanto, apenas 21 delas possuem uma habitação permanente do homem; ali se presencia um grande fluxo migratório para centro urbano (capital Bissau); a baixa densidade populacional, do arquipélago é devido à busca das novas oportunidades de vida, (Marietti, 1996; Cardoso, 2010; INE 2017; Nhiracó, 2023;).

Conforme Nhiracó (2023), a Ilha Sogá situa-se na costa Atlântica ao sul da Guiné-Bissau, na foz do rio Geba, entre as ilhas de Formosa, Uracan, Rubane e Bubaque (ver a **Figura 2**). Com base na divisão administrativa, Ilha Sogá pertence à região nacional de Bolama-Bijagós e ao setor de Bubaque[4] (INE, 2009).



Figura 2 – Localização da ilha de Sogá no Arquipélago dos Bijagós. *Fonte*: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquip%C3%A9lago_dos_Bijag%C3%B3s (Adaptação do autor, 2023).

De acordo com recenseamento geral da população e habitante (RGPH) feito em

[3] O arquipélago se localiza entre 10º 36' e 11º 37' de latitude Norte e 15º 36' e 16º 29' de longitude Oeste (CARDOSO, 2010: 02).

[4] Além de Babuque, os demais setores do arquipélago de Bijagós são: Caravela, Uno e Bolama.

2009, o número de habitantes de Sogá foi de 842 pessoas, sendo 371 homens e 471 mulheres, distribuídas em seis (6) *tabancas*[5] (aldeias) (INE, 2009). **Tabela 1**

Tabela 1:Distribuição dos habitantes da Ilha Sogá em tabanca e por sexo, 2009

Tabancas (aldeias)	**total**	**Masculo**	**Feminio**
Ancamino	179	77	102
Ancauque	1	1	--
Ancubinh	114	52	62
Ebeje	199	89	110
Etamburó	105	48	57
Eticoba/Ambuduko	244	104	140

Dados do INE 2009.

Porém, de acordo com Gorne (2019) houve um crescimento dos habitantes para mais de 1.200 pessoas. Conforme Nhiracó, as tabancas são:

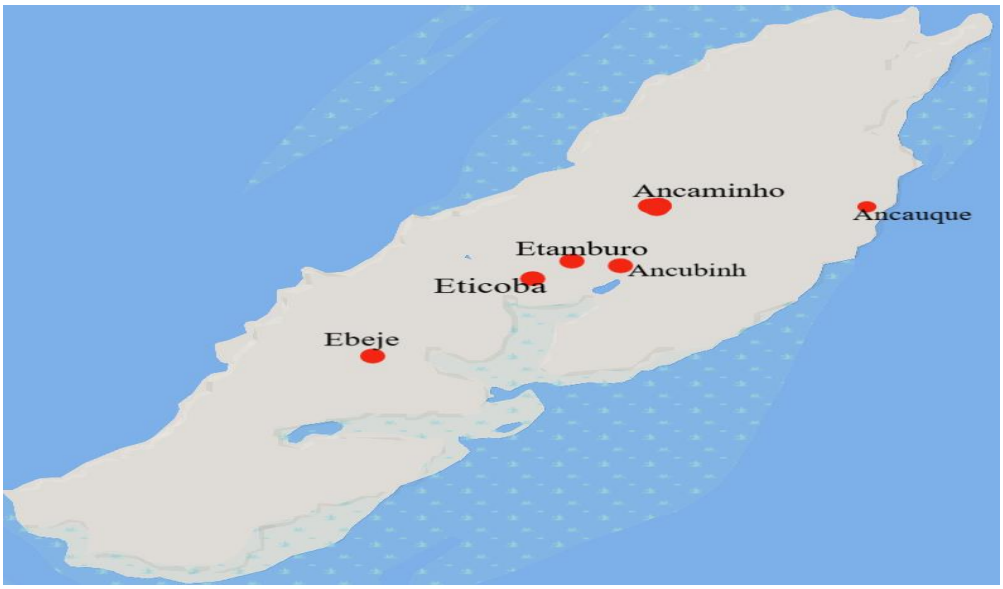
> "[...] consideradas unidades políticas religiosas e econômicas autônomas. Em uma *tabanca* vivem agrupadas famílias sujeitas a uma autoridade tradicional dos *Nghabongha* (anciões). Estas autoridades incluem o *Oronhó*[6] (régulo), escolhido pela assembleia composta por altos dignitários, chefes de família clânicas. Durante o reinado, *Oronhó* é auxiliado no exercício das funções, geralmente por um *Cabongha* (ancião) dono de *tabanca* pertencente à linhagem ou clã matrilinear fundadora de aldeia, também dona de aldeia ou *motó* (terra/chão)" (NHIRACÓ, 2023; p.5).

Dentre as aldeias referidas por Nhiracó (2023), *Ancauké* é a primeira e localiza-se no porto principal da ilha, pode-se observar na **figura 3**; contém três casas, um centro de saúde e é a menos povoada com relação a outras tabancas. Esta aldeia era um local estratégico e importante para trocas comerciais que, na atualidade, mantêm preservadas algumas ruínas dos armazéns, enquanto nas outras aldeias existem mais concentração das habitações e são mais populosas. *Ancaminho* sendo a segunda aldeia, é próximo da primeira; no centro estão *Etanburó*, *Ankubinh* e *Eticoba*/*Ambuducu*. As três são consideradas centro por existirem escolas, Igrejas, campo de futebol e serem realizadas a

[5] *Tabanca* "nome usado na língua Kriol nacional, para designar um território delimitado pela organização social política, marcado pela dinâmica da própria comunidade" (Nhiracó, 2023).
[6] *Oronhó* uma categoria mais abrangente e não restrita ao régulo, podendo incluir mulheres com autoridade relacionada às questões comunitárias.

maioria das atividades consideradas relevantes para a Ilha. Por último *Ebége*, é a mais distante das outras e do porto principal.

Figura 3: mapa da Ilha Sogá com representação das seis aldeias



Fonte: Google. Adaptado por autor, 2024.

É nesse contexto que a modernização da agricultura, impulsionada pelo capital, invade, apropria-se e enfraquece as práticas e os saberes tradicionais, colocando tanto a cultura quanto a economia em crise, situação econômica vivenciada pelos habitantes de Sogá, especialmente os agricultores. A agricultura local é predominantemente familiar, desempenhando um papel crucial na economia das famílias tanto em Sogá quanto na Guiné-Bissau rural como um todo.

Nas últimas décadas (1980-2024), muitas famílias agricultoras passaram a adotar um sistema mais moderno, incorporando elementos do capitalismo em mercados globalizados. Apesar da ausência de tecnologia agrícola avançada capaz de atender integralmente ao modelo capitalista, o cultivo de cajueiro que moderniza a agricultura Sogá tem como principal objetivo atender ao mercado internacional, sendo totalmente comercializado. Todavia, historicamente, o contexto agrário da região é de terras utilizadas para o cultivo de diversas culturas voltadas para manutenção da vida das comunidades Bijagós. Essa prática secular proporcionou uma experiência consolidada na relação entre as comunidades e os locais de produção agrícola.

Como Guineense de origem e pertencente ao grupo social Bijagó, nascido na Ilha, e onde atualmente os pais vivem (Ilha Sogá) e são agricultores durante uma boa parte das suas vidas, o autor desta dissertação pode adquirir uma experiência do desafio desse

território, e essa vivência única é razão que soma à problemática em si, justifica para esta produção científica. O desenvolvimento deste trabalho vem sendo pensado desde o processo formativo de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Além disso, entendemos a relevância de escrever sobre essa Ilha devido à escassez das produções acadêmicas relativamente à Sogá.

O modo de vida dos habitantes desta ilha fez com que tudo relacionado a sua cultura fosse restrito, associado ao fato do distanciamento da zona continental. É de grande importância relatar sobre as práticas e saberes dos Sogás. Conforme Nhiracó:

> "Um estudo etnográfico sobre as relações do povo de Sogá com as práticas agrícolas é também de suma importância. Nesse sentido, [...] valorizar as práticas tradicionais na segurança alimentar das populações guineenses. Sabemos da importância do arroz nos modos de vida de inúmeros grupos étnicos do país. Além disso, embora a castanha de caju seja o principal produto de exportação da Guiné-Bissau, poucos são os estudos etnográficos sobre as implicações deste processo nos territórios, e sobre o quão ele pode acarretar transformações nos modos de vida tradicionais [...]" (Nhiracó, 2023; pág.16).

Sendo esta uma situação inquietante é que a assumimos na formulação do problema de pesquisa que desdobramos nas seguintes perguntas principal e secundárias que nortearam a busca de dados para demonstrar a hipótese já mencionada:

- Quais são os efeitos e os impactos territoriais do plantio de cajueiros desde 1980, para as práticas tradicionais de cultivo do arroz e para a vida dos agregados familiares entre os Bijagós da Ilha Sogá, em termos da sua organização econômica e social?

Questões secundárias:

- Quais eram os modos de organização econômica e social da produção agrícola na ilha Sogá?
- O que mudou no sistema de produção agrícola na ilha Sogá?
- Quanto das áreas cultiváveis eram destinadas para o cultivo do arroz antes do aumento do cultivo de cajueiros?
- Com qual sentido os agricultores acessavam e acessam as terras, para uso privado/restrito ou coletivo?
- Como se organiza o plantio de cajueiro, e em que período se

intensificou na Ilha?

- Até que ponto os efeitos de plantio de cajueiros impactam a vida dos agregados familiares?

Em termos de objetivos, a pesquisa teve o Objetivo Geral de:

- ✓ Compreender a territorialização do capital como efeito de plantio de cajueiros para extração de caju nas práticas, territórios e saberes agrícolas relacionados ao cultivo de arroz *mpam-pam*, no período de 1980 à 2024.

E como Objetivos Específicos:

- ✓ Analisar as relações sociais de produção entre a organização política tradicional e as práticas agrícolas (habilidades, técnicas e o processo de cultivo) do povo Sogá, com ênfase na produção de arroz (*mpam-pam)*;
- ✓ Descrever as relações sociais de produção entre a organização política contemporânea e as práticas agrícolas de povo Sogá com ênfase na produção de caju;
- ✓ Identificar características de territorialização do capital a partir da produção de caju em antigas áreas de produção do arroz (*mpam-pam)*.

A compreensão das situações que se encontram e as características evolutivas das sociedades agrárias e seus modos de agricultura, há tempos vêm se tornando um desafio para zonas rurais da Guiné-Bissau. Porém, é essencial abordar essa complexa transformação do modo econômico e de cultivo na vida dos habitantes de Sogá, onde compreendemos trazer as teorias que permitem entender a complexidade de mudança e processo de cultivo. A interpretação histórica e crítica do processo de cultivo de arroz, principalmente efeitos de plantio de cajueiro na ilha tem como categoria teórica central, a territorialização, territorialização do capital e desterritorialização. Como fundamentação teórica da abordagem territorial apoiamo-nos em ideias dos autores.

A dissertação que ora apresentamos está estruturada em três capítulos, quais sejam: a parte introdutória, traz contextualização da região e área do estudo, partindo do geral ao particular, a problemática discutida, objetivos: geral e os específicos e a justificativa da relevância do estudo; **o primeiro capítulo, diz respeito ao processo metodológico:** foram descritos o processo e etapas da construção do trabalho, inclusive

a estrutura da dissertação**; no segundo capítulo,** traz as teória e autores que ajudaram a acomprender o processoo da territorialização; **o terceiro capítolo** é tratado sobre como os modos de vida e a produção tradicional moldaram a estrutura social e política da Ilha, com destaque para o cultivo do arroz mpam-pam como elemento central; **o quarto capítulo**, esta parte segue, tratando da forma que os agricultores da Ilha Sogá estão se organizando politicamente e socialmente diante da introdução do cultivo de cajueiros, e como isso afeta suas práticas e relações e, **para o quinto capítolo**, apresenta uma análise crítica sobre o processo de territorialização do capital, evidenciando efeitos da reconfiguração produtiva e os desafios enfrentados pelas populações locais e; por último, temos as nossas considerações finais.

1 -METODOLOGIA

Nesta seção, são apresentados a metodologia de pesquisa científica com elementos fundamentais utilizados para a elaboração da pesquisa. Do ponto de vista epistemológico, adotamos uma abordagem interdisciplinar, considerando o caráter temático dos artigos analisados e a escolha de procedimentos com o objetivo de alcançar os propósitos estabelecidos nos objetivos específicos. Considerando a natureza e o foco do estudo, dá-se ênfase à interpretação qualitativa das informações quantitativas levantadas, tendo como base a realidade sobre a qual nos debruçamos, que inspiraram a formulação da hipótese.

Segundo Flik (2013), a abordagem qualitativa é um ponto de partida, pois permite a formulação de hipóteses que posteriormente podem ser testadas por meio de métodos qualitativos baseados em teoria. Ainda de acordo com o autor, a pesquisa qualitativa se justifica pelo fato de que a sociedade é dinâmica, em constante transformação, o que influencia os modos de vida e impõem novos desafios aos pesquisadores em diferentes contextos sociais.

Além do episteme interdisciplinar e da abordagem qualitativa, consideramos também que Prodanov (2013) define o método como o caminho, a forma e o modo de pensar a pesquisa científica. A escolha do método depende da natureza do objeto de estudo, do nível de abordagem e da inspiração do pesquisador, como também é discutido por Booth (2008) em *"Arte da pesquisa".* Foi a natureza do objeto de estudo que nos levou à escolha do sistema agrário como guia metodológico que, segundo a **teoria do**

sistema agrário[7] constitui um conhecimento que facilita a compreensão da composição da agricultura por meio do estudo da metodologia de sua formação e atuação. Portanto, não se pode analisá-la exclusivamente a partir dos processos técnicos de produção agrícola; consideram-se as atitudes voltadas às necessidades da sociedade, em um sentido mais amplo, através do sistema organizado pelas diversas interações que existem entre seus componentes (Mendes, 2021).

A agricultura tem apresentado, há muito tempo, um grande desafio para as populações rurais. Isso se deve a evolução das sociedades, que transformou as perspectivas agrícolas em função das exigências globais. Essa complexidade leva Mendes (2021) a apresentar a agricultura como um estudo "heterogêneo, biológico, econômico, que se altera conforme o espaço e o período em que é praticado". Dessa forma pretende-se abordar agricultura como um objeto de análise sempre complexo, cuja compreensão varia de acordo com o espaço e a época, tornando difícil entendê-la em sua totalidade. Nesse sentido, destaca-se que o conceito de sistema agrário serviu de base para a pesquisa.

A abordagem dos sistemas agrários, para Mendes (2022), revela a diversidade das dinâmicas agrícolas a partir do acompanhamento das mudanças históricas e das diferentes formas de funcionamento e atuação social. Para compreender a agricultura, torna-se necessário conhecer a sua formação externa e interna, que englobam o meio e as dependências. O sistema agrário é, portanto, definido como "a junção de diferentes variáveis, entre as quais se destacam o meio de cultivo, os instrumentos de produção, a artificialização de meio, a divisão do trabalho e os excedentes agrícolas".

Marcel Mazoyer (1987), segue a mesma linha, o autor compreende o sistema agrário como a coordenação dos diversos elementos necessários ou indispensáveis ao processo de produção agrícola. O *sistema agrário*, trata-se, portanto, de um modo de exploração baseado nas forças produtivas, aplicado sobre um espaço historicamente constituído, sobretudo por técnicas adaptadas e saberes que atendem às principais necessidades do grupo social.

Em essência, trata-se da forma de exploração da terra por meio da agricultura, na qual toda a produção deve ser de origem agrícola. Isso envolve a combinação de recursos vivos e não vivos para a obtenção do produto, provocando, assim, transformações

[7] Trata-se metodologia denominada "Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA) utilizada, desde 1995, pelo Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – PCT INCRA/FAO (UTF/BRA/051/BRA)".

históricas nesse espaço. Isso demonstra a importância de conhecer os elementos que compõem o sistema agrário, pois permite compreender as formas agrícolas de cada localidade, bem como sua evolução histórica.

Assumir o guia metodológico sistema agrário exigiu atenção cuidadosa em relação ao elemento epistemológico que enfrentam estruturas econômicas colonial. Para tanto, considera-se a abordagem de Torre (2020) sobre o pensamento decolonial, com base nas reflexões da socióloga Aimará, Silvia Cusicanqui. A metodologia decolonial parte da subjetividade e defende que não há discurso decolonização sem práticas decolonizadoras, ou seja, pesquisas não hierárquicas, construídas com base em metodologias segundo os dados das fontes primárias ou secundárias que seguem a fidelidade da realidade local. Metodologicamente, a origem e vivência local do pesquisador possibilitou aferir conteúdos coloniais nas bibliografias e documentos, como destaca Flick (2013): o conhecimento do cotidiano pode, evidentemente, tornar-se o ponto de partida para o desenvolvimento teórico.

Portanto, o meu pertencimento, e a oportunidade de poder viver no arquipélago dos bijagós, especialmente a Ilha Sogá. Onde presenciou até os períodos de 2019, algumas fases e elementos contribuintes nas mudanças de produções econômicas relacionadas ao cultivo de caju e mpam-pam.

Contudo, conforme Silva (2013) e Born (2012), na agricultura tradicional, o aumento da demanda por terras cultiváveis influencia a redução do tempo de pousio. Na Ilha Sogá, essa redução é perceptível nas principais áreas de cultivo de arroz: *Bunak, Buangha, Aewaka, Eguetch, Brus-Garande,* entre outros que já não existem, que vêm sendo utilizadas para o plantio de cajueiros, como alternativa de atender o mercado. Portanto, o uso contínuo das restantes de áreas para cultivo de arroz, compromete a fertilidade do solo e a produtividade agrícola do arroz e outras culturas.

Embora essa reutilização forçada das terras para cultivar o arroz comprometa a produtividade, os agricultores locais continuam a aplicar técnicas que sustentam a economia familiar após o período de cultivo. Segundo Fideles (2011) mostra que, o sistema de pousio, quando respeitado, garante a fertilidade da terra e mantém a produtividade ao longo do ano.

1.1 ETAPAS DA PESQUISA

Devido a impossibilidade de coleta de dados in loco, utilizamos técnicas centradas no levantamento bibliográfico e documental.

Gil (1991) diferencia a pesquisa bibliográfica da pesquisa documental: a primeira, geralmente é de caráter exploratório, visa aprimoramento da compreensão do problema, sem necessariamente apresentar uma solução definitiva, permitindo ajustes ao longo do processo. Já o documental tende a ser mais claro e específico. Por isso, não as utilizamos como abordagem e sim como etapas da pesquisa, de forma complementar na construção da explicação do problema de pesquisa. Portanto, após a revisão bibliográfica inicial, foi aperfeiçoado o projeto de pesquisa/objetivos, elaborados instrumentos para coleta de dados/redação, realizada a coleta de dados, análise e discussão de dados.

Para compreender a sociedade, sua relação com a natureza, o modo de vida econômico e a influência do capital, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica, com base em dados secundários e não só. Foram revisados artigos científicos, monografias, dissertações, documentos oficiais, entre outros, com o intuito de construir uma base conceitual sólida a partir dos estudos e trabalhos já realizados na área. Esses materiais forneceram diretrizes teóricas e metodológicas para o uso de dados quantitativos oficiais e para análise dos resultados.

Com essa base bibliográfica e documental demos início ao trabalho com descrição da região estudada, com base na vivência e conhecimento do pesquisador, inclusive os dados obtidos; O segundo momento foi de retrospectiva histórica da política social e práticas econômicas, até a expansão do cultivo no período pós-independência da Guiné-Bissau. O tratamento dos dados integrando as várias partes dos sistemas agrários que se modificaram no período estudado, sempre entremeado de leituras teóricas, levou à compreensão do atual sistema agrário como processo de territorialização sobre as áreas de cultivo.

1.2 FONTE E BASES DE DADOS

Para a pesquisa bibliográfica, seguimos Severino (2007), que define como fontes bibliográficas os textos voltados à reflexão teórica, como dissertações, teses, livros e artigos. A bibliografia, enquanto técnica, visa classificar conteúdos similares, em bases similares em termos de natureza científica dos conteúdos.

Neste contexto, as principais bases de dados utilizadas foram:

- Portal periódico da CAPES;
- Academia.edu;
- Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações;

- Google acadêmico;
- Instituto Nacional de estatística da Guiné-Bissau (INE);
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO);
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO);
- SciELO.br;
- Abcd.usp.br;
- DW Bissau;
- A Rádio Voz do Povo.

A busca foi realizada com base em palavras-chave como, território, cultivo do arroz, agricultura, plantio de cajueiros, territorialização. Os materiais encontrados foram organizados e lidos, fichados e analisados, com objetivo de fundamentar e descrever os sistemas e transformações agrícolas na ilha Sogá, e submetidos a critérios de exclusão e de inclusão. Portanto, as etapas foram: em 2024, no primeiro semestre, de março a julho, revisão bibliográfica e definição do projeto/objetivos de pesquisa e; segundo semestre de agosto a dezembro, encontros de orientação para ajustamento dos objetivos e cursar as disciplinas e; em 2025, para o terceiro semestre de março a julho, coleta de dados, redação e orientação e; no quarto semestre de agosto a dezembro, análise e discussão dos dados e orientação. E por último, no primeiro semestre de 2026, revisão do trabalho, qualificação e a correção final, envio da dissertação para banca e defesa.

Assim, o carácter metodológico adotado, buscou analisar criticamente os efeitos coloniais introduzidos nas relações de produção agrícola. Através desta, permitiu compreender o estado atual do problema e abre espaço para o diálogo e vivência local.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para organização desta seção, partiu-se da coleta dos trabalhos que dialogam com os nossos objetivos. Assim, por meio das palavras chaves foi construída de uma forma resumida o quadro de sistematização bibliográfica, considerando temática, tipo de abordagem, tipo estudo, ano e a base de dados. Como pode observar[8]:

QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA A PARTIR DE RESUMO: TEMÁTICA, TIPO, BASE DE DADOS, ABORDAGEM, ANO E PUBLICAÇÃO.

Palavras chaves	Temática do trabalho	Tipo de trabalho	Base de dados	Tipo de abordagem	Ano de publicação
ARROZ					
	O Arroz Africano na História do Novo Mundo	Artigo	Google Acadêmico	Histórica comparativa	2017
	Arroz, protagonismo africano e a transformação ecológica das Américas	Artigo	Google Acadêmico	Multidisciplinar	2021
	As relações de trabalho numa sociedade de cultivadores de arroz da Guiné-Bissau: O caso dos Balantas da região de Tombali	Artigo	Google Acadêmico	Etnográfico e Quantitativa	1986
	Concentração no mercado mundial de arroz: Algumas evidências empíricas	Artigo	Google Acadêmico	Quantitativa	2018
	Regimes do cultivo tradicional do arroz da etnia Manjaca no setor de Calequisse, região de Cacheu, Guiné-Bissau: terras altas e várzeas	Artigo	Google Acadêmico	Quantitativa e Etnográfica	2023
	Arroz de veneza e os trabalhadores de Guiné: A lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí	Artigo	Google Acadêmico	Histórico e Qualitativo	2011
	O Arroz e outros elementos culturais da Guiné-Bissau	Artigo	Google Acadêmico	Crítica e Analítica	2008
	A mudança estrutural na Guiné-Bissau	Artigo	Google Acadêmico	Estruturalista e Institucionalista	2018
	A estratégia top-down da política pública de agricultura familiar na Guiné-Bissau	Artigo	Google Acadêmico	Qualitativa exploratório	2020

[8] É de salientar que foram usados alguns site (IA) e aplicativos na organização. A edição dos mapas no I Love PDF, e na organização de algumas partes, Copilot.

	Agricultura e transferência de tecnologia: o caso projeto Wanbao no Regadio do Baixo Limpopo, Gaza-Moçambique	Artigo	Google Acadêmico	Sistêmica de cunho qualitativo quantitativo	2022
	Interação genótipo x ambiente em ensaios de valor de cultivo e uso em cultivares de arroz vermelho	Tese	Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	Comparativo	2019
	História e situação da agricultura e do desenvolvimento rural em quatro municípios do noroeste do Rio Grande do Sul	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Histórico e Analítica	2017
	Agro-negócio do arroz na Guiné-Bissau.	Coletânea	Google acadêmico	Analítica Agrícola - econômica	1995
	O ecossistema orizícola na Guiné-Bissau: principais constrangimentos à produção na Zona I (regiões de Biombo, Cacheu e Oio) e perspectivas	Dissertação	Google Acadêmico	-----	2008
CAJU	Diagnóstico da cadeia produtiva do caju com foco na análise do desempenho dos produtores	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e dissertações	Análise de sistemas	2012
	Competitividade da castanha-de-caju no mercado internacional: comparação entre Guiné-Bissau e Brasil no período 2001-2016	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertação	Analítica e Comparativa	2019
	Contexto, (agri) cultura e interação no agroecossistema familiar do caju no semiárido brasileiro	Artigo	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Qualitativa e Participativa	2019
	Análise da cadeia produtiva da castanha de caju com ênfase no beneficiamento e comercialização da amêndoa na Guiné-Bissau	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Sistêmica	2018
	A expansão do cultivo do Caju e seus impactos ambientais e econômicos na Guiné-Bissau.	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de	Abrangente e multidisciplinar	2020

			teses e Dissertações		
	Variabilidade fenotípica de Anacardium othonianum Rizz. no Norte de Minas Gerais	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Quantitativo e Variabilidade	2013
	Relações entre as instabilidades pluviométricas e as produções de lavouras de sequeiro no Ceará	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Quantitativa e Analítica	2022
	Determinantes das Exportações de Castanha de Caju da Guiné-Bissau (1986-2011): uma análise sob a ótica do modelo de gravidade de Bergstrand.	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Quantitativa e Econométrica	2018
	Diagnóstico da cadeia produtiva do caju com foco na análise do desempenho dos produtores	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Abrangente	2012
	Projeto caju: organização produtiva orientada para o desenvolvimento da cajucultura cearense	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Detalhada e prática	2005
	A importância dos habitats naturais no entorno de plantações de cajueiro anão precoce (Anacardium occidentale L.) para o sucesso reprodutivo	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Analítico e quantitativo	2012
	Processamento de amêndoas de castanha de caju: secagem, extração e estabilidade do azeite.	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Qualitativa e Quantitativa	2008
	A Produção de Caju e o seu Impacto na Economia e no Ambiente: Caso Guiné-Bissau.	Dissertação	Google Acadêmico	Analítica e Descritiva	2022
	A produção e a transformação de caju e o seu impacto ambiental: a situação atual na Guiné-Bissau	Dissertação	Google Acadêmico	Multifacetado (quali/quanti)	2017

	Economia da Guiné-Bissau: um diagnóstico sobre a comercialização da castanha de caju (2011-2019)	Projeto de pesquisa	Google Acadêmico	Qualitativo e Quantitativo	2019
	Desenvolvimento sócio-econômico e dependência da Guiné-Bissau: caso do caju	Dissertação	Google Acadêmico	Analítica e Descritiva	2013
	Sistema alimentar e política agrária nas sombras dos cajueiros: as dinâmicas agrárias e alimentares ligadas ao cajueiro no nordeste do brasil	Artigo	Google Acadêmico	Metodológica combinada (Sistêmica)	2019
	Caracterização dos produtores familiares de caju, de uma associação informal, na região Noroeste do Estado de São Paulo	Artigo	Google Acadêmico	Abrangente	2006
	Sistemas de produção agrícola do caju e o modo de vida dos pequenos produtores familiares de Manjacaze	Dissertação	Google Acadêmico	Sistêmica	2011
RURALIDADE	Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re)inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020)	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Histórico – Político	2022
	Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau.	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Exploratório e descritiva	2014
	Desenvolvimento nas regiões do norte da Guiné-Bissau: um olhar sobre o empreendedorismo rural	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Qualitativa de caráter exploratório	2021
	Nós e eles configurações de um rural particular: análise de elementos representacionais e processos identitários em três vilas rurais e um município do interior de Minas Gerais	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Multidisciplinar	2015
	Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Classificação territorial	2004

	Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural	Artigo	Google acadêmico	Qualitativo e Quantitativo	2012
	A paisagem na ruralidade brasileira: considerações teórico-metodológicas para uma pesquisa multidisciplinar aplicada	Artigo	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Multidisciplinar aplicada	2015
AGRICULTURA FAMILIAR	Opções para o desenvolvimento da agricultura familiar na zona da Mata de Pernambuco	Artigo	Google acadêmico	Analítica e exploratório	1997
	A estratégia top-down da política pública de agricultura familiar na Guiné-Bissau	Artigo	CAPES	Qualitativo exploratório	2020
	Relações produtivas na produção de arroz pela agricultura familiar no perímetro irrigado do Rio Limpopo, Moçambique	Artigo	CAPES	Exploratória e descritiva	2022
	Problema de acesso à terra nos países do sul global: efeitos do uso consuetudinário na redução de acesso das mulheres às terras cultiváveis na Guiné-Bissau.	Artigo	CAPES	Analítica - jurídica e sociológica	2023
	Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil	Artigo	CAPES	Comparativa econômica - sociológica	2014
	Mudanças técnicas na agricultura medieval e o processo de transição para o capitalismo	Artigo	CAPES	Histórico – econômico	1997
	Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil	Artigo	Google Acadêmico	Analítico - Sociológica	2014
	Uma abordagem sobre a agricultura familiar, pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do paraná na década de 1970	Artigo	Google Acadêmico	Multidisciplinar	2010
	Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos.	Artigo	Google Acadêmico	(Ecológico e conservação)	2007
	Fundamentos para o estudo das unidades de produção agrícola.	Artigo	Google Acadêmico	Sistêmica	2022
	A agricultura familiar e sua organização.	Artigo	Google Acadêmico	Histórico - Sociológica	2008

	Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e, estratégias dos agricultores familiares em Areas de Proteção Ambiental.	Artigo	Google Acadêmico	Qualitativa e Analítica	2000
	A diversidade da agricultura familiar.	Livro	Google Acadêmico	Quali/Quanti Analítica	2009
AGRICULTURA	Agricultural Growth in West Africa. Market and policy drivers.	Relatório	Google Acadêmico	Quantitativa qualitativa, analítica	2015
	A agricultura da Guiné. Algumas notas sobre as suas características e problemas fundamentais.	Artigo	Google Acadêmico	Analítica e descritiva	1959
	A produção, o desempenho e o comércio internacional do setor agrícola da África Ocidental.	Dissertação	Google Acadêmico	Quantitativa e Analítica	2018
	Debatendo a terra na África: uma análise dos impactos do colonialismo e neoliberalismo na transição agrária de Guiné-Bissau.	Artigo	Google Acadêmico	Histórico analítico	2020
	Modernização da agricultura e situação atual dos agricultores da região de Tombali, província Sul, Guiné-Bissau.	Dissertação	Google Acadêmico	Sistema agrários	2021
	Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Guiné-Bissau: reflexões acerca da situação socioeconômica e produtiva da agricultura na região de Tombali, província Sul.	Artigo	Google Acadêmico	Sistema agrários	2022
	Guiné-Bissau: A busca da Independência econômica	Artigo	Google Acadêmico	Histórico analítico	1983
	Tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento.	Dissertação	Google Acadêmico	(Analítica e explicativa)	2009
	Documentos da agricultura	Relatórios	INE	---	2007 à 2014
	O papel da agricultura e do trabalho não agrícola na reprodução socioeconômica de famílias quilombolas na região da Serra dos	Artigo	Google Acadêmico	Sistêmica e quantitativa	2019

	Tapes, Rio Grande do Sul, Brasil.				
	Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil-A década de 1980.	Artigo	Google Acadêmico	Analítica	1997
	O homem, a agricultura e a história.	Livro	Google Acadêmico	Histórico multidisciplinar	2018
	Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura.	Artigo	Google Acadêmico	Bibliográfica e descritiva	2019
	Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea.	Livro	Google Acadêmico	Histórico analítico	2010
	Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária	Livro	Google Acadêmico	(...)	2007
Territorialização do capital	A TERRITORIALIDADE DO CAPITAL NO CAMPO: AGRONEGÓCIO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NO CEARÁ	Artigo	Google Acadêmico	Crítica e geográfica	2020
	A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E AS RELAÇÕES CAMPONESAS DE PRODUÇÃO	Artigo	Google Acadêmico	Político-histórica e crítica	2007
	Campesinato e uso da terra no semiárido cearense	Artigo	Google Acadêmico	Socioeconômica e teórica	2011
	Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização	Artigo	Google Acadêmico	Político socioeconômico	2008
	O poder do capital sobre a política territorial do estado brasileiro	Artigo	Google Acadêmico	Política e econômica	2017
	A comunidade Camponesa do Salgado no contexto da territorialização do capital em Quirinópolis	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Qualitativa	2012
	Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra	Dissertação	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Qualitativa e quantitativa	2014
	A territorialização do capital no brasil e o risco ambiental e existencial para os pescadores artesanais: o início de um debate.	Artigo	Google Acadêmico	Política e socioambiental	2019

	A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos	Tese	Google Acadêmico	Crítica e socioeconômico	2009
	A sujeição da renda da terra camponesa	Dissertação	Google Acadêmico	Materialista histórico-dialético	2012
	Territorialização camponesa na várzea da Amazônia	Tese	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Histórico-analítica e socioeconômica	2007
Política econômica					
	Política econômica e direito econômico	Artigo	Google acadêmico	Interdisciplinar	2010
	Agroindústria processadora e política econômica	Tese	Google acadêmico	Enfoque neocorporatista	1992
	Território e economia política - uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará	Tese	Biblioteca digital Brasileira de teses e Dissertações	Espacial	2011
	Política econômica e Estado	Artigo	Google acadêmico	Direito econômico	2008
	Por uma nova economia política – notas críticas à teoria neoclássica, ao direito económico e à política económica	Artigo	Google acadêmico	Crítica	2013

Fonte: Pesquisa bibliográfica realizada pelo autor.

Diversos autores contribuíram para compreensão do capitalismo, territorialização e desterritorialização (por Haesbaert), territorialização do capital e seus efeitos sobre as formas de organização territorial. Ana Emilia Ataíde (2017), ao citar Milton Santos, propõe uma articulação entre capital e território. Santos define o território como uma categoria analítica dominadora, composta por elementos naturais e sociais, onde as identidades estão ligadas ao lugar, ao trabalho, às trocas materiais e espirituais, à vida cotidiana e às práticas (Santos, 2007b).

O capital, nesse contexto, surge como símbolo da necessidade de trocas comerciais, estabelecendo uma economia monitorizada. Dos Santos (2017) aprofunda essa ideia ao tratar da territorialização do capital como o processo pelo qual o capital se apropria e reorganiza o espaço geográfico para atender seus interesses econômicos. De acordo com Catani (2017), ao conceituar o capitalismo, afirma que é um sistema em que os materiais apropriados com o que é obtido na produção, são predominantemente de

propriedade privada ou individual. Portanto, a propriedade privada e a troca são características principais dos produtores das mercadorias.

Diante disso, ao tratar da agricultura local de Sogá, envolve o processo de:

a) Conversão de terras coletivas em propriedades privadas;
b) Subordinação das práticas agrícolas tradicionais à lógica de mercado;
c) Redução da produção de arroz e alimentos básicos;
d) Degradação ambiental pela intensificação da monocultura de caju;
e) Privatização de terras antes comunitária;
f) Concentração de terra nas mãos de grupos privilegiados;
g) Perda de saberes e práticas culturais locais;
h) Conflitos entre comunidades.

Esses efeitos ilustram como a territorialização do capital pode impactar negativamente o modo de vida tradicional, tanto no âmbito econômico quanto social. Observa-se que, ao nível local os sistemas agrários: cultivo de *mpam-pam* e de cajueiros, dependem das políticas de organização social, mas se estruturam de formas distintas: o primeiro é conduzido pela resistência cultural, enquanto o outro se orienta pelo capitalismo, muitas vezes sob a influência das mesmas pessoas ou autoridades. Nesse contexto, a reestruturação territorial tende a favorecer os interesses do capital em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente, resultando em desigualdade, exclusão e perda cultural.

Silva (2024) aborda a questão do campo brasileiro a partir dos conceitos de *território territorialização do capital e monopolização*, fundamentando-se na perspectiva da geografia agrária crítica, especialmente nos conceitos formulados por Arivaldo Umbelino de Oliveira. Ao tratar da territorialização do capital no campo agrícola, evidencia que o capital se incorpora diretamente ao espaço rural, controlando todas as relações de produção e aos meios de produção.

Outro conceito central é o de monopolização do território. Silva (2024) afirma que, nesse sistema, o capital não controla totalmente os meios de produção, mas exerce domínio sobre a produção e as relações de comercialização, ou seja, sobre o mercado. Esse processo pode ser observado no contexto da agricultura Sogá, particularmente no cultivo do caju: os agricultores mantêm o controle sobre suas terras, mas a produção e a comercialização dependem do mercado, controlado pelos comerciantes, que ditam as

regras sobre os produtos.

Dessa forma, o território é utilizado como categoria analítica para compreender como o capitalismo controla e transforma o campo agrícola. O território é entendido como espaço em que o capital se territorializa ou monopoliza, subordinando comunidades tradicionais.

No caso da agricultura guineense, observa um impacto significativo sobre as terras agricultáveis, a partir da introdução da agricultura capitalista voltada ao mercado internacional. Esse processo revela uma mudança econômica e de práticas locais, transformando os espaços para uso capitalista, ou seja, territorialização do capital. Silva (2024) denomina esse processo como monopolização do território pelo capital". Isso permite compreender as transformações dos espaços tradicionais e coletivas em territórios Sogá.

A inserção do capital nos territórios resulta na exclusão de práticas comunitárias e na constituição de uma relação de produção centrada no capitalismo, Silva (2024, p.371), ao citar Oliveira, destaca os fatores condicionantes da territorialização dos monopólios:

> "A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica [...] (Oliveira, 2016, p. 127 apud Silva, 2024, p.371)

Esse fenômeno se evidencia no contexto Sogá, onde os membros da linhagem proprietária da terra e os anciãos, responsáveis pelo uso e distribuição, empregam a cosmovisão local em diversos aspectos sociais, exceto na transformação dos espaços em economia capitalista. Em outras palavras, são entidades físicas e jurídicas que detêm o poder sobre a terra, ao mesmo tempo, a capitalizam. Assim, quando se trata da coesão social, resistência cultural e transformações dos espaços coletivos em privados para sustentar o capitalismo (como no cultivo do arroz e do caju), são as mesmas pessoas que monopolizam os espaços agricultáveis e o território.

Por fim, nessa relação de produção capitalista, os agricultores não necessariamente utilizam integralmente os meios de produção capitalista. Em muitos casos, mantêm práticas e saberes tradicionais, inserindo-os dentro da lógica da produção econômica capitalista.

Segundo Fernandes (2005), existiam outras dinâmicas sociais e econômicas

associadas ao cultivo de arroz, que também definiram formas próprias de ocupação territorial. Mas em se tratando do povo Sogá, a territorialização se deu de modo tradicional, matrilinear e cosmogônico de organização social.

Com a introdução do cultivo de cajueiros, houve a desterritorialização de áreas antes ocupadas por produtores de arroz, tornando esses territórios dependentes da lógica da produção capitalista, o processo que Haesbaert (2004) entende como desvinculação de um determinado espaço e das atividades exercidas e a anexação do apropriador para controlar com diferentes recursos e objetivos. A isto Fernandes (2005) denomina como "territorialização do capital". Nesse processo, os agricultores de arroz ficaram excluídos do acesso político, econômico e simbólico às terras, resultando na perda de vínculos culturais e produtivos com seus territórios tradicionais.

Diante disso, de acordo com Fernandes (2008), podemos entender duas principais configurações territoriais: território agrícola tradicional, formado pela presença ativa dos agricultores, com a produção em pequena escala e grande paisagem diversificada. E território da agricultura capitalista, marcada pela homogeneização e grandes extensões de terra destinadas à exportação. Esse contraste é evidente na região de Sogá, onde o processo de territorialização do capital dá origem a novas formas de ocupação territorial que excluem práticas locais.

Caetano (2022) identifica três sentidos do território: controle institucional, território com instrumento de controle nacional, regional e municipal; instância inicial de formação, que pode ser propriedade privada ou comunitária; relações subjetivas, que envolve o corpo-território e dimensões simbólicas como ideologias, crenças e afetividades.

Quando Haesbaert (2021), no seu trabalho que aborda sobre a questão latino americana "*co corpo-território ao territorio-corpo (da terra): contribuições decoloniais*". Propõe um pensamento mais amplo sobre o território em sua dimensão geográfica, evidencia que, por ser um espaço de controle, acesso, domínio e apropriação, o território é indispensável à manutenção da vida dos povos originários e comunidades locais. Além disso, por ser espaço onde forças de poder são exercidas para o controle, o território assume caráter simbólico e funcional.

> "A perda desse controle, para os povos originários, ao contrário de um empresário capitalista, por exemplo, representa muito mais do que a perda de uma base de recursos – a ameaça a um território indígena significa a perda de todo um modo de vida, uma concepção de mundo, ligada de forma imanente à terra e a um conjunto de referenciais

> simbólicos aí envolvidos" [...] (Haesbaert, 2021; p.86).

Portanto, essa consideração amplia a compreensão da interdependência entre o material e o imaterial na experiência humana da territorialidade. A ênfase dada ao território pelos povos locais se manifesta como forma de resistência, ao mesmo tempo em que enfrentam atividades que ameaçam suas práticas tradicionais de uso territorial. Em Sogá esse embate torna-se perceptível nos sistemas de cultivo: de um lado, o sistema que busca resistir e preservar os modos de vida locais, de outro, a pressão do capital que ameaça desterritorializar essas práticas.

Para os povos tradicionais, a terra e o território representam muito mais do que simples fonte de trabalho e alimentação. Segundo Haesbaert (2014), esses elementos são também expressão de cultura, comunidade, história, ancestralidade e vida. O autor destaca que o território possui sempre um duplo sentido, material e simbólico. E está relacionado tanto ao poder explícito de dominação quanto ao poder implícito de apropriação simbólica.

Haesbaert (2021, p.27) aprofunda essa concepção ao afirmar que: "o território é resultado de formas, forças e estratégias de dominação material e apropriação simbólica sobre o espaço, envolvendo mais de uma dimensão (não apenas a política) e diferentes perspectivas espaciais escalares (do local ao global)".

Nesse contexto, a terra não é apenas um produto ou recurso, mas também uma lógica de relação harmônica entre o ser humano e o ambiente. Essa visão contrasta fortemente com a perspectiva capitalista ocidental, que tende a considerar a terra como fonte de matéria-prima para suprir necessidades. A exemplo da forma como a agricultura foi alinhada e introduzida no período colonial, sob uma visão mercantil voltada à exploração para o mercado, observa-se que atualmente esse modelo foi incorporado e acabou dividindo os agricultores. Essa divisão se manifesta tanto no campo quanto no ponto de vista cosmogônico e cosmológico, sendo que alguns mantêm suas práticas tradicionais como forma de resistência.

Segundo Metz (2007), na concepção das populações tradicionais, a terra não pertence ao ser humano, é o ser humano que pertence à terra. Para o povo da Ilha Sogá, essa relação é vivida de forma orgânica, a terra é uma extensão da própria vida, parte do ser. Enquanto isso, na visão ocidental, predominam os valores de individualismo e propriedade privada (Diegues, 1998; Domingos, 2011).

Essa diferença de percepções revela um conflito profundo entre lógicas culturais,

Quijano (2005) denomina esse processo de “colonialidade de poder”, resultado de um longo processo cognitivo que impôs uma relação forçada com a natureza. Mignolo (2003) complementa essa crítica ao afirmar que, sob a perspectiva decolonial, trata-se de uma disputa epistemológica contra as lógicas da modernidade.

Na Ilha Sogá, há áreas que, tradicionalmente, eram consideradas sagradas ou restritas para determinadas práticas, como o cultivo de *mpam-pam*, atividades religiosas. A modernidade, no entanto, transformou essas áreas em espaços possíveis de ocupação, contrariando a lógica cultural tradicional. Esse processo pode ser compreendido como uma forma de territorialidade, uma estratégia de dominação que busca controlar espaços e influenciar comportamentos. Conforme define Haesbaert (2021): “a territorialidade se dá na busca por tentar diferenciar um espaço e distingui-lo entre seus ocupantes (tornando-o exclusivo), expressando o vivido territorial por uma coletividade”. Assim, a territorialidade expressa não apenas o controle físico de espaço, mas também a imposição de valores, práticas e significados que reconfiguram o modo de vida das comunidades tradicionais.

A forma de ocupação e uso do espaço trazido pelo colonizador influenciou diretamente os modos de produção dos Sogás. Alguns grupos se alinharam à modernidade e à lógica capitalista, desterritorializando práticas locais, porém, mantiveram suas formas tradicionais de práticas agrícolas, ligadas à cultura e identidade comunitária. Portanto, Moura et al. (2025) explicam a desterritorialização como um processo de remoção forçada de comunidade de seus territórios, rompendo a relação material e imaterial entre os sujeitos e o espaço que habitam. Trata-se, portanto, de uma forma radical de expulsão que, além de afetar o papel social e econômico dos espaços, provoca uma ruptura nas práticas culturais que sustentam a política social da comunidade. Em termos gerais, o processo é entendido como a desvinculação entre o povo e seus espaços de moradia ou de atividades agrícolas.

Chelotti (2010) complementa que a desterritorialização ocorre em três dimensões: Política, enfraquecimento das fronteiras; Cultural, deslocamento simbólico e perda da identidade e; Econômica, desenraizamento das atividades produtivas. O autor ressalta que se trata de um processo não isolado, pois a perda de vínculos em determinado espaço é acompanhada pela apropriação e criação de novos vínculos.

Isso ocorre entre os agricultores de Sogá, as ideias capitalistas, de caráter separatistas e individualista, acabam por forjar uma desvinculação que desrespeita a política de organização voltada à coesão social. Essa ruptura enfraquece a orientação

comunitária e promove uma vinculação a atividades opostas à cultura local, contribuindo para a perda da identidade e da essência cultural, refletida diretamente nas práticas econômicas.

Para Matos et al. (2011), ao tratarem da territorialização da agricultura moderna no Brasil, destacam que o processo está diretamente ligado à modernização do território e à dispersão do capital. A territorialização nesse contexto, é apresentada como apropriação e reorganização de espaços pelo capital, mediada pelo poder, transformando espaços agrícolas em lógicas subordinadas ao mercado global e introduzindo novas formas de uso da terra, com impacto de exclusão social.

Tsukamoto (2010) amplia essa perspectiva ao afirmar que a territorialização vai além da conquista do espaço físico, envolvendo política e assistência, fases de ocupação, transformação do espaço, dimensões econômicas e produtivas, além da identidade e pertencimento. Assim define-se com a transformação da terra em espaço e vida, trabalho e organização, articulando dimensões sociais, econômicas e políticas.

Benincá et al. (2020) segue a mesma linha crítica, ressaltando os efeitos sociais, ambientais e econômicos da territorialização. Para autores, trata-se de um processo que reorganiza o espaço de forma parcial e excludente, marcado por forças e contradições.

Haesbaert (2024) enfatiza que os processos de territorialização e desterritorialização são fundamentais para compreender as ações nas dinâmicas sociais e espaciais. No caso estudado, a territorialização definiu o papel agrícola em Sogá e introduziu novos elementos práticos e socioculturais nas comunidades de agricultores, tradicionalmente voltadas ao cultivo de subsistência.

Segundo Caetano (2022), isso reflete em todo o cenário global, em que todos os Estados ou sociedades objetivam em controles dos seus territórios para exploração dos recursos (matérias-primas), comercialização e geração de lucros e capital. Porém, no contexto guineense, isso mostra positivo em certos lugares como os da zona continental, principalmente no setor agrícola, em que as terras aráveis contam com uma extensão de 1.410.600 hectares, contribuindo com mais de 50% para o PIB. (Organização das Nações Unidas, 2019; INE, 2009).

Portanto, em síntese do que foi apresentado pelos autores, podemos compreender que a territorialização não deve ser entendida apenas em seu aspecto negativo. Mas neste estudo, trata-se, neste caso, de um processo que o capital está se territorializando, modificando os espaços e as relações de produção e reproduçãoem Sogá, levando-as a perder de forma brusca suas essências culturais.

O capitalismo, embora definido por Mendes (2021) como um sistema econômico e não político, possui um caráter dominador que se adapta melhor aos países Europeus. Na realidade do povo Sogá, esse sistema foi inserido de forma abrupta, com a colonização, provocando um desvio nos modos de organização.

Essa abordagem revela que, para o capitalismo, é essencial dominar e controlar todas as formas de produção e reprodução, visando à acumulação de bens individuais (Quijano, 2005). Embora as principais características do sistema capitalista sejam o individualismo, a propriedade privada, a mercantilização dos produtos e da força de trabalho. Porém, desde o período colonial à pós independência, nos dois períodos o Estado manteve ativo no controle econômico (principais setores econômicos do país) , portanto, essa fase se diferencia do período pós 1980, da liberalização econômica ou capitalismo de livre comércio, período em que o Estado deixou de ter máximo controle econômico do país. O que evidencia a comercialização na Ilha Sogá, em que cada comerciante estabelece o valor do seu produto, inclusive os empresários no período da comercialização da castanha de caju. No entanto, presenciou-se duas fases do capitalismo que se dispõem diretamente aos princípios das sociedades tradicionais

Cada grupo social possui formas distintas de se relacionar com a natureza. No caso dos Sogá, essa relação é de interdependência, moldando seus modos de vida e garantindo a sobrevivência de sua cultura.

Moreira (2007) defende a conservação como estratégia de uso sustentável da natureza, considerando o ser humano peça fundamental no equilíbrio ecológico. Contudo essa visão tem sido distorcida em favor de interesses capitalistas, alterando a relação entre populações tradicionais e o meio ambiente.

Contudo, as regras globais de uso e consumo tem provocado desvios nas práticas desses grupos. Países considerados “desenvolvidos” frequentemente utilizam discurso preservacionista como estratégia para dissociar o ser humano da natureza, tratando a preservação como sinônimo de exclusão. Essa lógica capitalista não constitui para a realidade de diversos países e culturas, com caso da Guiné-Bissau e, especialmente, de Sogá, onde seriam necessárias alternativas de uso da natureza que respeitam os modos ancestrais, sem causar prejuízos.

Desde as etapas iniciais no processo de cultivo do *mpam-pam*, observa-se que as técnicas agrícolas tradicionais utilizadas em Sogá são fundamentais para manter a vida da produção local. Destacam-se, especialmente, a queima controlada e o pousio, período de descanso da terra após o cultivo de arroz, sistema referido por Cabral (1956) como

prática que favorece a regeneração do solo.

Menegaes et al. (2022) destacam que o cultivo é uma atividade agrícola intensiva de grande relevância socioeconômica, que combina tradições culturais com técnicas modernas de produção e comercialização. Já Gotsch (1995) entende a cultura como o processo de obtenção do necessário da natureza para viver, ressaltando que não se limita a técnicas de produção, mas envolve formas de relação com os processos naturais.

Isso evidencia-se na forma de relação com espaços e produção, na medida em que tudo se baseia nos saberes, práticas e materiais de tecnologia menos avançados, sem envolvimento de produtos industriais no processo. Dessa maneira, obtêm suas produções apenas em nível de sustento.

Com isso, podemos entender o plantio tradicional, descrito como processo manual e lento, voltado à agricultura familiar, realizado com ferramentas simples para abertura de covas e inserção de sementes. Nicolodi (2008) observa que, no sistema convencional, o plantio envolve revolvimento de queima da vegetação orgânica do solo, privilegiando indicadores químicos como determinantes da produtividade. O autor contrapõe esse modelo ao plantio direto, que desafia paradigmas tradicionais de avaliação da fertilidade.

Isso nos revela a diferença entre os dois sistemas praticadas em Sogá, em que no cultivo de cajueiro a exploração é feita através do proveito do fruto de caju (pseudofruto) e castanha de caju, no processo de extração ou coleta. Vieira da silva et al. (2014) definem o extrativismo como prática produtiva que articula cultivo e coleta natural, envolvendo saberes e manejo integrado ao sistema agrícola. De modo semelhante, Silva (2019) utiliza o termo para tratar da exploração do cajueiro, baseado na coleta direto dos frutos e castanhas, sem técnicas estruturadas, caracterizando uma exploração direta dos recursos naturais. Com base nas ideias dos autores, e da natureza do cultivo de cajueiros, no contexto agrícola Sogá, embora o processo de extração ou coleta seja totalmente tradicional, mas apresenta como uma atividade econômica moderna, inclusive ligado ao capitalismo.

Dessa forma, Silva et la. (2006) abordam a modernização agrícola a partir de uma revisão crítica dos modelos neoclássicos, como os de Schultz, que defendem o uso de insumos de alto rendimento. Para Schultz, a agricultura pode ser um pilar do crescimento econômico mediante a introdução de novos elementos tecnológicos. Paiva, por sua vez, argumenta que a modernização pode gerar desigualdade social, exclusão e concentração de renda, propondo um dualismo tecnológico: coexistência de um setor agrícola moderno e outro tradicional, equilibrando a produção. Silva (2006) reconhece a modernização

como necessária para o desenvolvimento econômico, mas ressalta suas complexidades.

Lobão (2016) entende a modernização agrícola como processo multidimensional, marcada pela industrialização da agricultura. Ao analisar a Amazônia, aponta avanços tecnológicos e aumento da produtividade, mas também contradições, como ampliação das desigualdades regionais e impactos ambientais. Essa visão evidencia que o capital se integra de forma desigual em diferentes sociedades, isso acaba apresentando na relações de produção. .

E no contexto tradicional não se trata da produtividade. Cabral (1956) alerta que a modernização agrícola não pode ser imposta universalmente, pois depende de técnicos e profissionais qualificados, algo escasso em Sogá, embora não seja o foco de abordagem. Mendes (2021) reforça que a modernização busca converter a produção tradicional, considerada atrasada, em uma estrutura alinhada ao capitalismo, mas frequentemente resulta em exploração dos produtores rurais. Mendes (2022) acrescenta que, em caso da Guiné-Bissau, em 1880, apenas 15% da população havia concluído o ensino primário, o que dificultava a adoção de técnicas modernas.

Do ponto de vista sociológico, Junior (2010) analisa o conceito da modernidade como fase de capitalismo burguês e do consumismo, associada por Weber à racionalidade e ao regime constitucional. Mendes (2021) diferencia agricultura familiar, voltada ao consumo próprio e diversificada, do modelo capitalista, insustentável para pequenos produtores que não conseguem competir. A influência da agricultura moderna levou à substituição de saberes ancestrais da sustentabilidade local.

Cabral (1956) evidencia choque entre sistemas tradicionais e modernos de apropriação de terra, mostrando que a exploração capitalista, introduzida pela colonização portuguesa, levou a privatização de grandes áreas e impactos negativos. O cultivo de cajueiros em larga escala reduziu áreas destinadas a outras culturas, como o arroz, provocando desigualdade social e conflitos.

Ali os sistemas mais antigos e enraizados em tradições comunitárias, não foram estruturados para sustentar o modelo capitalista. Ainda assim, a Guiné-Bissau assim como outros países de África, adotou as formas de organização social ocidentais como forma de governo, acompanhada do capitalismo, sem considerar os pilares que sustentam as sociedades tradicionais e seus modos próprios de produção e organização (Mendes, 2021). Portanto, a estrutura capitalista, por ser político e econômica, não se alinha aos sistemas tradicionais Guineense, tão pouco à visão e crença do povo Sogá. Esse fenômeno não apenas afeta a população local, mas também desperta atenção e inquietação na

comunidade acadêmica, que observa com preocupação a transformação acelerada nas paisagens Sogá, onde vive a população tradicional estruturante daquela sociedade.

Segundo Cardoso (2010), a população tradicional pode ser entendida como "entidade caracterizada por uma mesma língua, mesma tradição cultural e histórica, pela ocupação do mesmo território, por uma mesma religião e, sobretudo, pela consciência coletiva de pertença a essa comunidade".

Tratar das populações tradicionais é uma tarefa complexa, devido aos desafios conceituais e às visões profundas das culturas envolvidas. Diegues (1998, p.75) apud Moreira (s/n) assinala o uso do termo "comunidades locais", indígenas ou povos locais, para se referir aos nativos. No entanto, a terminologia sociedade tradicional, comunidade tradicional ou população tradicional revela uma diversidade de abordagem entre diferentes antropólogos.

Segundo Moreira (2007), essas comunidades possuem especificidades marcantes, como a relação direta com a natureza e o vínculo histórico com seus territórios, fundamentado em suas características culturais: "não apenas as comunidades indígenas, como também outras populações que vivem em estreita relação com o ambiente natural, dependendo dos seus recursos naturais para a sua produção sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental".

Os traços culturais são essenciais para compreender determinados grupos sociais. Moreira (2007) chama atenção para os equívocos na denominação das populações tradicionais, especialmente quando se baseia em critérios geográficos ou de ocupação territorial. Essa abordagem pode ser considerada uma falha social e científica. A identificação destas populações deve considerar suas múltiplas formas de relação com o meio ambiente, seus modos de vida, e seus aspectos culturais, econômicos, espirituais e simbólicos.

Autores como Manuela da Cunha e Mauro W. B. Almeida (2001) discutem o efeito do colonialismo nas relações culturais, especialmente na forma como os grupos são denominados, com termos como índio, tribal, nativo, ou negro, que carregam implicações históricas e políticas.

O conceito de tradição, conforme Mortureux (1999), reflete e engloba as identificações de um modo de vida e crenças, estando intimamente ligado à identidade e à história de um grupo social.

Para que haja aceitação do "outro", como o próprio Mudimbe (2019), é necessário reconhecer as organizações políticas de diversas sociedades, muitas vezes semelhantes ao

Estado. Bem como valorizar suas culturas (Mignolo, 2003). Antônio Pinheiro (2005) dialoga com Mudimbe nessa linha de pensamento, defendendo um regime de alteridade que reconheça culturas consideradas "inferiores" por paradigmas europeus. É fundamental evitar argumentos que desqualificam essas culturas com base em teorias evolucionistas como as do Morgan ou Hegel.

Esse debate precisa ser multicultural, pautado no respeito, reconhecimento e aceitação das diferenças. Embora não seja o foco central deste estudo, é importante trazer essas reflexões para contextualizar a abordagem adotada.

Portanto, embora as abordagens teóricas utilizadas como referência, em algum momento foram usadas para tratar diretamente da categoria "territorialização do capital", aqui foi feita apenas um recorte para evidenciar como as áreas de cultivo estão se transformando juntamente com as práticas e saberes, demonstrando a territorialização do capital. Contudo, é importante esclarecer que ainda não houve uma consolidação da territorialização do capital em Sogá, devido à resistência cultural existente.

Apesar disso, observa-se uma mudança significativa: a produção agrícola tradicional vem sendo gradualmente substituída por um modo econômico capitalista, introduzido desde o período da colonização. O referencial teórico utilizado ilustra, portanto, a necessidade de avanço conceitual para compreender esse processo na perspectiva territorial.

3 - A PRODUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO POVO SOGÁ: PRÁTICAS AGRÍCOLAS, TÉCNICAS E CULTIVO DO ARROZ (*MPAM-PAM*)

No arquipélago, os Bijagós distinguem-se dos demais grupos sociais da Guiné-Bissau por suas características singulares, como uma fisionomia bastante distinta (a tonalidade mais escura de sua pele). Além disso, a localização geográfica do arquipélago, afastada da parte continental, contribui para que seus grupos sejam vistos como culturalmente diferentes. Essa singularidade cultural abrange, entre outros aspectos, seus conhecimentos e práticas náuticas.

Sobre a origem dos Bijagós, várias hipóteses foram levantadas, como afirmam Cardoso (2013), Djaló (2013), Injai (2017) entre outros, que até então constitui um mistério. Acreditam que não são originários destas ilhas que lhes serviram de morada há séculos. Algumas histórias afirmam que teriam chegado depois de terem sido derrotados por outros povos do continente, chegaram às Ilhas e construíram as suas aldeias nos

centros e nas margens das ilhas. De acordo com Simão (1935) e Scantamburlo (1978), acreditam que habitaram as Ilhas por séculos, e tinham estabelecido contatos com alguns povos, como do antigo Egito, Fenícia e Etiópia.

Entretanto, o contato com outros povos não justifica tanto sua origem, inclusive são povos marítimos, já que habitam as Ilhas há séculos e consideram este lugar origem do mundo, acreditando que tudo começou ali, como veremos mais à frente sobre a explicação da origem do mundo Bijagó ou para os Bijagós.

Pela afirmação do Simão e Scantaburlo, percebe-se que os Bijagós se assemelham aos outros grupos sociais da África e do país (Guiné-Bissau) em termos linguísticos, isto é, na denominação de certos objetos, hábitos, entre outros aspectos. Existe uma hipótese que se baseia na expansão do grupo humano na África ao longo da história e sua migração para diversas regiões do continente e do mundo, escrito por (Lêvequê, 2012; Jordan, 2001). Portanto, existem outros grupos dos povos guineenses que coabitam junto dos bijagós no Arquipélago (Pepél, Mancanhi e Balanta). Não se sabe como essa história começou, e os autores não conseguem afirmar a origem dos bijagós por falta de base ou elementos suficientes. Aqui limitamos a dizer que são originários das ilhas onde habitam há séculos.

Os habitantes da ilha Sogá têm o campo agrícola como sua principal fonte econômica além da pesca, população de agricultores que vive um desafio enorme na atualidade, frente às demandas do mercado. Já que na Guiné Bissau, a castanha de caju tem ganhado status importante na agenda comercial do país, sendo seu maior produto de exportação, a demanda internacional por este produto tem trazido riscos de super-exploração dos muitos territórios guineenses, incluindo na ilha Sogá. Ali, algumas famílias já tornaram-se dependentes do comércio de castanha de caju (Nhiracó, 2023).

Portanto, os agricultores da ilha se deparam com sérias implicações, principalmente pelo baixo rendimento na produção de arroz. Porque nas últimas décadas, o plantio de cajueiro tem ocupado as terras tradicionalmente usadas pelas famílias para o cultivo do arroz. Por outro lado, a agricultura de *mpam-pam* continua a ocupar a parte mais notável da economia e do modo de vida em Sogá. Portanto, a nossa hipótese é que, se for gestionado bem a questão agrícola na ilha, priorizando mais o cultivo do arroz, além de ter a vantagem na ascensão e manter a economia local, é uma das formas de cumprir tradicionalmente e minimizar a insegurança alimentar a nível local.

As oportunidades dos mercados e as condições que determinam a produção agrícola variam dependendo das áreas geográficas, as ilhas apresentam menos opções e

condições devido às pequenas extensões das terras e à inexistência de tecnologias para produtividades agrícolas em grande escala. A dimensão espacial e condições climáticas que condicionam as atividades produtivas na ilha Sogá, onde mesmo com as variedades de cultivos ainda predominam os dois principais (arroz e caju), integram o foco deste trabalho em termos da organização da produção social e política do povo Sogá..

O destino da produção agrícola, sendo a principal fonte econômica da maior parte da população que habita a ilha Sogá, constitui-se em problema quando é dirigido em sua totalidade para o mercado externo, sendo que todos os produtores são autônomos, isto é, cultivam o arroz para subsistência ou consumo familiar e plantam caju para ser mercantilizado.

Assim, quando chega a época chuvosa, tradicionalmente destinada à prática agrícola, não demonstram interesse em plantar, pois depositam sua confiança na economia gerada pela campanha de comercialização da castanha de caju (*cuco-de-cadju*) (Mendes 2022, Caetano, 2022). A campanha de comercialização depende tanto dos empresários estrangeiros, que se estabelecem em diferentes áreas das zonas rurais para troca comercial no período da colheita.

Existem outros cultivos e produções no sistema agrário em Sogá, mas neste momento da pesquisa, trataremos especificamente do *mpam-pam* relacionando produção política e social ligada às práticas e técnicas agrícolas em Sogá.

3.1 A RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE *MPAM-PAM*

No arquipélago, a diversidade das ilhas e a divisão administrativa, representam uma pequena proximidade entre habitantes que compõem cada limite geográfico. Essa proximidade não mostra um alinhamento das práticas sociais e políticas entre eles. Embora algumas regras modernas interfiram na organização local, como afirma Pinheiro (2000) ao tratar das sociedades tradicionais, a gestão dos espaços ainda se baseia no respeito às linhagens e aos anciãos que as representam, preservando a estrutura tradicional.

Com relação ao poder e à representatividade, existe uma entidade (pessoa) denominada *Comitê*[9], cuja função é facilitar a comunicação entre o poder local e o poder

[9] Denominação do indivíduo que exerce a função de intermédio entre o poder local e central (o nome tem origem colonial).

central. Em outras palavras, atua como intermediário. Além disso, possui a atribuição de exercer a justiça, realizando julgamentos em casos de conflitos entre duas ou mais pessoas da comunidade, sempre a serviço do governo central. Essa autoridade foi criada durante o período colonial, quando os portugueses nomeavam um dos membros da comunidade local que sabia falar e escrever português. Esse indivíduo desempenhava o papel de poder judicial ou tribunal. Atualmente, o Comitê mantém o mesmo funcionamento.

Atualmente, a estrutura do poder político local enfrenta uma crise e apresenta um funcionamento híbrido, especialmente no que se refere à concessão e uso dos espaços de cultivo (Indjai, 2017). Com essa constatação, afirma-se a necessidade de compreender as particularidades da organização política em Sogá. O sistema político da ilha está dividido em cinco aldeias, cada uma funcionando como uma unidade autônoma, abrangendo suas próprias atividades sociais, religiosas e econômicas tradicionais. Nessas práticas são atribuídas fidelidade ao *Oronho* e aos anciãos das aldeias: *Ancauke, Eticoba, Ebeji, Etanburo, Ancubinh e Ancamiho*.

O funcionamento político de cada tabanca baseia-se nos *djorçons* (essa palavra equivale ao termo linhagem, e significa grupo de indivíduos com a mesma ascendência e relações matrilinear), que concedem autoridade aos *Oronhos* para exercer poder sobre as terras estendendo-o aos territórios de outras aldeias (Cardoso, 2013). Isso é possível, porque as quatro linhagens: *Orakuma, Ominka, Oguané e Oraga*, existem em todas as tabancas, facilitando a interação entre as autoridades locais, conhecidas como *donos do chão ou da terra.*

Os *djorsons* são proprietários de suas aldeias e, dentro delas, estabelecem normas e práticas relacionadas à gestão territorial. Além disso, outras atividades, como coleta e pesca, são reguladas não apenas pelas condições naturais, mas também pelos princípios culturais (Sanó, 2020). Para compreender melhor a mediação cultural entre os habitantes da Ilha Sogá e a natureza, torna-se fundamental explorar aspectos da cosmologia, isto é, a crença imaterial e material, tratado por Cardoso (2010).

Paula Fortes (2011) descreveu como os poderes foram distribuídos entre as quatro *djorçon*s, conforme a lenda Bijagó. Para ela, a organização social, política e econômica também se fundamentam nesses princípios. Um exemplo é a linhagem *Orakuma*, que recebeu o controle sobre a terra e a responsabilidade pelas cerimônias nela realizadas, além do direito de confeccionar as estatuetas do Irã (Injai, 2017). De acordo com a tradição, a primeira dessas estatuetas foi feita à imagem de Deus. Em Sogá, essa visão confere à linhagem *Orakuma* autoridade sobre todas as terras da ilha.

Paula Fortes (2011) explica a concepção da origem do mundo Bijagó que fundamenta a distribuição dos poderes, da seguinte forma:

> "Tudo começou assim: Deus, o Criador, existiu sempre, e no início da vida foi criada a primeira ilha - a ilha de Orango - que era o mundo. Mais tarde chegou um homem e sua mulher, de nome Akapakama. Eles tiveram quatro filhas a que deram os nomes de Orakuma, Ominka, Ogubane e Oraga. A seguir surgiram os animais e plantas. Cada uma das filhas de Akapakama teve por sua vez, vários filhos, os quais receberam, por parte do avô, direitos especiais. Os de Orakuma receberam a terra e a direcção das cerimónias nela realizadas, bem como o direito de fazer as estatuetas do Irã, tendo sido a primeira executada por Orakuma e feita à imagem de Deus. Este direito seria também dado por Orakuma às suas irmãs. Os de Ominka receberam o mar e passaram a ocupar-se da pesca. Os de Oraga receberam a natureza com as bolanhas e as palmeiras, o que lhes daria a riqueza. Os de Ogubane receberam o poder da chuva e do vento, podendo desencadeá-los, controlando assim o suceder das épocas da seca e da seca e das chuvas. Assim, as quatro irmãs desempenhavam funções diferentes, mas que se complementavam" (Fortes, 2011: s/n).

Conforme a explicação da autora, pode-se entender que os Bijagós acreditam que descendem de quatro linhagens que são apresentadas como filhas do criador. Por essa razão, as sociedades Bijagós, tradicionalmente, se estruturam com base nessa lenda. Segundo Indjai (2017), todo *cabognh*a (ancião) bijagó, incluindo da ilha Sogá acredita que descende do *Orebok*[10], que deu origem às *nugús* (linhagem). Indjai descreve que as linhagens são importantes, pois conferem privilégios para o exercício de diferentes cargos, de acordo com o pertencimento do indivíduo.

Em condições normais, não há limites políticos entre membros da mesma linhagem de diferentes aldeias no que diz respeito ao acesso e uso das terras agrícolas (Canto, 2020). A concessão dessas terras cabe às autoridades que podem, por exemplo, atribuir as terras *Orakuma* de *Eticoba* aos agricultores da mesma linhagem de *Ancaminho* para cultivo.

Embora existam essas normas, a distribuição das terras não segue um rigor absoluto, pois outras linhagens também exercem autoridade sobre recursos e precisam de terras para o cultivo. Dessa necessidade, surge a lógica do uso coletivo, conforme a visão Bijagó. Na cultura tradicional, tudo que existia antes do homem não pode ser apropriado definitivamente, e os bens pertencem à comunidade como um todo, sem limitações a uma única aldeia (Cardoso, 2008; Matz, 2007).

Entre os aspectos que interligam a estrutura, o aspecto religioso é mais relevante,

[10] *Orebok*, na língua bijagó, que significa entidade sobrenatural ou ancestral.

na organização Sogá. Para realizar qualquer cerimônia ou atividade de cultivo, é necessário garantir o pertencimento espiritual do local (Cantaco, 2020; indjai, 2017). Por exemplo, nenhuma decisão pode ser tomada em uma comunidade sem o conhecimento dos sacerdotes(as) proprietários da terra.

No sistema religioso, os sacerdotes e sacerdotisas ocupam uma posição superior dentro das estruturas sociais (Sanó, 2012; Saraiva, 2015). O *Oronho*, chefe e representante máximo religioso, político social, compartilha suas responsabilidades com as Sacerdotisas. Entre suas funções incluem a:

- Distribuição das terras para cultivo;
- Criar lei e garantir a justiça local;
- Determinar datas do início agrícola e das cerimônias de iniciação;
- Representar a comunidade perante as autoridades e organizações.

Portanto, cada aldeia conta com um *Oronho* local, o que mantém o poder nas mãos dos donos da terra e reforça a organização da sociedade. Esse modelo difere do sistema político dos outros grupos que compõem o país, a exemplo dos Mandjacos, Pepel e Fula, que têm uma organização social vertical, isto é, contam com o único chefe nas decisões.

Segundo as autoridades da Guiné-Bissau, a legislação sobre a terra está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 5/98, artigo 2º, que estabelece que: "na República da Guiné-Bissau, a terra é propriedade do Estado e patrimônio comum de todo povo" (DECRETO ELI DA TERRA, 1998). A distribuição de terras nas zonas rurais entre linhagens, aldeias e famílias segue padrões semelhantes aos de diversos povos africanos (ABREU, 2012). As autoridades das aldeias, especialmente as linhagens donas da terra, reúnem-se em conselho para definir a distribuição das terras destinadas ao uso comunitário, conforme o princípio estatal que garante a terra às comunidades locais dentro dos limites de sua utilidade econômica.

Na **Figura 4**, observam-se duas mulheres que atuam como sacerdotisas e constituem uma autoridade. Todos os elementos apresentados na imagem representam uma identidade cultural. As bolsas artesanais, posicionadas à frente das duas mulheres, carregam materiais utilizados durante a cerimônia e são manuseadas exclusivamente por elas. A cabaça, por sua vez, é ocasionalmente colocada sobre a cabeça quando se invocam os ancestrais no ritual ou presenciando um ato cultural importante. Normalmente, há também uma jovem considerada "pura" que presta serviços durante a cerimônia, porque qualquer pessoa não pode tocar nas coisas delas.

De acordo com a organização política da Ilha, elas desempenham um papel fundamental, sendo responsáveis pelas decisões relacionadas à realização das cerimônias femininas. Além disso, participam ativamente das deliberações em conjunto com os régulos.

Figura 4: Representação política religiosa (Sacerdotisas) da *Eticoba*, Sogá.



Fonte: Edy Alves (arquivo pessoal).

Há diferenças entre os povos tradicionais da Guiné-Bissau no que diz respeito à governança. Na sociedade Bijagó, por exemplo, a estrutura social é horizontal, sem estratificação, as tomadas das decisões acontecem numa assembleia e todos participantes têm o direito e poder de decidir. Os anciões das aldeias (formadas pelos chefes das famílias) são os responsáveis por estabelecer as regras e organizar a distribuição das terras para agricultura ou construção de moradias, sempre levando em consideração que a terra pertence a comunidade local e todos têm direito ao seu uso conforme a definição das linhagens (Cardoso, 2013; Fernandes, 1989).

Essas funções acompanham a evolução das sociedades, mantendo os sistemas políticos tradicionais. No entanto, essa estrutura entra em conflito com o 4º ponto do artigo citado (Decreto-Lei nº 5/98, artigo 2º), *que prevê que a terra pode ser coletiva ou privada para quem a ocupa*. Seja porque alguns ocupantes desconhecem a legislação ou devido à influência do capitalismo que impulsionou a privatização da ocupação das terras agrícolas. Alguns responsáveis pela distribuição passaram a ocupar maior parte das terras aráveis e, em alguns casos, a privatizar áreas, como aquelas com cajueiros (Madeira, 2019).

Embora o Estado demonstrou, por meio da legislação, que a terra é livre e está disponível para uso econômico das comunidades locais, assegurando o direito de todos, observa-se que deu a possibilidade de alguns privatizar as terras, em caso daqueles que têm o poder e responsabilidade pela distribuição das terras.

O conceito de povo tradicional, segundo Cardoso (2010), refere-se a um grupo social unido que compartilha o mesmo território com base em uma consciência comunal. Para Fulano (2023), a comunidade estabelece uma forma de organização territorial comum, representando entidades sociais nas quais as pessoas se integram por meio de relações primárias, intimidade e normas de orientação social. Os habitantes da ilha Sogá compartilham um sistema de uso comunal das terras fundamentado na cosmologia que explica a criação da ilha de Orango.

A presença feminina está relacionada a uma característica social matrilinear e a uma dimensão cosmológica. Camille Scholl (2017), em sua abordagem, destaca o papel da mulher no mundo Bijagó, especialmente na esfera religiosa, como sacerdotisa. Sua importância está diretamente ligada ao caráter religioso, o que reforça a sua relevância na sociedade Bijagó, uma sociedade teocrática.

Segundo a cosmologia, os espíritos[11] são responsáveis por manter os acontecimentos e processos dentro da comunidade local e de seu ambiente circundante. Eles atuam como guardiões dos eventos cotidianos, garantindo equilíbrio e harmonia na vida das pessoas (Domingos, 2011). No mundo Bijagó, essa crença não é diferente: acreditam que os espíritos estão profundamente ligados ao meio ambiente, tendo uma influência sobre os elementos naturais como rios, florestas, mar etc. São considerados parte integrante do ecossistema, desempenhando um papel essencial na manutenção do equilíbrio entre a comunidade e seu habitat.

Conforme Templs (2016), as comunidades tradicionais africanas buscam preservar a ordem dentro da base comunal. A dimensão cosmologia e a relação com a terra são aspectos que mais caracterizam esses povos (Wiredu, 1992). Segundo Domingos (2011), esta visão apresenta uma compreensão singular sobre o propósito da existência humana no universo. Nessa perspectiva, a finalidade do homem está intimamente ligada à ordem dos seres da natureza, transcendendo desejos e aspirações individuais.

Essa conexão profunda do ser humano com o seu ambiente natural é essencial para compreender a forma como os africanos concebem sua relação com o mundo

[11] O sagrado ou ancestral, neste contexto é crença na existência da pessoa que teve a vida terrena; o que conecta a pessoa com universo.

(Mendes, 2017). Isso se apresenta muitas vezes, na atribuição de agenda cultural a seres, forças, objetos e elementos vivos não humanos. Assim, todos os lugares e elementos naturais podem ser dotados de espiritualidade.

Descola (1997) denomina essa característica de agenda cultural de animismo, diferenciando-o do naturalismo que é uma forma de objetificação da natureza. Para ele, o animismo integra o ser humano à natureza, diferente do naturalismo, uma formação ideológica à sua materialização e exploração. Sociedades animistas organizam suas relações no mundo a partir da crença de que os seres da natureza são dotados de princípios próprios. Isso inclui lugares e atividades ligadas à produção de alimentos. A descrição de Descola parte de estudos com povos indígenas da América do Sul, mas podemos correlacionar o conceito com a situação dos habitantes em Sogá.

Conforme salientam Cardoso (2013) e Indjai (2017), para os Bijagó, a natureza é compreendida como um ente sagrado, responsável por manter a relação religiosa e mítica entre os humanos e os demais seres vivos, portanto, representa uma característica do animismo. Crer nos fenômenos, assim como nos seres, atribuindo-lhes uma essência espiritual, significa reconhecer uma conexão entre o físico e o espiritual, essa relação fundamenta a noção de sagrado, pois se acredita que os lugares e seres possuem espíritos. E na interpretação de Dulley (2004) e Lipietz (2017), a natureza pode ser analisada a partir das relações sociais, permitindo que sistemas sociais distantes conheçam e modifiquem o meio natural.

Com relação às normas internas na preservação das práticas agrícolas, a cultura Bijagó valoriza certos aspectos, no caso do *sagrado*; espaços considerados *sagrados*, normalmente são reservados para a vida social e para a tradição local. O cotidiano do bijagó está profundamente ligado a uma visão religiosa que não se dissocia do papel social, portanto, a noção do *sagrado* é um elemento fundamental para preservação dos lugares da prática agrícola (Saraiva, 2015). Algumas ilhas e lugares são protegidos para manter atividades agrícolas em específico, conservando o elemento *sagrado*. Um exemplo é a ilha Rubane, que não podia ser mercantilizada, nem habitada permanentemente pelo homem, sendo destinada exclusivamente à prática de cultivo de arroz de sequeiro e religioso dos bijagós.

O conceito de *sagrado*[12], em muitos casos, é utilizado como forma de proteção do

[12] O *sagrado*, ali é entendido como lugar ou espaço importante e restrito a contato humano, que contém os espíritos protetores. Portanto, a visão do sagrado para a tradição bijagó diz respeito ao material e ao material.

bem comum ou privado contra ações individuais predatórias, conforme estabelecido na organização social (Saraiva, 2015). Assim, certos espaços, como matas, lugares de cultivo, praias etc., são isolados, em certos casos, com essa noção de sacralidade, garantindo sua preservação e codificação cultural. Dessa forma, as atividades sociais nesses locais seguem regras específicas (Canto, 2020). Essa visão reforça o caráter regular do sagrado, evidenciando sua relação com a natureza e sua posição acima das esferas sociais e pessoais.

A terra tem um valor simbólico para os bijagós, considerada a mãe. Por isso, todos os lugares e espaços são vistos como *sagrados*, essa noção confirma um sentido de vida à terra. Ela é invocada em praticamente todos os atos humanos, cerimônias ou não, pelas pessoas que pertencem à linhagem materna, como sinal de positividade e proteção (Mendes, 2017).

Ainda para Mendes (2017), essas práticas ancestrais revelam a identidade dos bijagós. O conhecimento e a relação com o território herdado dos antepassados o tornam *Odjoco* (ser humano). Eles consideram suas terras (arquipélago dos bijagós) como *A-ngha-djoco*, o que significa "lugar dos seres humanos". Por isso, qualquer pessoa que se comporte de maneira inadequada ou aja contra as leis comunais é chamada de *mecam-odjoco*, ou seja, um ser irracional, não humano (Indjai, 2017).

Portanto, essa concepção leva as pessoas a manterem profundo respeito por todos os espaços utilizados para a sua subsistência, também por meio do *sagrado*. Todos os mitos, intimidadores ou não, tem a função de preservar uma relação harmoniosa entre os indivíduos, a natureza e os espíritos das florestas, da terra, do mar e de todos os lugares sagrados (Mendes, 2017; Canto, 2020).

Na sociedade Sogá, a terra também ocupa um lugar primordial, está acima das atividades econômicas, políticas e espirituais. É vista como uma bênção do criador supremo, o lugar da criação. Isso evidencia como as culturas se distinguem: o povo Soga utiliza sua cosmovisão para explicar a natureza.

Apesar disso, nos últimos anos, certas florestas deixaram de ter seus valores tradicionais, devido ao plantio de cajueiros. Porém, enfraquecendo a noção do "sagrado", que envolve a interdição do espaço por meio de regras tradicionais. Essa prática, considerada significativa pelas autoridades tradicionais das comunidades, tem como objetivo a criação de reservas, conforme o código de *mandjidura*.

A noção do sagrado estabelece normas religiosas quanto ao uso do espaço, o que explica por que algumas terras ainda não foram ocupadas por cajueiros. Esses elementos

integram a relação entre as sociedades e o meio compartilhado pelo povo Bijagó. Para o Bijagó, a natureza é concebida como algo sagrado, religioso e mítico.

Em que pese a força constitutiva da cosmovisão bijagó na organização da sua sociedade e, consequentemente, na dinâmica agrária, a manutenção da Guiné-Bissau no modo de produção capitalista através das relações político-institucionais, apesar de justificada como mecanismo de conquista da independência em relação ao colonizador, instaura uma relação com a terra que subverte seu valor simbólico que lhe atribui sentido de vida para os bijagó. Na dinâmica agrária, a configuração econômica que decorre dessa subversão constitui questão agrária em que o capitalismo substitui os anciões das tabancas no estabelecimento das regras de distribuição das terras e as finalidades de usos, substituindo a consideração de que a terra pertence à comunidade local e todos têm direito ao seu uso conforme a definição das linhagens, pelo imperativo das regras do mercado de *commodities*, como passa a ser o cultivo de caju em detrimento do *mpam-pam*. As habilidades e técnicas agrícolas vão também estar sob conflito nesse processo que extrapola a dimensão tecnológica e atinge o cerne dos sentidos de territorialização do povo Sogá.

3.2 HABILIDADES E TÉCNICAS AGRÍCOLAS DO POVO SOGÁ

Desde os primeiros momentos da prática agrícola pelo ser humano, que ocorreu praticamente em todas as partes do mundo, diferentes sistemas foram utilizados, dependendo da região geográfica e da cultura à qual os agricultores pertencem.

Sobre a modernização da agricultura guineense, de acordo com Cabral (1953), a simples introdução de máquinas como tratores, fertilizantes e outros materiais sem qualquer base técnica, resulta em produções baixas, tornando-se uma tarefa inútil. A agricultura local apresenta um problema estrutural no aspecto profissional, pela ausência de cientistas e técnicos qualificados.

De modo geral, a modernização da agricultura pode ser entendida como um processo técnico de produção, voltado para a substituição das antigas formas de cultivo por uma estrutura moderna de caráter industrial (Cabral, 1953; Mendes, 2021). Trata-se, portanto, da introdução da lógica produtiva do mundo capitalista.

Na revisão das ideias de Cabral, observa-se que a modernização da agricultura não consiste apenas em implementar novas técnicas às antigas, mas sim em substituí-las, consideradas atrasadas. Esse processo influencia diretamente a desigualdade de renda, promove a exploração das terras agrícolas por uma pequena parcela de agricultores e

contribui para o aumento da migração do campo.

Esse fenômeno pode ser observado em Sogá, onde não existe uma estrutura plenamente moderna capitalista de produção do arroz, no sentido de uso sistemático de máquinas e fertilizantes. O que ocorre é a territorialização do capital, ou seja, a introdução da agricultura capitalista, como o cultivo de cajueiro para extração de castanha para o mercado internacional, sendo o uso dos instrumentos complementares típicos da agricultura industrial.

O uso de tecnologia e fertilizantes na agricultura praticada na Ilha Sogá é bastante limitado. Os agricultores foram obrigados a abandonar suas práticas tradicionais para ampliar a monocultura de cajueiro, mas sem acesso a instrumentos tecnológicos modernos. O cultivo continua restrito ao uso de ferramentas básicas como facão, faca, enxada, vara e machado. Tradicionalmente, não se utilizam fertilizantes nas sementes ou no cultivo.

Isso inclui o cultivo de *mpam-pam*, que também não há uso de tecnologia moderna ou fertilizantes industriais. O processo de cultivo recorre a fertilizantes naturais, como as cinzas resultantes da queima de vegetais. O não uso dessas tecnologias, segundo Abreu (2012), decorre do fato de o país apresentar características pré-capitalistas, ou seja, não capitalista.

Para os agricultores em Sogá, o aumento da produção de arroz depende, em primeiro lugar, da disponibilidade das terras, das condições naturais, das práticas empregadas no processo de cultivo. As técnicas utilizadas desde a derrubada florestal até a colheita, continuam baseadas em instrumentos tecnológicos básicos. Vale ressaltar que a mão de obra é uma questão fundamental em todo o processo de cultivo do arroz, os agricultores se apoiam, principalmente jovens. Por outro lado, a falta destes jovens (mão de obra) no campo, constitui um dos fatores para diminuição do cultivo de arroz.

Quanto às técnicas e habilidades empregadas, observa-se que há pouco investimento em produção e em tecnologias utilizadas no cultivo Sogá. De modo geral, as técnicas aplicadas ainda são predominantemente ancestrais, o que evidencia que a atividade local não se caracteriza como capitalista, já que não utiliza materiais tecnológicos modernos ou voltadas à produção em larga escala.

Embora o uso de tecnologias modernas possa ser uma estratégia para o crescimento no setor agrícola, esse fator não foi determinante para a diminuição do cultivo de arroz. Historicamente, a produção manteve-se estável, e sua redução ocorreu principalmente devido à expansão do plantio de cajueiros e à falta de mão de obra jovem.

O sistema itinerante ou pluvial é o principal método agrícola utilizado pelos agricultores da ilha de Sogá. Segundo Lanza (2022), esse sistema caracteriza-se por um processo específico de preparo da terra, que envolve: corte da vegetação, queima dos resíduos vegetais, recolhimento dos restos, início do cultivo.

Apresentamos aqui as principais técnicas e etapas associadas ao cultivo do *mpam-pam*, prática ancestral e eficiente de agricultura de subsistência na região. É importante entender que a eficiência é considerada como um todo orgânico na dinâmica agrária Sogá, que integra valores, sentidos, forma de uso e finalidade da produção. Portanto, não se trata de eficiência por produtividade de colheita por área cultivada e mão de obra utilizada numa determinada safra agrícola.

Escolha da área e organização comunitária: Após o conselho dos anciões, define-se a área destinada ao cultivo, que é dividida entre os agricultores. As zonas são classificadas em:

Áreas principais: *Brus Garande, Ancantchampe, Óssab, Etepadô e Eguetch*;

Áreas secundárias: *Buangha, Ancanhima, Amobog, Edjan, Etinghapeg, Aeuaca, Bunank,* entre outras.

Antes do início dos trabalhos, realiza-se uma cerimônia de liberação do espaço e de desejo a boa colheita, a cerimônia é conduzida por alguns anciãos e chefes de famílias, sendo presidida pelos membros da linhagem proprietária da terra. Durante o ritual, a cachaça é colocada em uma cabaça ou caneca e é derramada a gotas sobre a terra, acompanhadas de palavras de reza. Em seguida, o espaço é considerado liberado para o trabalhador. Portanto, a derrubada da floresta costuma começar em março, de acordo com o critério de cada agricultor.



Figura 5. Imagem florestal. Fonte: Silva (2013).

Derrubada florestal: o desmatamento inicia-se em março, nas áreas mencionadas, geralmente distantes das aldeias. Essas zonas já são conhecidas e utilizadas por gerações de agricultores. Portanto, a derrubada é feita com facão e machado, cortando plantas arbustivas de pequeno e grande porte. Após o corte das árvores, elas são deixadas por alguns dias para secarem, o que facilita a queima. Participam adultos e jovens da família, além de trabalhadores contratados. O trabalho é realizado em clima de risadas que acompanham todo o processo.

A técnica é seletiva, primeiro derrubam-se árvores menores, depois as maiores. As palmeiras (dendezeiros), por serem tão valorizadas pelos agricultores e frutíferas, geralmente são preservadas, sendo limpas ao final da etapa, onde são aproveitadas para extração do dendê, óleo e azeite, vassoura, cordas, vinho, etc.



Figura 6. Derrubada florestal: Fonte Silva (2013).

Queima controlada: a queima ocorre em abril. Agricultores com áreas vizinhas se reúnem para definir o dia ideal, considerando a direção do vento para controlar o fogo. Utiliza-se a técnica de acender o fogo por vários ângulos, direcionando-o ao centro da área, onde se extingue naturalmente. Após a queima, o solo fica coberto de cinzas, que ajudam na fertilização, além de restos vegetais parcialmente queimados



Figura 7. Queima controlada. Fonte: Silva (2013).

Plantio e cultivo: após a queima, realiza-se a limpeza final, reunindo os restos vegetais nas margens da área. O plantio começa por volta de 20 de maio, com o início da estação chuvosa. Os grãos do arroz são depositados diretamente no local definitivo, colocados em até cinco sementes do arroz por cova, em um sistema de mutirão comunitário, com a participação de homens, mulheres e crianças. Plantio e trato das culturas é manualmente, e para o controle das pragas, não usam produtos químicos, deixando as culturas crescerem de forma natural.

Monda após plantio (capina): Após o plantio, é comum que o cultivo necessite de limpeza, devido ao surgimento de pequenas plantas danosas que crescem entre as plantas. A intensidade dessa limpeza varia conforme a quantidade de chuvas, quanto mais chove maior o crescimento dos matos.

Essa tarefa é realizada por todos os membros da família, sem exceção. As atividades são feitas manualmente e incluem o controle de pragas e a remoção de outras espécies de plantas que competem com o arroz, acompanhando a evolução do cultivo.

Para garantir o bom desenvolvimento das lavouras, os agricultores monitoram constantemente o crescimento das plantas. Durante a capina, alguns utilizam facas para facilitar a remoção das raízes do capim, tornando o processo mais eficiente.

Figura 8. Processo da monda (capina)



Fonte: Jamila Alves 2024 (arquivo pessoal)

Figura 9. Arroz *mpam-pam* após monda



Fonte: Jamila Alves 2024 (arquivo pessoal).

A colheita: A colheita de arroz, representada na **figura 10**, geralmente é feita manualmente ou mecânica, nos finais de novembro a final de dezembro, utilizando a faca ou concha, portanto, é cortado alguns centímetros do grão, deixando a maior parte do tronco na terra e que serve de estrume para fertilizar o solo, também para pasto; após, o arroz é armazenado nos Celeiros (Pereira, 2008; Carney, 2007). Na medida que o arroz é cortado e transportado para a aldeia, geralmente fazem a separação. Selecionam os grãos de sementeira para o próximo período de cultivo, que são selados nas chamadas *bembas* (celeiros). E os que servirão de consumo familiar deixados em salas e espaços específicos para guardar o arroz, e de fácil alcance. E quando o arroz destinado ao consumo acabar rápido, os agricultores preferem comprar nas lojas, ao invés de usar para o consumo o arroz destinado para o próximo plantio. Portanto, os celeiros ***(Figura 11)***, normalmente são feitos manualmente. Após o arroz ser colocado a céu aberto para secar com calor do sol, é recolhido e levado para ser armazenado.

Figura 10 - colheita de *mpam-pam*



Fonte: Tiktok, Valentim Gomes, 2025.

Fugura 11: processo de transportar o arroz para aldeia



***Fonte*:** DW, Bissau. https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-arroz-nacional-pode-solucionar-a-crise/a-68923886. 2024.

Bemba (celeiro)



Fifura 12. Fonte: Jamila Alves 204 (arquivo pessoal)

O arroz é conservado nos celeiros, conforme as tradições ancestrais. Os celeiros são construídos dependendo da quantidade da produção, com barro em diferentes formatos, após secar colocar o arroz e um pouco de cinza para conservar o arroz. Em seguida, o celeiro é selado com barro, sem o uso de produtos químicos.

A Debulhagem: em caso de cozinhar o arroz, usam a técnica de descasque (debulhar). A técnica de debulhar é desenvolvida através do objeto apropriado (esculpido manualmente), chamado Pilon. Ali o arroz é manejado sem quebrar os grãos.

Pilão e almofariz **Processo de debulhagem**



Figura 13: Pilon e processo de debulhagem do arroz. **Fonte**: Jamila Alves (arquivo pessoal)

Essas práticas e técnicas, típicas da agricultura de subsistência, são essenciais para a manutenção da vida econômica local. O cultivo de *mpam-pam* é especialmente vantajoso, dada a importância do arroz na dieta alimentar da comunidade.

Segundo Coelho e Fabrine (2014), a subsistência não se limita às necessidades de consumo familiar, mas estende-se também à produção voltada para trocas comerciais simples. Assim, a subsistência abrange o conjunto de exigências que garantem a produção física e social dos indivíduos, incluindo autoconsumo e manutenção familiar.

A cultura prioritária é o arroz de sequeiro, considerado essencial para atender às necessidades alimentares da população local. E a fase mais importante do sistema é o descanso da terra, o que, segundo Kessy Rizental Silva (2013), consiste em deixar a área sem cultivo por dois a três anos consecutivos após a colheita. Segundo a tradição local, o solo é considerado fraco após o uso contínuo, e o descanso é necessário para que recupere a sua fertilidade e esteja apto para ser cultivado novamente. E durante o tempo normal de pousio as outras áreas são cultivadas, assim sucessivamente (ainda tem algumas áreas que ainda não foram ocupadas pelos cajueiros).

É importante salientar que, no reaproveitamento das terras por alguns agricultores, após a colheita do *mpam-pam*, para o plantio dos cajueiros, as decisões são tomadas individualmente. Diferentemente do *mpam-pam*, esse processo não envolve um conselho de anciões. Isso nos leva à conclusão de que o modelo capitalista se fundamenta em ideias privadas e particulares, enquanto o modelo comunal exige a participação coletiva.

Essas técnicas foram desenvolvidas há séculos pelos habitantes da ilha Sogá, como parte de sua cultura local. Ao longo do tempo, os moradores criaram sistemas e técnicas que abrangem diversas formas de trabalho, especialmente no campo agrícola. Essas práticas derivam de um processo de evolução ancestral, que aproveita os espaços de vegetação para suprir as necessidades alimentares e outras demandas da comunidade (isto é, através das extrações de algumas raízes e coleta de frutas comestíveis, cultivo de mpam-pam, entre outras atividades) .

Desde a primeira etapa, observa-se que as técnicas utilizadas em Sogá são fundamentais para a prática da agricultura local. Destacando, especialmente, a queima controlada, que torna a terra mais fértil e o pousio da terra, período do descanso após o cultivo.

Segundo Silva (2013) e Born (2012), no sistema itinerante, quando a demanda por terra cultivável aumenta, o tempo de pousio tende a diminuir, o que leva ao uso contínuo da área e compromete a fertilidade do solo e a produtividade. Na ilha Sogá, é perceptível a redução do tempo de pousio nas principais áreas de cultivo de arroz. Isso ocorre devido à crescente reutilização dessas áreas para o plantio de arroz, devido ao avanço de plantio de cajueiros por maior parte propícia para o arroz.

Cabral (1953, pág.345) define itinerante como “o sistema de rotação florestal ou savana cultivadas”. Durante esse processo ocorre um descanso da terra, e a ocupação da floresta alternadamente.

De fato, antes da colonização, os habitantes de Sogá já produziam alimentos em quantidade superior às suas necessidades de consumo, assegurando o sustento ao longo do tempo. Mais do que uma atividade econômica, isso demonstra que dominavam conhecimentos que possibilitam o uso adequado da terra. Esses saberes (conhecimento astronômico, do solo, dos grãos) aplicados à agricultura são preservados e, em alguns casos, ainda desenvolvidos por agricultores locais para fins de manutenção da vida.

A reutilização forçada das áreas do cultivo pode/compromete a produtividade agrícola, mesmo assim, alguns agricultores locais continuam a aplicar técnicas que sustentam a economia familiar após o período de cultivo nas áreas principais restantes. Segundo Fideles (2011) sistema de pousio, quando respeitado, garante a fertilidade da terra e mantém a produtividade ao longo do ano, sem depender exclusivamente da economia gerada pelo caju.

A complexidade dos conhecimentos aplicados à agricultura de *mpam-pam* em Sogá, vai além da produção de alimentos. Essas práticas são essenciais para garantir a

segurança alimentar e contribuir para a preservação ambiental da ilha. Também é um meio que mantinha o equilíbrio entre cultura, natureza e economia local.

3.3. ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO *MPAM-PAM*

Os principais cultivos são arroz, mandioca, inhame e variedades de milho, com destaque para o arroz, considerado o mais importante. Scantamburlo (1978) destaca que, geralmente, a mão de obra era oferecida sem pagamento em dinheiro, sendo recompensada com matérias (objetos), também realizada pelo membro da família. No entanto, a monetarização do trabalho é uma realidade atual, e a maioria dos jovens recebe remuneração para atuar nas atividades agrícolas.

O cultivo de mpam-pam é essencialmente familiar, realizado por grupos que compõem uma família. Em situações específicas, como quando há grande área de cultivo ou escassez de membros ativos, ou ainda em caso de adoecimento do chefe da família, é comum a contratação de ajudantes externos.

As aldeias de Sogá são compostas por casas de familiares, agrupadas por laços de parentesco, como, pai, mãe e filhos, formando assim um grupo familiar. Por viverem juntos, esses grupos compartilham uma economia comum e realizam atividades agrícolas coletivamente. Cada unidade familiar na aldeia possui um espaço coletivo para produção agrícola e para reprodução social de seus membros.

Quando ocorre o casamento de um filho ou filha, este passa a residir em outra casa, formando uma nova unidade de trabalho. O casamento, muitas vezes com pessoas de outras aldeias, é o principal meio de constituição de novos grupos familiares. As casas costumam estar próximas umas das outras, sem grandes distâncias entre elas. Devido à diminuição das terras próximas às aldeias destinadas ao cultivo de *mpam-pam* **(figura 14)**, provocada pela expansão das plantações de cajueiros nos arredores, os locais de cultivo de arroz passaram a ficar mais distantes. Ainda assim, muitos agricultores familiares continuam se deslocando para trabalhar nessas áreas afastadas.

Figura 14: a distância dos lugares do cultivo do arroz da morada



Conforme mostrado na **Figura 14**, pode-se observar que as aldeias estão no meio dos cajueiros, não por uma forma de demarcação territorial ou de morada, mas sim por uma questão de propriedade de uso restrito ou familiar. Esse uso consiste no espaço concedido à família ou indivíduo para construção de casa, que pode ou não estar vinculado à linhagem dona, o que estende englobando as áreas ao redor de casa. Estes espaços são utilizados na maioria das vezes, para a criação dos animais e outras atividades domésticas e, posteriormente, acabam sendo aproveitados para o plantio de cajueiros. Com o tempo, os arredores das aldeias ficaram totalmente ocupadas por cajueiros.

No trabalho agrícola, todos os membros do grupo têm função especificas, que variam conforme idade e sexo. Crianças de 0 a 9 anos e idosos geralmente não participam diretamente das tarefas. Meninos a partir dos 9 anos costumam ser responsáveis por levar água aos trabalhadores, enquanto meninas ajudam conforme a fase do trabalho, isto é, na preparação de alimentos durante o desmatamento, e na semeadura e colheita junto ao grupo. Assim, a divisão por faixa etária e sexo é evidente no cultivo do mpam-pam.

Os pais são os principais responsáveis pela organização das atividades no campo, com apoio das mães. Durante o período de cultivo, o trabalho é diário. Todos se levantam por volta das cinco ou seis da manhã e se dirigem ao campo para cumprir as tarefas do dia. A mãe, encarregada das refeições, pode permanecer em casa ou preparar a comida diretamente no local de trabalho. O desmatamento é considerado a fase mais pesada, exigindo ajuda externa. Nessa etapa, as mulheres da família, com apoio de outros, preparam refeições em grandes quantidades.

Durante todo o ciclo agrícola, as mulheres enfrentam sobrecarga de tarefas. Além de ajuda no campo, são responsáveis pela alimentação e pelos afazeres domésticos. Por exemplo, após a queima da vegetação, elas recolhem os restos vegetais às 5h e preparam o café da manhã se houver; às 11h vão ao mar buscar mariscos para o almoço, isto é, se

o marido não tenha preparado peixe no dia anterior, retornam ao trabalho e, ao chegarem em casa por volta das 18h, ainda preparam o jantar. Essa rotina é comum em todos os grupos familiares, especialmente naqueles sem presença masculina (em caso das viúvas, sem filhos ou mãe solteira com menino sem idade para ajudar).

Os homens se dedicam às tarefas mais exigentes fisicamente, como escolha do local de cultivo, derrube da vegetação (algumas mulheres também realizam esta tarefa), queima, limpeza, extração de dendê e pesca. A maioria das atividades que antecedem o plantio são realizadas por eles. Os rapazes aprendem desde cedo, acompanham os pais no campo, enquanto as meninas seguem as rotinas das mães. Em sociedades matrilineares como a de Sogá, em caso de separação do casal, as meninas e meninas permanecem com a mãe e os meninos . Essas decisões são tomadas naturalmente pelas filhas sem pressão familiar ou judicial.

Em Sogá, a gestão da terra do cultivo de arroz é compartilhada pelos familiares e linhagens, e a atividade agrícola constitui uma das principais fontes de renda das famílias. Diegues, (2000), entende essa dinâmica como possível desenvolvedor de uma relação íntima entre os agricultores e com a terra, vista numa visão tradicional tanto como morada quanto local de trabalho, produzindo sobretudo para subsistência.

Passeri Lima (2019), complementa essa visão ao contextualizá-la no cenário Brasileiro. O autor entende que os agricultores com acesso limitado a tecnologias propícias para lavoura, enfrentam dificuldades para explorar adequadamente as terras disponíveis, o que compromete a viabilidade econômica de suas atividades, dessa forma podemos ampliar essa explicação com cunho da expressão “agricultura familiar”.

Segundo Francisco Lima (2019), a agricultura familiar representa uma forma de produção em que as pessoas cultivam a terra de forma integrada à sua convivência familiar. A realidade da agricultura familiar vai além da simples associação entre a propriedade da terra e o trabalho realizado pelos membros da família, envolvendo aspectos sociais, econômicos e culturais que caracterizam esse modelo produtivo.

O termo “agricultura familiar”, sua origem remonta às experiências dos Estados Unidos e da Europa, onde pequenas comunidades de agricultores, com o apoio de políticas públicas e incentivos estatais, começaram a se integrar ao mercado. Já nas décadas de 1950, essas propriedades passaram a ser vistas como uma forma de evolução da agricultura tradicional, descreve Lima. Essa reflexão evidencia a complexidade do conceito e sua relevância teórico-política, especialmente no contexto das transformações sociais e econômicas que envolvem o campo.

Lima (2019) conclui que, apesar das semelhanças entre empresas familiares e a agricultura familiar, esta última tem como objetivo principal atender ao mercado e garantir a subsistência da família, mantendo atividade coletiva. Trata-se de uma forma de produção sustentável do espaço agrícola, na qual a gestão da terra é realizada de maneira coletiva, com ênfase na valorização ecológica e no uso responsável dos recursos naturais.

No entanto, o acesso à terra tem sido um desafio constante para a maioria dos agricultores da Ilha. Entre os principais fatores estão o aumento da monocultura de caju e a privatização das terras. Essas mudanças provocaram uma expressiva redução na diversidade de cultivos, especialmente na produção de arroz, e levaram ao abandono forçado de muitas áreas agrícolas. Como consequência, observa-se uma queda significativa na produção e um aumento da insegurança alimentar (Mendes, 2021).

Na Guiné-Bissau e em vários países da África Ocidental, a maior parte da produção agrícola é de sequeiro o que a torna uma grande dependente da importação de arroz para garantir a segurança alimentar da população (Cabral, 1959; Mancal, 2014).

3.4 O PROCESSO DE CULTIVO DO ARROZ DE SEQUEIRO (*MPAM-PAM*)

Vimos como os aspectos culturais têm integram o desenvolvimento econômico e a organização social dos agricultores de Sogá desde tempos mais remotos. Diante das condições naturais da região, foram desenvolvidas técnicas que têm garantido a sobrevivência da comunidade ao longo das gerações. A produção rural, realizada principalmente por mão de obra familiar, conta, circunstancialmente, com mão de obra barata, muitas vezes não remunerada e sem qualificação técnica (Asidersky, 1986).

Diversos tipos de arroz são cultivados e consumidos pelos guineenses, especialmente o arroz vermelho e branco. Esses dois tipos (**figura 15**), se diferenciam pela coloração, tamanho e formato dos grãos, sendo muito populares na Ilha Sogá.

Passeri Lima (2019) e Almeida (2008) descrevem o arroz vermelho como um tipo especial, em que os grãos possuem um pericarpo avermelhado. Esse pigmento está presente apenas no pericarpo[13] e se desenvolve com a água durante a maturação. O arroz vermelho apresenta resistência às pragas durante o crescimento.

Figura - 15. *O. Sativa* (esquerda) e *O. Glaberrima* (direita).

[13] Pericarpo (ou casca), a camada mais externa que envolve e protege o grão.



Fonte: Jamila Alves (arquivo pessoal).

O arroz pertence à família *Poaceae* (antiga Gramineae), subfamília *Oryzoideae*, tribo *Oryzeae* e gênero *Oryza*. Este gênero está amplamente distribuído pelo mundo, com várias espécies encontradas na África, inclusive: *Oryza glaberrima*, *O. barthii*, *O. longistaminata*, *O. punctta*, *O. brachyantha*, entre outros (Passeri lima 2019). As duas espécies mais relevantes para a alimentação humana em escala global são Oryza sativa e Oryza glaberrima. Esta última tem origem no vale do Níger e Mali, na África, há mais de 3.000 anos (Carney, 2017).

Segundo França (1995), *glaberrima* já se encontrava na Guiné-Bissau, mas devido a sua cor não era totalmente aceita no mercado. Já o arroz (*oryza sativa*) foi introduzido na agricultura da região por volta do séc. XV, durante o período da colonização.

> "Este cereal está presente em, praticamente, todas as ações da população do País, nos rituais mais importantes e nas transações comerciais, pois funciona como moeda e por ser o principal componente da dieta alimentar da população. Portanto, o arroz, é o "símbolo da família guineense", está sempre presente nas grandes decisões do País nos campos da economia e da política" (França, 1995 p.2).

O cultivo do arroz, em especial, destacou-se como uma estratégia fundamental de manutenção da vida. Segundo Embrapa (2021), o arroz é considerado o terceiro cereal mais importante da base alimentar mundial. Nascimento (2021) ressalta a relevância da domesticação do *Oryza Sativa* (arroz asiatico) e do *Oryza glaberrima* (arroz africano), a

domesticação da última foi importante para região Ocidental da África. Portanto, ambas são amplamente cultivadas em Sogá.

É importante mostrar que em Sogá, há dois tipos principais de cultivo de arroz:

Arroz de sequeiro (*Mpam-pam*, cultivado em terras secas e desmatadas);
Arroz de bolanha (cultivado em áreas inundadas).

O arroz de *bolanha* subdivide em:

Bolanha salgada, cultivada em áreas litorâneas inundadas por águas salgadas durante as marés. Cabral (1959) técnicas únicas foram desenvolvidas para essas terras, incluindo a construção de diques e barragens para controlar a salinidade e permitir o cultivo. Mendes (2021), complementa que, a condição costeira do país (de fácil retirada dos mangues) facilita a construção das bolanhas de água salgada.

Bolanha doce, cultivada em áreas protegidas por diques, onde o nível da água depende das chuvas. Esse cultivo é menos trabalhoso e geralmente realizado por mulheres, isto é, no caso da Ilha Sogá. Alguns grupos sociais, como: Balanta, Fula e Mandinga, estão fortemente envolvidos no cultivo de *bolanhas* (RELATÓRIO Nº352, BANCO MUNDIAL, 1982). Enquanto os Bijagós, em especial os de Sogá, não se dedicam a essa atividade,

O cultivo de arroz ocorre durante toda a estação chuvosa, embora a qualidade do solo na região seja um fator limitante. A redução dos índices pluviométricos impõe aos agricultores um período único de cultivo (Bolama-Bijagós, 1996). Além disso, durante os meses de maior intensidade das chuvas (julho a setembro), são comuns fenômenos erosivos que podem comprometer o cultivo em certas áreas de alevação.

O cultivo de *bolanha* também ocorre no mesmo período com o de sequeiro, demandando esforço físico significativo para arar a terra, na **figura 16** vemos os homens no processo de aragem. Nessas áreas, a preparação da terra envolve o uso de matérias de baixa tecnologia, como arados, enxadas e catanas, onde são plantadas as mudas de arroz (Sidersky, 1986). Esse sistema exige vigilância constante para evitar que animais destruam o cultivo, conforme a **figura 17**. Os trabalhos são realizados conforme a evolução das culturas, isto é, desde a plantação das mudas até o período de colheita.

Fig. 16 – cultivo de *bolanha (processo de aragem).*



Fig. 17. Fonte: DW/B, 2024. https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-arroz-nacional-pode-solucionar-a-crise/a-68923886.

Arroz de *bolanha*, sistema com mais potencialidade entre os povos guineenses, de água doce engloba uma área de 14.300 ha, no sistema de água salgada, a área ocupada é de 31.850 ha. Ainda o autor salienta que o cultivo de bolanha salgada, também é praticado pelos países vizinhos (Perreira, 2008).

A maioria das *bolanhas* das regiões continental são compostas por áreas de águas e sempre sofrem inundações durante enchentes. Assim, os agricultores precisam reabilitar e fechar os canais de passagem da água anualmente.

O arroz *mpam-pam* (sequeiro), é produzido em um sistema que dependente, exclusivamente da água da chuva, conforme Pereira (2008), o governo chegou a recomendar a diminuição desse sistema (itinerante), justificando que contribui para degradação ambiental (Bolama-Bijagós, 1996; Perreira, 2008). Uma vez que trata do sistema itinerante, essa justificativa se torna paradoxal.

No processo de desmatamento, a vegetação é queimada após secagem, deixando resíduos no solo, conforme representa a **figura 18**. Com a chegada das chuvas, realiza-se o semeio sem aragem da terra (Scantamburlo, 1978). Os homens cavam pequenas covas usando bastão, enquanto as mulheres depositam as sementes e as cobrem com um

pequeno pau. Em algumas regiões da Guiné-Bissau, também ocorre a aragem com enxada ou arados.

Figura 18 - Processo de recolha dos restos de vegetais



Fonte: Edy Alves (arquivo pessoal)

J. Coelho[14] e Leopoldo Feldens (2018), ao tratarem da agricultura indígena brasileira semelhante ao sistema usado pelos agricultores em Sogá, destacam o sistema de "coivara", caracterizado pelo uso de técnicas tradicionais que envolvem o derrubamento e a queima controlada da vegetação. Esse método, praticado de forma consciente, causa baixo impacto ambiental. De maneira semelhante, como mostra a **figura 18,** os agricultores de Sogá utilizam técnicas ancestrais na chamada agricultura de *mpam-pam* (sequeiro)**,** que incorpora saberes relacionados ao calendário agrícola baseado na astronomia, controle do período de cultivo, manejo do solo e diversificação de cultivo.

Muitas vezes o uso intensivo dos mesmos lugares de cultivo ou períodos curtos de pousio, com baixa regeneração da vegetação, influencia no rendimento da colheita (Bolama-Bijagós, 1996). Segundo Baiardi (1997), a técnica medieval conhecida como "três folhas", consiste em os agricultores deixarem a terra descansar por dois anos após o cultivo. Essa técnica é utilizada na Guiné-Bissau exclusivamente pelo grupo Bijagó que, em muitos casos, não conseguem aplicar esse método por tempo necessário, devido à pouca terra para o cultivo.

Nos anos 1980, a produção de arroz na Guiné-Bissau alcançou o nível médio de

[14] J. Coelho. AGRICULTURA INDÍGENA.

crescimento, sendo comercializada por duas empresas nacionais: *"Armazém do povo"* e *"Socomim"*. A primeira possuía maior número de entrepostos comerciais e poder de compra, adquirindo não apenas arroz, mas também amendoim. Alguns agricultores vendiam seus produtos nos mercados internos para exportação, enquanto outros, devido à distância, comercializavam ilegalmente nas fronteiras (RELATÓRIO ECONÔMICO DO BANCO MUNDIAL, 1982).

O mesmo relatório aponta que, o arroz e outros cereais eram vendidos em grande quantidade, com incentivo e apoio do "Ministério de Desenvolvimento Rural", enviando as máquinas de agricultura parcialmente para as regiões que produziam mais, aumentando assim a produção de arroz de 10% em 1976 para 60% aos finais de 1979 da demanda. Ainda subiu os preços de: amendoim 78%, arroz em casca 67%. Já para os anos 80, houve uma queda na produção, devido a não compensação sobre os produtos para os agricultores (Pereira, 2008). Nos últimos anos, por falta das políticas adequadas para as populações rurais (agricultores), estruturas adequadas para incentivar os agricultores, o rendimento da produção caiu.

Passeri Lima (2019), a agricultura guineense sofreu profundas alterações e a produção de alimentos no meio rural entrou em declínio. A ocorrência cada vez mais frequente de plantio de cajueiros, comprometendo áreas cultiváveis. Para as *Bolanhas,* sem precipitação suficiente para adoçar (dessalinizar) esses solos, o cultivo de arroz tornou-se inviável. (Seca, 2020).

Embora estejamos a tratar do período a partir de 1980 para frente, vale trazer alguns períodos atrás para visualizar historicidade em termos quantitativos, de dados sobre produção.

Tabela 2: Volume de produção das principais culturas agrícolas nos anos 1976 e 1980… (mil ton.)

CULTURAS	**1976...**	**1980...**
Arroz de Bolanha	85.0	47.5
Arroz de sequeiro	8.0	
Outros cereais de sequeiro	54.0	56.6
Mancara	41.0	21.9

Fonte: Prerreira (2008)

Os números da **tabela 2** e da **tabela 3** evidenciam a forte queda na produção de arroz ao longo do período após 1980. Para compensar o déficit, o país aumentou as

importações de gêneros alimentícios. Mesmo assim, a disponibilidade interna permaneceu inferior às necessidades da população. Estima-se que o consumo calórico diário per capita tenha chegado a 2009 kcal apenas 83% do mínimo recomendado, caindo em anos posteriores para 70% (Perreira, 2008). No caso específico do arroz (consumo anual de 105 kg per capita), as importações médias não cobriam totalmente a demanda, gerando déficit (Sidersky, 1986).

Tabela 3: O crescimento da produção agrícola em milhares de toneladas, de 1980-1990

Cereais	**Produção bruta**	**Exportação**	**Crescimento anual**
arroz	175	--	3.6
milho	80	--	3.1
mancara	100	82	7.2

Fonte: Perreira (2008)

Enquanto isso, o consumo per capita de arroz anual aumentou de 86.8 kg para 105.0 kg.

Com chuvas atualmente, dois mil e vinte quatro, mesmo com poucas terras para o cultivo de arroz, a produção tem potencial para alcançar níveis superiores aos registrados no passado recente. Ainda que a agricultura guineense se caracteriza pela diversificação: os produtores repartem suas atividades entre várias culturas, substituindo espécies sempre que percebem inadequação ao clima local. Uma estratégia que gera a constância adaptação e constância a produção.

Apesar do regime de livre comércio, no qual cada comerciante define o preço do próprio produto, as políticas governamentais continuam a influenciar decisivamente a formação desses preços, afetando tanto a produção agrícola quanto o consumo interno.

Essa interferência ocorre no país sobretudo por meio de:

- Donos de maiores estabelecimentos comerciais são na maioria políticos, por isso, optam por endividamento externo e importação dos produtos alimentícios;
- Grande número de empresários e comerciantes são estrangeiros;
- Diretrizes sobre distribuição e uso da terra;
- Linhas de crédito e financiamento voltadas ao setor agrícola.

Nas zonas rurais de maior produção, a oferta de insumos costuma depender quase

exclusivamente de projetos ligados a Organizações não Governamentais que distribuem sementes. Um exemplo é a ADIM (uma ONG) em Sogá. A atuação da entidade, porém, não é totalmente gratuita, ela vende ou empresta grãos e ferramentas aos produtores e ainda cobra uma taxa de inscrição para que os agricultores possam “fazer parte” da organização e, assim, ter acesso aos insumos. Restringe o apoio justamente a quem mais precisa, porém, esses agricultores depositaram a confiança na ajuda, deixando de exercer suas atividades no campo como habitual.

INE (2009) mostra que, em toda área da região de Bolama, cerca de 60% das atividades concentram-se na extração da palmeira (dendê). Mas essa atividade de palmeira é complementar às outras e não constitui um dos fatores limitantes do cultivo do arroz.

Contudo, o arroz é um dos principais cereais consumidos no país. Conforme relatório do Banco Mundial, Pereira (2008) e França (1995), o consumo anual per capita é de aproximadamente 105,6 kg, o que demonstra a alta demanda interna e a necessidade de uma produção robusta para atender ao consumo da população, um desafio crescente.

Segundo Paes (2016) e Lanza (2022), a agricultura praticada por núcleos familiares é geralmente caracterizada como uma atividade centrada na família, na qual o trabalho produtivo está vinculado às relações de parentesco e voltado para o consumo da própria família. Essa prática é baseada em técnicas específicas desenvolvidas a partir de conhecimentos transmitidos oralmente de gerações em gerações pelas comunidades locais.

Na ilha Sogá, essa realidade é evidente. As comunidades utilizam instrumentos de baixa tecnologia e técnicas aperfeiçoadas ao longo do tempo, com base na observação e no ensino ancestral, onde os pais transmitem o saber aos filhos por meio da prática cotidiana. Esse conhecimento molda a relação dos agricultores com relação às áreas do cultivo, visto como espaço de trabalho e de sobrevivência. Portanto, as experiências ancestrais aplicadas pelas comunidades locais evoluíram de forma vantajosa, contribuindo para a manutenção da vida em Sogá.

Técnicas como conservação de sementes de arroz com cinzas, semeadura sem revolvimento do solo e descanso da terra conforme os ciclos naturais. Revelam um conhecimento profundo sobre o cultivo do arroz e refletem uma adaptação ao meio de produção local. Embora existam técnicas modernas na agricultura, os agricultores de Sogá permanecem vinculados aos tradicionais que fazem parte de sua cultura de manejo. Por exemplo, enquanto a agricultura moderna utiliza fertilizantes para permitir o uso

contínuo da terra, em Sogá ainda se respeita o tempo de pousio, permitindo que o solo se regenere naturalmente.

Paes (2016) destaca que, na modernidade, técnico e profissional na área agrícola é considerada essencial para o processo de geração de renda, de igual modo salienta Cabral (1953). No entanto, historicamente, a maioria dos agricultores de Sogá são movidos por conhecimentos culturais locais que sustentam suas atividades econômicas. Essa forma de reprodução do conhecimento é uma característica comum entre as comunidades tradicionais. O saber agrícola foi desenvolvido por meio da oralidade, apresentando variações conforme as necessidades.

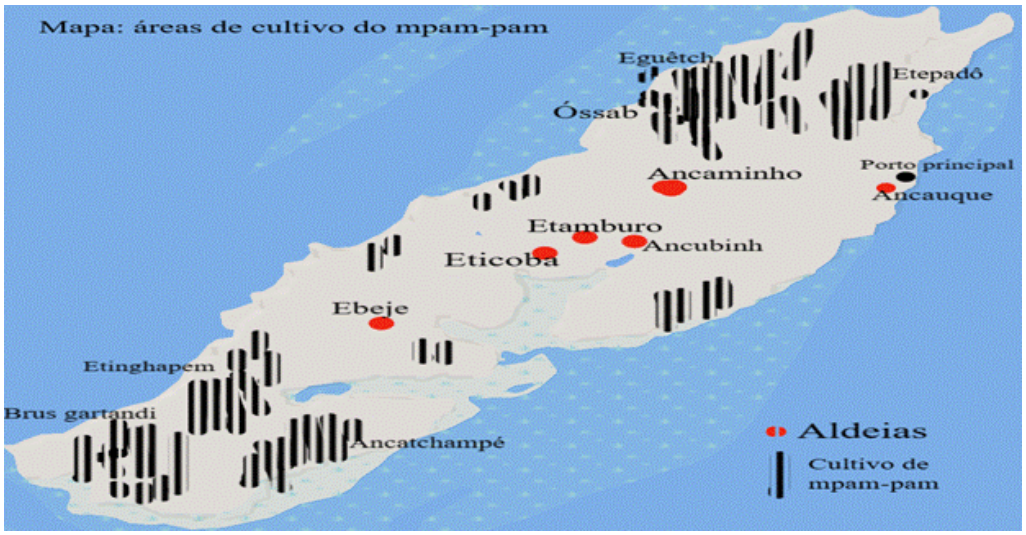
Pode-se perceber uma grande evolução das áreas de cultivo em Sogá, conforme ilustrado pelas figuras que mostram os espaços tradicionalmente destinados ao cultivo do *mpam-pam*. Esse cultivo seguia políticas de uso coletivo e orientação cosmológicas, nas quais a religião desempenhava papel central como mecanismo de coesão social.

Entretanto, a disputa entre diferentes sistemas agrários levou os responsáveis pela distribuição das terras a entrar em choque com o sistema religioso. Esse embate resultou na desvinculação da coletividade e na introdução de um modelo de cultivo capitalista, caracterizado pelo uso restrito ou individual das terras.

Na evolução tradicional (cultivo de *mpam-pam* com base na coletividade e religião); **Transformação capitalista** (plantio de cajueiros com base na individualização e conflito).

Além disso, nem todas as áreas disponíveis são afetivamente cultiváveis. Com a expansão dos cajueiros, as áreas destinadas ao cultivo do *mpam-pam* começaram a diminuir progressivamente. Esse processo está relacionado ao choque entre a cosmovisão local que sustenta a coesão social e o capitalismo, entendido aqui como uma opção de ganho econômico rápido, sem considerar as consequências sociais e culturais. **A Figura 19** ilustra a localização das áreas como: *Brus garandi, Ancatchampé, Óssa, Eguetch, Buangha, Ancanhima, Amobog, Edjan, Etinghapem, Aeuaca e Bunank,* que eram destinadas à prática de cultivo do arroz *mpam-pam*:

Figura 19. Antigas áreas de cultivo do *mpam-pam* … a 1981:



Fonte: Google[15]. Adaptado por autor, 2024.

Atualmente, algumas destas áreas já foram ocupadas com cajueiros, e restaram *Brus Grande*, uma parte de *Éguetch* e uma parte de *Amobog*.

Embora haja diferenças entre os agricultores quanto às práticas adotadas e à extensão das áreas cultivadas, essas variações refletem diretamente nas condições e na qualidade de vida dos diferentes grupos familiares. Ainda assim, tais disparidades não os distanciam significativamente em termos econômicos ao longo dos anos.

Neste estudo, propomos que a agricultura precisa ser ampliada com foco na recuperação das terras, sobretudo para o cultivo de arroz. Agricultura na Ilha Sogá atravessa uma fase crítica, embora essa recuperação represente um grande desafio, é essencial ampliar as áreas dedicadas a outras culturas e retomar técnicas tradicionais. Embora isso levará a um choque entre os dois principais sistemas de cultivo local. As *bolanhas* já não são suficientes, e muitos agricultores locais não se dedicam plenamente à agricultura nesta área.

Nesta seção, abordou-se a questão da organização social e política da comunidade Sogá, com ênfase no cultivo do arroz *mpam-pam*, prática que reflete os modos de vida locais. Em seguida, discute-se as implicações das implicações dessa atividade agrícola, destacando a introdução do cultivo de caju. Essa nova prática, ao ganhar espaço, coloca em causa a continuidade e a relevância do cultivo tradicional do arroz, gerando tensões e transformações na dinâmica comunitária.

[15] https://mapcarta.com/pt/17084088#google_vignette.

4 - AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DO POVO SOGÁ COM ÊNFASE NA PRODUÇÃO DE CAJU.

Em Sogá, a produção de caju ocupa um papel de destaque na economia local. Essa atividade tem como objetivo principal o aproveitamento da água do fruto para a transformação em vinho de caju, além da comercialização da castanha. Este capítulo busca abordar a expansão do plantio de cajueiros sobre grande parte da área agricultável do território e seu impacto econômico na ilha Sogá. O impacto dessa cultura na vida dos agricultores reflete-se também na dimensão cultural, com apropriação e transformação dos espaços em lógicas capitalistas, rompendo barreiras da coesão social.

De acordo com Seca (2020, p.14), diversas atividades econômicas praticadas na Guiné-Bissau, como a caça e a pesca contribuíram com cerca de "46,9% do PIB em 2011 e 39,7% em 2016". O autor destaca ainda que o caju ocupa uma posição estratégica, tornando-se uma produção de potência nacional, com uma produção anual aproximadamente de "200.000 toneladas por ano" e uma superfície coberta por cajueiros em torno de "210-220.000 hectares (ha) em 2012". Esses dados evidenciam que o caju se consolidou como o principal produto da exportação da Guiné-Bissau.

Isso implica que houve um aumento significativo de produção de caju, o que originou no aumento das taxas da exportação.

4.1-CONTEXTO HISTÓRICO E A CARACTERIZAÇÃO DA CULTURA DE CAJU

A agricultura foi e continua sendo a principal atividade econômica da Guiné-Bissau, especialmente em zonas rurais, onde os agricultores se organizam de acordo com seus grupos sociais (Mendes, 2021). Tradicionalmente, a terra era utilizada para cultivos destinados ao consumo próprio ou direto. Atualmente, a terra passou a ter múltiplas funções, tornando-se também fonte de renda financeira, o que gerou conflitos entre a população que a utilizam para negócios, com modo de organização que leva a perda da essência cultural. Há também mudanças nos processos técnicos de cultivos; os agricultores de Sogá cultivavam espaços por determinado período e, em seguida, deixavam-no em pousio para recuperar a fertilidade. Esse sistema de rotação, fundamental para manter a boa produção, deixou de ser praticado nas áreas de cultivo do caju..

Segundo Nhaga (2017), Samate (2018) e Caetano (2022), o caju já existia nas Américas antes da chegada dos europeus nas terras que já foram suas colônias. A expansão do caju promovida pelos portugueses para diferentes territórios fora do Brasil,

chega à África, inicialmente em Moçambique, depois em Angola e, posteriormente, na Guiné-Bissau. No território guineense, foi introduzido em diversos postos coloniais, e adaptou-se melhor devido às condições climáticas e solos favoráveis. E passou a se tornar um produto de grande importância econômica.

De acordo com Seca (2020), no final do século XIX, os portugueses realizaram experimentos em áreas rurais para avaliar a sua adaptação, e já em 1911 havia um número considerável de plantações. A boa adaptação da cultura permitiu rápida expansão, de modo que, em 1940, o acesso ao fruto tornou-se comum entre agricultores e a população local, que passou a utilizá-lo para diversas finalidades.

A espécie introduzida foi *anacardium Occidentale L.*, da família Anacardiaceae, originária do nordeste brasileiro. Trata-se de uma árvore de tronco tortuosa, "[...] sempre verde, que pode atingir entre 8 e 20 metros de altura, dependendo das características do solo e clima. Normalmente começa a florir no terceiro ano e atinge produção plena no oitavo" (Seca, 2020 p.26).

No governo de Saramento Rodrigues, que perdurou de 1945 a 1949, iniciou-se um projeto de incentivo e expansão de caju (Seca, 2020; Caetano, 2022). Após um ano de sucesso, a produção chegou a 400 t por ano, e a administração colonial declarou o caju como agricultura industrial de potencial. Com todas as condições naturais favoráveis, "em meados da década de 1960, a exportação de castanha de caju atingiu 1250 toneladas e continuou a aumentar durante a década de 1970" (Seca, 2020 p.33).

A adesão dos agricultores locais ao cultivo de caju e a facilidade da mão de obra familiar gerou um aumento deste produto e a notoriedade do país no mercado internacional nos anos de 1990. Seca (2020, p.33) descreve que, foram aumentando as exportações da castanha de caju nos anos subsequentes:

> "[...] 1976 com 1.200 toneladas; na década de 1980 foram exportadas entre 5.000 a 10.000 toneladas; no início dos anos 90 as exportações atingiram 22.000 toneladas de castanha bruta. Houve um aumento de 1.733% nas exportações do país no período de 24 anos" (Seca, 2020; p.33).

O incentivo da Organização não Governamental (ONG) ADPP (Ajuda de Desenvolvimento do Povo para Povo) ajudou a impulsionar o crescimento das áreas de plantação de caju a partir da década de 1980, especialmente na região de Bolama, onde atuava em parceria com a fábrica *Titina Silá*. Após alguns anos de atuação concentrada em Bolama, a ADPP expandiu o projeto para outras regiões, ocupando cerca de 750

hectares no norte do país, após 1990 (Seca, 2020).

Na Ilha Sogá, um dos pioneiros dessa cultura foi a plantação de cajueiros na aldeia de *Eticoba*, realizada por **Domingos Amissão (conhecido como Amuré)** no período colonial. Atualmente, essa plantação é administrada por uma das famílias descendentes de sua linhagem, demonstrando a continuidade da prática agrícola iniciada naquele período. A **figura 20**, é ilustrativa desse plantio, cujo porte das árvores denota a idade do plantio.

Figura 20: Um dos primeiros cajueiros na aldeia *Eticoba*, Sogá



Fonte: Jamila Alves, 2025. (Arquivo pessoal)

Antes da colonização portuguesa, os principais produtos cultivados eram arroz, amendoim, inhame, milho, entre outros (Marietti, 1996). Com a introdução do caju, esses perderam o espaço. Os agricultores guineenses utilizavam/utilizam o fruto para consumo, transformando-o em vinho, suco ou doces, e a castanha era assada e consumida, mas a castanha é menos consumida por causa do seu valor no mercado (Nhaga, 2017).

O aumento da produção de caju manteve-se ao longo do tempo em razão dos fatores de política de incentivo do governo colonial, que estimulou o cultivo e a expansão da atividade e, a valorização da castanha de caju no mercado, que elevou a sua importância econômica e atraiu a maior investimento na sua produção (Seca, 2022; Caetano, 2022).

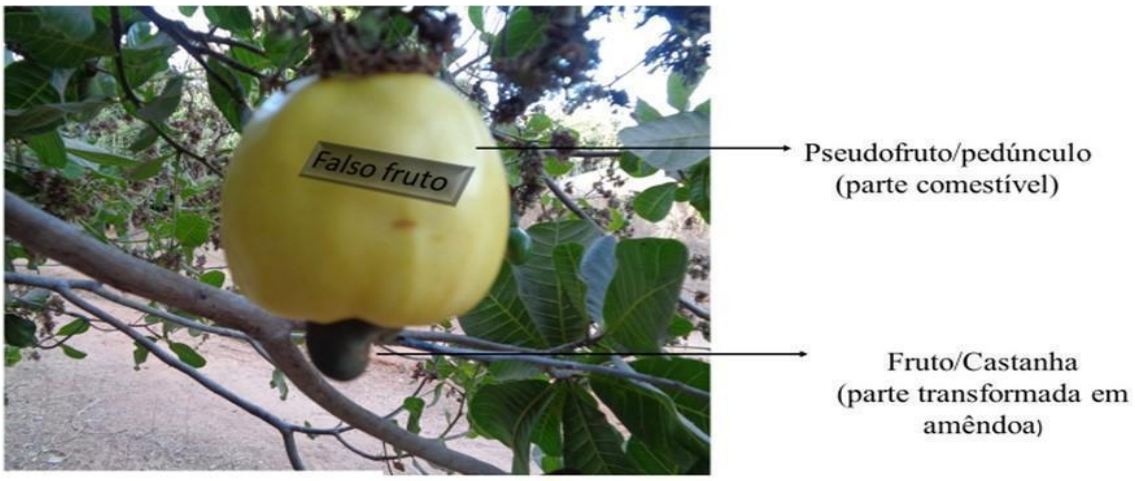
Com o avanço da produção, o caju passou a ocupar extensas áreas agrícolas tornando-se a principal atividade da população rural. Essa predominância, porém, revelou-se problemática: insuficiência para atender à demanda interna, já que a economia

gerada para os agricultores é limitada; redução da produção de outros alimentos, transformando o caju na única fonte de renda para maioria dos agricultores; baixo preço pago localmente, o que agrava a fragilidade econômica (Guiné-Bissau, 2019; Cateia, 2018). A dependência da exportação de caju, cujo preço muitas vezes é definido por comerciantes nas zonas rurais. Devido a falta da fiscalização adequada (a política do preço mínimo não é fiscalizado), os valores tendem a cair quando a oferta supera a procura (Mendes, 2021; Djaló, 2013).

Segundo Dansó (2023), desde 1980, foram crescendo as plantações em diferentes áreas do território nacional. Nhaga (2017) mostra que, devido às condições climáticas que o país apresenta, fez com que fossem ocupados cerca de 350 mil hectares com cajueiros, nos períodos entre 1997 a 2017. Portanto, a importância dada pelo caju trouxe alguns desafios, como a redução das outras atividades agrícolas, das florestas, entre outros (Comba, 2022; Seca, 2020).

A **figura 21** de caju, é caracterizada como uma fruta composta por duas partes: o fruto (pseudofruto) consumido ou transformado em vinho ou suco e a castanha transformada em amêndoa.

Figura 21: a estrutura e composição do caju



Fonte: Nhaga (2017).

Nas revisões literárias de Nhaga (2017) e Seca (2020), constata-se que as condições de fácil adaptação dos cajueiros em diversas áreas do território da colônia, na época de 1945-1949, permitiram que as autoridades administrativas da colônia conduzissem um intenso plantio, com a justificativa de recuperar as áreas esgotadas pelo cultivo de amendoim.

Segundo Dansó (2023), ocorreram no período de 1980 a liberalização econômica. Comerciantes engajaram-se na comercialização de caju, dada a sua rentabilidade. Paralelamente, aumentou a importação dos produtos alimentícios, principalmente o arroz (Marietti, 1996; Mendes 2021; Caetano, 2022).

Isso é verificado nas paisagens transformadas em cajueiros. Contudo, os agricultores enfrentam dificuldades por não alcançarem os resultados esperados. Para Cabral (1953) a introdução da agricultura moderna nos sistemas agrários em um país com baixo nível de alfabetização, sem técnicos e profissionais especializados, seria uma tarefa de pouca duração ou inútil. Isso se confirma na medida em que as fábricas montadas pós independência não tiveram sucesso.

Para Nhaga (2017), entende que, estes fatores colocam em risco os objetivos alinhados pelo **DENARP II**[16]**,** para impulsionar a cultura de caju no setor agrícola, que

[16] **Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza,** foi elaborado através de um processo alargado de consultas com as partes interessadas e os parceiros de desenvolvimento, inclusive os corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. O DENARP II descreve as políticas macroeconómicas, estruturais e sociais do país em apoio ao crescimento e à redução da pobreza, bem como as respectivas necessidades de financiamento externo e as principais fontes de recursos. Este documento nacional, juntamente com a Nota Consultiva Conjunta das Equipas Técnicas sobre o Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, está a ser publicado no website do FMI (DENARP II, 2011-2015) https://fecongd.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf.

são**:**

> **“**a) Desenvolvimento de pesquisa de apoio à adoção de parâmetros agrotécnicas visando uma melhor produtividade de caju, incluindo a prevenção ou a luta contra as pragas; b) reforço de qualidade e das normas com vista a otimizar as oportunidades de caju no mercado internacional; c) promoção da transformação local da castanha de caju no plano da emergência para o realçamento da indústria de transformação da castanha de caju, aprovado em 2010 (transformação, incluindo as polpas de diferentes derivados como: sumos, biscoitos, compotas e biocombustível) e de facilitar acesso á crédito e incentivos fiscais (pág.25).

Isso mostra que as ideias do projeto colonial, ainda estão sendo alinhadas e orientando as instituições e organizações nacionais. Em algumas regiões do país, como em Bolama (capital), já houve iniciativas, desde o período um pouco antes de 1980 até 2023, de transformação da castanha de caju, o que incentivou mais agricultores a ocuparem terras com essa cultura. No entanto, isso não trouxe mudanças significativas na economia local, pois o arroz, mesmo mais barato no mercado, continua tendo valor equivalente ao do caju. Além disso, a expansão das áreas destinada exclusivamente ao caju contribui para a perda de práticas culturais ligadas à manutenção da vida rural.

A agricultura do caju é praticada por uma minoria de agricultores na região de Bolama, e seu beneficiamento é realizado em pequenas fábricas instaladas em Bolama (capital da região). Essas fábricas funcionavam comprando castanha de caju dos agricultores para a extração de amêndoas. No entanto, mesmo com a produção e transformação dos produtos, e apesar da geração de empregos, as fábricas não conseguiram crescer a ponto de melhorar as situações econômicas e sociais locais.

Com a produção e transformação dos produtos, e geração de empregos, verifica-se que a desvinculação das práticas culturais foram aumentadas. É importante destacar que, Bolama foi o local onde a agricultura do cajueiro se expandiu rapidamente, tornando-se a principal fornecedora de vinho de caju para Bissau em todas as épocas de produção. Atualmente, porém, Bolama enfrenta grandes desafios: tornou-se uma das capitais regionais que apresenta pouca diversificação das atividades econômicas. Isso evidencia que a produção vinculada às pequenas fábricas, baseada em métodos familiares e tecnologias pouco avançadas, não trouxe os resultados esperados para o governo na altura e, posteriormente, para os proprietários das mesmas fabricas.

Segundo Jornal *O Democrata* (2017), a fábrica existente em Bolama foi criada

por iniciativa de Luís Cabral[17] com o objetivo de impulsionar a economia nacional. Inicialmente, fornecia sucos de caju para o mercado interno. Após o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, as fábricas foram fechadas pelo regime que assumiu o poder, alegando falta de condições para continuar funcionando. Ainda segundo o jornal, em 2006 uma das fábricas foi restaurada, mas fechou novamente em 2008. Em 2012 voltou a funcionar, encerrando suas atividades em 2014, sem retomada até os dias atuais.

Durante sua atividade, mais de 250 funcionários foram empregados, em sua maioria mulheres residentes na região. A produção anual chegava a 1.500 toneladas de castanha de caju descascada, embora não se saiba exatamente em qual período esses números foram registrados (O Democrata, 2017). Contudo, essa realidade evidencia uma tentativa de modernização da agricultura que não obteve sucesso, devido à introdução brusca de práticas que não se alinham às atividades econômicas e à cultura da população local. O resultado é a perda de autonomia, da cultura e dos saberes tradicionais.

A cultura desses agricultores representa seu modo de sobrevivência e, no campo, está diretamente ligada à diversificação da produção agrícola. Essa diversificação é essencial para manter a essência das práticas culturais e garantir a sobrevivência. A introdução da monocultura transforma profundamente as relações de produção, reduz progressivamente os espaços disponíveis e exclui práticas agrícolas tradicionais. Esse processo, além de modificar as dinâmicas produtivas, inviabiliza o modo de vida das comunidades locais, que dependem da diversidade agrícola para sobrevivência.

4.2-ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO CAJU

Já em Sogá a implantação do cultivo de caju é caracterizada por um sistema agrícola transitoriamente integrado ao cultivo de arroz ali existente. É comum o aproveitamento dos espaços de cultivo do *mpam-pam* para plantio de cajueiros. Consequentemente, muitas áreas destinadas ao arroz são utilizadas após a colheita, quando o terreno se encontra limpo ou com plantas de pequeno porte. Nesse momento, os agricultores aproveitam para plantar cajueiros ou sementes, sem grande esforço de limpeza ou desflorestação, diferentemente do cultivo do *mpam-pam*, que exige intenso trabalho braçal.

[17] Luís Cabral foi um dos membros fundadores do PAIGC e tornou-se o primeiro presidente da república da Guiné-Bissau, exercendo o cargo entre 1973 e 1980. Em 1980, sofreu o primeiro golpe de Estado da república, liderado por Nino Vieira que assumiu o governo nos anos seguintes. A partir desse período, o país enfrentou uma sucessão de golpes de estado, marcando sua trajetória política com instabilidade e disputas internas (Caetano, 2022).

Essas condições facilitam a expansão da produção de caju, uma cultura que cresce sem pragas significativas, permitindo sua predominância. Em cada aldeia: *Eticoba, Etamburo, Ancubinh, Ancaminho e Ebeje*, algumas famílias possuem plantações de cajueiros de média extensão, justificando a ocupação crescente das terras por essa cultura.

Segundo Camba (2022) e Nhaga (2017), embora a produção de caju na Guiné-Bissau tenha sido escolhida como a solução para alavancar a economia nos períodos de 1945, posteriormente em 1980 à atualidade e, representar a esperança para alguns agricultores, ela também gera problemas relacionados à ocupação de terras e ao meio ambiente. Isso se verifica quando uma minoria dos agricultores da ilha Sogá ocupa grandes áreas com cajueiros, inclusive em terrenos antes destinados ao arroz. Com isso, a estrutura fundiária que, na organização tradicional do povo Sogá garantia terra para todas as famílias, transforma-se produzindo concentração fundiária.

Em Sogá, a presença do cultivo de caju foi percebida no periodo colonial, onde havia somente três plantações de cajueiros em diferentes aldeias. A primeira plantação de cajueiros na ilha Sogá se encontra na aldeia *Etamburó,* plantada por **Nghomô.** Na aldeia de *Eticoba*, no espaço chamado *Amépem,* o proprietário era **Artur Mustasse** e, **Amuré** também foi dono da plantação na aldeia de *Eticoba*. Portanto, todas essas plantações se encontram nos arredores das aldeias, assim começou a expansão, como mostra a **figura 22.**

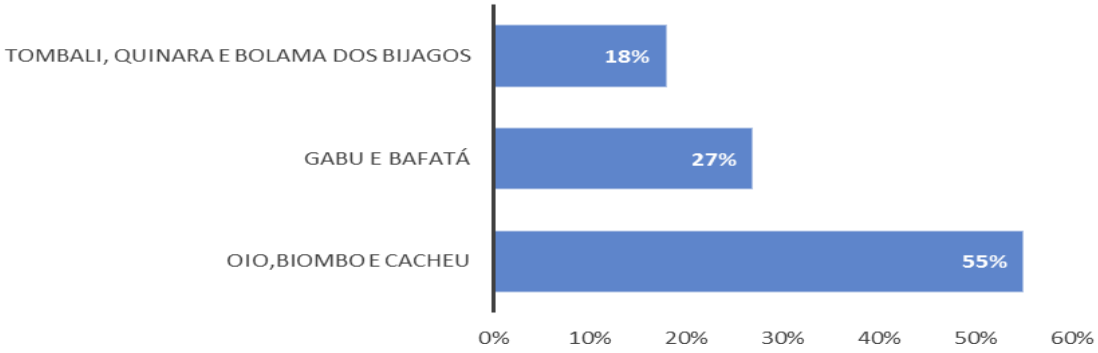
Figura 22: Expansão de cultivo do caju em Sogá



Fonte: Google. Adaptado por autor, 2024.

O **gráfico 1** abaixo apresenta a distribuição das áreas plantadas em diferentes regiões do país. E a soma percentual das regiões de Tombali, Quinara e Bolama

corresponde a 18%. A região do arquipélago não poderia apresentar uma percentagem maior devido à sua limitada extensão territorial e muitas áreas não propícias para agricultura, considerando que são ilhas, o que significa ausência de plantações significativas. Em outro aspecto, o gráfico reflete a degradação das áreas de moradia e a diminuição progressiva das áreas destinadas a outras atividades produtivas. Esse processo impacta diretamente o modo de vida de praticamente toda a comunidade local.



Didtribuição de plantação de caju por região da Guiné-Bissau (2011)

Gráfico 1. Fonte: Nhaga (2017)

A **tabela 4** apresenta a distribuição das plantações de cajueiros em diferentes regiões do país, em percentagem. Observa-se que a região de Bolama possui o maior percentual de cajueiros mais antigos, com mais de 32 anos, o que evidencia o processo histórico de plantação nessa área. Apesar disso, Bolama ocupa apenas a quarta posição em relação às novas plantações, especialmente na faixa de cajueiros entre 7 e 10 anos. Essa menor proporção está relacionada à diminuição das terras disponíveis para cultivo e às limitações da extensão territorial.

Tabela 4: Distribuição percentual da área ocupada pelo caju e idade dos cajueiros por região

Região	7 à10 anos %	11 à 18 anos %	19 à 32 anos %	Mais dos 32 anos, %	Total
Bafatá	16,9	60,1	16,4	6,5	100
Biombo	0	28,9	63	8,1	100
Bolama	13	16,2	21,7	49,1	100

Quinara	2,8	60,5	36,2	0,4	100
Cacheu	19,6	16,1	39,6	24,6	100
Gabu	3,7	67	29,3	0	100
Tombali	17	34,3	26,4	22,3	100
Total	10,8	51,2	26,9	11,1	100

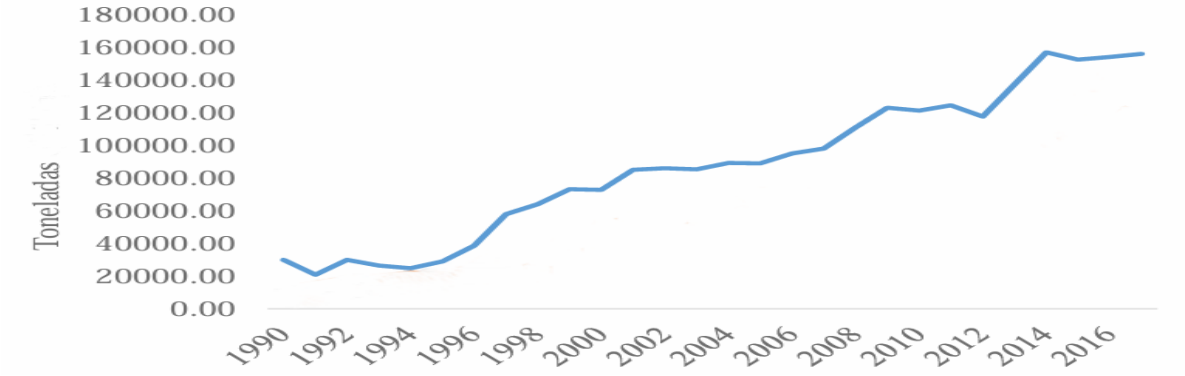
Fonte: Nhaga (2017).

Segundo Nhaga (2017), cerca de 80% da população rural guineense exerce atividade agrícolas, ocupando aproximadamente 47% das terras agricultáveis com o cultivo de cajueiros. Esse avanço provoca uma redução anual de 4% das florestas. Inicialmente as terras eram utilizadas para outras culturas, mas com o tempo, acabam sendo convertidas em plantações de cajueiros.

Em Sogá esse fenômeno é visível nas disputas familiares por terras que, tradicionalmente, eram de uso coletivo e, com o tempo, passaram a ser privatizadas. Muitas vezes, um membro da linhagem concede o uso da terra para o cultivo de arroz ou outras culturas, mas o beneficiário decide plantar cajueiro sem consultar os demais parentes. Portanto, há grande interesse pelas terras para o plantio de cajueiros, o que preocupa pela constante diminuição das áreas destinadas a outras culturas.

Portanto, muitos fatores foram motivos para a rápida expansão dos cajueiros nos períodos de 1980 a 1990 e, daí em diante. Na qual houve declínios em alguns anos da produção como mostra o **gráfico 2**, porém, no intervalo deste período cresceu a produção de 419%, e em 2014 a produção foi de 1556.938,00 t e, em 2008 contou com a produção de 111.000,00 t. a oscilação da produção não implicava no aumento pós anos (Seca, 2020).

Gráfico 2: produção de castanha de caju de 1990 a 2017



Fonte: Seca (2020).

Por outro lado, no que diz respeito à organização social rural na ocupação e uso das terras, esse crescimento das plantações de cajueiros, mostra a influência do modo de produção capitalista inserida com a colonização que, portanto, interfere nos modos de produção tradicional e de uso das terras coletivas. Isso, Seca (2020) salienta que, reflete no uso atualmente das terras, em que constitui uma das formas de uso privado do espaço, onde o agricultor opta-se por plantar os cajueiros tornando o espaço de uso restrito

O cultivo de caju não exige muitos cuidados. A semente é colocada diretamente na terra, em uma pequena cova, coberta e marcada com um ramo seco. Cada agricultor aplica seu conhecimento e regras próprias no plantio, e as plantas crescem sem grandes intervenções. A **figura 23**, mostra as espécies de sementes existentes na agricultura Guineense. Segundo Nhaga (2017), as sementes utilizadas no país são principalmente duas: “cucu di terra”, mais comum, com peso de 3 a 4 gramas, e a “cuco moçambicana”, com maior peso entre 6 e 7 gramas. Portanto, em Sogá predomina “cuco di terra”.

Figura 23: Sementes (castanhas de caju)



Fonte: Jamila Alves, 2025. (arquivo pessoal)

Na ilha Sogá, em alguns casos, os trabalhadores recebem frutos para extrair o vinho e comercializá-lo, apesar dos ganhos modestos, acreditam no potencial econômico dessa atividade. O processo apresenta muitos desafios: começa cedo, por volta das 5h da manhã, com longas caminhadas até as hortas, coleta dos frutos e separação das castanhas.

O cultivo de cajueiro influencia milhares de agricultores que, após anos, integram essa prática agrícola. Contudo, o valor da castanha de caju depende fortemente do mercado internacional, o que pode beneficiar ou prejudicar os produtores conforme a oscilação dos preços (Djaló, 2013; Samate, 2018. Batista, 2019)

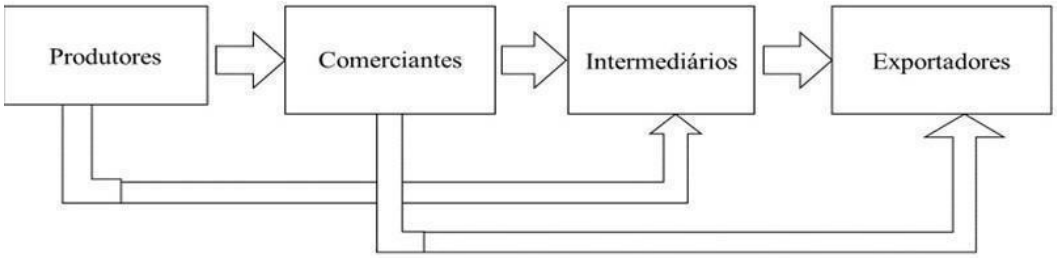
Em Sogá, porém, a comercialização em aldeias, muitas vezes existe apenas um posto de compra de castanha de caju, obrigando agricultores das outras aldeias a se

deslocarem para realizar trocas, de seguinte forma: O agricultor leva a quantidade de castanha disponível ao posto de troca; a castanha de caju é pesada na balança. Após inicia-se a negociação: isso, dependendo se agricultor prefere receber arroz ou dinheiro em troca. Em alguns casos, não há opção de escolha, sendo a troca feita exclusivamente por arroz ou dinheiro.

Durante as campanhas de comercialização, empresários internacionais, especialmente da Índia, maior produtor mundial de caju (Baptista, 2019; Caetano, 2022). Marcam presença no país para adquirir grandes quantidades de castanha de caju, que não é processada localmente e, portanto, continua sendo explorada em estado bruto.

A comercialização é interdependente, envolvendo produtores, intermediários, comerciantes e exportadores. Para atuar largamente, é necessário possuir licença de comércio (Alvará). Empresários ampliam seus entrepostos e armazéns em diferentes áreas rurais, facilitando a troca direta com os agricultores (Djaló, 2013). No entanto, segundo Nhaga (2017), os produtores frequentemente saem prejudicados, pois os intermediários estabelecem preços abaixo dos anunciados pelo governo.

Tabela 5: Circulação de comercialização de castanha de caju



Fonte: Nhaga (2017)

Já para o contexto da ilha Sogá, o processo é o seguinte: produções pequenas não atraem comerciantes antes da campanha, impossibilitando acordos prévios de preço e a dependência do caju obriga os agricultores a negociar diretamente com intermediários, geralmente a preços baixos. A falta de transporte e a distância da zona continental limitam a possibilidade de buscar melhores condições de venda. Assim, os preços locais são ditados pelos intermediários, influenciados pelo mercado internacional. Essa situação gera prejuízo e desigualdade entre agricultores de diferentes regiões.

Laércio Baptista (2019), critica a dependência excessiva do caju, destacando a dominância do mercado pelos estrangeiros, que muitas vezes não cumprem o valor da

comercialização ditado pelo governo.

Segundo Lassana Fati (DW, 25.04.2024), diretor-geral do Comércio Externo, a Guiné-Bissau precisa diversificar sua produção e investir na transformação local do caju. A dependência de um único produto é arriscada, especialmente diante da queda de valores no mercado internacional.

Ainda a mesma página afirma que, nos anos de 2022 a 2024, crises políticas e o descumprimento dos preços oficiais agravaram a situação. Em 2023, por exemplo, o governo anunciou 375 francos CFA por quilograma, mas os intermediários pagaram apenas 150 francos. Isso prejudicou mais de 80% da população rural, dependente do caju como principal fonte de renda.

Segundo a DW (2024), os agricultores enfrentam dificuldades nas campanhas de comercialização por não conseguirem vender suas safras, devido ao aumento das taxas de exportação. Em 2021, foram exportadas 230 mil toneladas. Já em 2022, houve uma queda para 180 mil toneladas. Em 2023, até fevereiro de 2024, foram exportadas 180 mil toneladas, restando ainda 5 mil toneladas em estoque.

De acordo com a ANCA numa declaração à Rádio Voz do Povo (2024), o problema está diretamente ligado ao aumento expressivo das taxas de exportação impostas pelo governo. Antes, cobrava-se 8 mil francos CFA por 150 toneladas, em 2022, esse valor saltou para 2.200 milhões francos CFA, e, em 2024, chegou a 4.200 milhões por 150 toneladas. Esse cenário obrigou os agricultores a manter estoque entre 2022 e 2024, gerando incertezas e dúvidas sobre a viabilidade da comercialização.

De acordo com o diretor-geral do comércio externo, em entrevista concedida à DW em 09 de abril de 2025, a Guiné-Bissau exportou cerca de 163 mil toneladas da castanha de caju. A expectativa inicial era atingir entre 200 e 230 mil toneladas, mas ainda assim se pretende alcançar um resultado positivo que supere os anteriores ao longo de 2025, com a colaboração do governo. A campanha de comercialização de 2024 teve abertura em 15 de março, com o preço fixado pelo governo em 300 francos cfa por quilograma, conforme complementa o diretor geral do comércio interno, Abdulai Mané.

Com relação ao valor da comercialização fixada, o presidente da União dos camponeses da Guiné-Bissau manifestou-se de que *"Se alguém vender um quilograma de castanha no preço de 300 franco cfa não será suficiente nem para comprar um quilograma de arroz"* (DW.15.03.2024)

A economia da Guiné-Bissau não só depende da exportação da castanha de caju, como há pesca que também é fundamental para a receita pública. Portanto, a pesca e a

caça contam com percentagem da receita, “46,9% do PIB em 2011 e 39,7% em 2016”. Agricultura sendo mais praticado entre a população, com mais de 85% exercendo essa atividade, porém, o cultivo de caju é mais representado, assim fornecendo uma quantia variável de “85% a 90%” da exportação (Seca, 2020; p.37).

Muitos familiares que não possuem plantações próprias, durante o período da campanha, colaboram com os agricultores proprietários no processo de coleta e separação do fruto da castanha (Nhaga, 2017). Em troca, diariamente recebem em quilos de castanha de caju ou frutos. Na maioria dos casos, há um acordo entre o proprietário e o trabalhador: a ajuda na colheita é recompensada com parte da produção. Em outros casos, não há compromisso formal, mas o ajudante é recompensado ao final com sacos de castanha de caju. Essa atividade é desempenhada, em grande parte, por mulheres

Além disso, o fruto caju é aproveitado e transformado em vinho. Essa **figura 24**, transformação exige algumas horas de trabalho, podendo ser realizada por uma ou várias pessoas. De forma tradicional, o processo envolve: Trituração do fruto com um pau para extração do suco; a filtração; armazenamento em bidões; fermentação natural, deixando os recipientes expostos ao sol ou em local adequado até o suco se transformar em vinho (Nhhaga, 2017). Esse trabalho, geralmente, representa uma importante fonte complementar de renda para muitos agricultores e comerciantes do vinho de caju.

Figura 24: O processo de transformação do fruto em vinho



Fonte: Nhaga (2017).

Os agricultores recorrem à produção de vinho de caju como forma de economia adicional, sendo um produto muito consumido internamente. Muitos trabalhadores

sazonais migram para regiões com maior produção de caju em busca de trabalho, enquanto outros permanecem localmente, colaborando com os donos das plantações (Nhaga, 2027).

O aumento da procura da castanha de caju no mercado internacional tem levado os agricultores de Sogá a intensificarem o cultivo do cajueiro. Esse processo resulta na perda da autonomia local e ameaça práticas culturais tradicionais, já que as matas diminuem a cada ano e a paisagem tende a ser dominada por cajueiros. Com isso, torna-se difícil a continuidade das práticas tradicionais, e as florestas deixam de exercer suas funções culturais e religiosas, fundamentais para manter viva a cultura local.

O novo sistema de agricultura está longe de ser uma integração de práticas novas às antigas, representa uma substituição das práticas ancestrais por uma lógica capitalista de produção. Em Sogá, por exemplo, observa-se uma diminuição das terras de cultivo do arroz. Embora alguns agricultores locais ainda se mantenham centrados no arroz, outros são influenciados pela lógica global, o que acentua o conflito entre o tradicional e o moderno.

5- TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E RESISTÊNCIA CULTURAL NA ILHA SOGÁ

A estrutura econômica da população da ilha Sogá é predominantemente camponesa, centrada na agricultura, coleta de mariscos e pesca. E a produção agrícola define a organização social local. A produção de caju domina as terras, substituindo gradualmente cultivos ao consumo interno, como o arroz, por uma lógica voltada ao mercado internacional. A terra, nesse contexto, permanece como questão central na formação social, especialmente diante do avanço do capitalismo o que Abreu (2012) explica como sendo, a economia rural guineense, uma economia pré-capitalista, não por estar isolada da economia mundial, mas por ainda manter estruturas agrárias tradicionais.

Nas zonas rurais da Guiné-Bissau, o capitalismo ainda se encontra em fase inicial. As relações de produção e sociais mantêm características tradicionais, mesmo com o crescimento da mercantilização e a migração para o monocultivo, descreve Abreu. A produção de castanha de caju tornou-se a principal atividade agrícola voltada ao mercado, gerando renda para muitos familiares e inserindo-se gradualmente na lógica do mercado capitalista.

A produção capitalista, segundo Abreu (2012 p.10), envolve o uso intensivo de meios de produção modernos, compatível com o desenvolvimento, entendido como

"recomposição socioeconômica induzida pela expansão do modo de produção capitalista". O nexo teórico que Abreu estabelece em seu artigo é migração e desenvolvimento, sendo que em relação a Guiné-Bissau, diz ainda:

> "Em contextos hiperperiféricos como a Guiné-Bissau rural, em que a prevalência da mercadorização – característica definidora do modo de produção capitalista – é ainda incipiente e onde se verifica uma acentuada homogeneidade da população rural no que toca às relações sociais de produção, falar de desenvolvimento significa falar do processo – obviamente disruptivo e conflitual – de transição e aprofundamento do modo de produção capitalista, designadamente através da crescente mercadorização da produção e subsistência e da diferenciação de um campesinato relativamente homogéneo em classes sociais distintas". (Abreu, 2012. p 10).

O caráter disruptivo e conflitual é o que examinamos como o processo de territorialização do capital a partir da introdução do cultivo de cajueiros para o mercado internacional, contudo, nosso foco é como o modo não capitalista de organização social do povo Sogá vem sendo transformado; é um recorte a partir das práticas agrícola para compreender as transformações territoriais.

Com isso, podemos observar que, em Sogá, o capitalismo não se consolidou plenamente devido à resistência cultural, fundamentada na noção do sagrado. Como podemos observar no segundo capitulo dessa dissertação, as áreas como *Eguêt* e *Brus Garande* não são afetadas pelo plantio de cajueiros devido à noção do sagrado (uma resistência cultural). No campo agrícola, observa-se apropriação de espaços não capitalistas, que são transformados em capitalistas. As condições de privilégio das pessoas pertencentes às linhagens proprietárias da terra lhes conferem a facilidade de explorar esta posição em benefício próprio, convertendo os espaços em áreas privadas ou de uso restrito.

Esse processo é visível nos dois sistemas agrários, o organizado pelo cultivo de arroz e o organizado pelo cultivo de cajueiros, nos quais se modificam as formas de acesso à terra. No caso do arroz *mpam-pam*, o espaço é solicitado e concedido por meio de uma assembleia de anciãos. Já para os cajueiros, não ocorre o mesmo procedimento: se um descendente da linhagem utilizou a terra para do arroz, logo aproveita a oportunidade (já que o espaço se encontra limpa) para depositar sementes de castanha de caju sem o consenso da maioria, as vezes limitando-se apenas a avisar um membro da família.

Essa prática, localmente, resultou no processo que indica a "territorialização do capital" como cahamado por Silva (2024), que se manifesta em duas vertentes: a primeira

ocorre pelo uso do lugar de privilégio e de pertencimento para apropriar-se dos espaços. A segunda decorre da lógica colonial do mundo capitalista, em que a colonização trouxe e reforçou a mercantilização sob o discurso da modernização da agricultura, atribuindo importância diferenciada a certas culturas e ao capital.

Dessa forma, estabelece uma disputa, o sistema capitalista dos cajueiros exclui o sistema tradicional do arroz, que se mantém pela força da resistência cultural local. O processo que teoricamente pode ser entedido na explicação do Haesbaert (2004) como desterritorialização e territorialização, os processos de compreensão das ações humanas envolvendo o material e o imaterial, da desvinculação e vinculação à uma determinada localidade ou espaço.

Essa trajetória revela o reavivamento do processo de colonização, o qual se mostra contínuo e multifacetado. De acordo com o modo de vida dos habitantes da Ilha Sogá (seus saberes e práticas tradicionais), frente à realidade da globalização, esse processo é entendido por Quijano como colonialidade, uma herança do colonialismo (Quijano, 2005).

Os saberes e práticas tradicionais foram transmitidos ao longo de gerações, sustentados por uma relação social coletiva enraizada em valores comunitários. Atualmente verifica-se um choque entre o tradicional e o moderno, em que práticas agrícolas capitalistas, herdadas da colonização, têm substituído os modos tradicionais de produção, transformação que envolve todas as formas de conhecimento e práticas produzidas no cotidiano desse povo.

Aponta-se a globalização/capitalismo como a principal causa desse choque de perspectivas, o qual ameaça a existência da cultura local. Acreditamos que a sobrevivência de uma cultura depende da priorização e valorização de seus saberes e práticas. No caso da ilha Sogá é responsabilidade dos gestores garantir as condições adequadas para a posse e uso sustentável das terras, assegurando a manutenção dos estilos de vida locais.

A prática agrícola é limitada pelas poucas terras disponíveis. Além do cultivo de sequeiro, a Ilha possui áreas pantanosas propícias para o cultivo de arroz (as bolanhas). Dessa forma, em função das características da paisagem, as práticas agrícolas ocorrem em duas áreas principais e contrastantes: bolanhas e florestas. A paisagem da Ilha varia

entre florestas, mangues, lalas[18], bolanhas[19] e praias. (INE, 2009).

Historicamente, as terras da Ilha são gestionadas pelas comunidades locais, tanto para atividades agrícolas quanto para outras atividades complementares. Uma exceção ocorreu durante o período colonial portugues, cuja principal atividade era a extração de palmeiras para produção de óleo de dendê. Devido à falta de registros, não se sabe ao certo quando essa exploração teve início, mas sabe-se que as fábricas ali instaladas foram abandonadas pouco antes da independência do país, em 1973. As ruínas dessas fábricas ainda permanecem na Ilha, como vestígios intactos de um passado colonial.

Bolama, região Sul, para Mendes (2022), a agricultura praticada no Sul da Guiné-Bissau sofre transformações sistemáticas ao longo da evolução social. Apesar dessas mudanças, ela continua baseada em núcleos familiares e técnicas tradicionais. Atualmente há dificuldades em garantir meios de produção para atividades agrícolas, em especial devido à crescente concorrência pelas terras, o que tem levado a economia local a uma crise.

O Sistema agrícola colonial de 1949-1973, no regime colonial, instituiu uma lei que declarava todas as terras como propriedade do Estado Português, permitindo a privatização e o alargamento das propriedades agrícolas em grandes hectares. A mão de obra não era remunerada, porém, os habitantes locais eram obrigados a trabalhar gratuitamente como forma de pagamento de impostos (Mendes e Lovois, 2022).

Estes autores destacam o cultivo do amendoim como atividade principal para abastecimento do mercado português. Esse sistema foi implantado em toda a Guiné portuguesa e provocou a dispersão da população guineense. A ilha Sogá não ficou à margem desse processo: seus habitantes foram levados para ilhas vizinhas. Embora a agricultura de amendoim não tenha sido predominante em Sogá, ali a exploração focou principalmente nas palmeiras (dendezeiros).

Segundo Canto (2020), observa que os Bijagós não eram tradicionalmente reconhecidos como agricultores, ao contrário dos *Balantas* (um dos grupos sociais que compõem a sociedade guineense). O motivo principal era geográfico, as ilhas são pequenas e cercadas por rios e mares, com abundância de palmeiras (dendezeiros), o que levou os Bijagós a se destacarem como pescadores e extratores de palmeiras (dendê), sem deixar de exercer agricultura em menor escala. Tudo realizado com técnicas ancestrais e

[18] "As *Lalas* são áreas inundadas que representam zonas de transição entre o mar e as áreas florestais".
[19] As *bolanhas* são terras baixas de mangal ou tarrafe que consistem em formações vegetais à beira mar ou rio de produção de arrozais alagados (Ministério do Desenvolvimento Rural/PNUD, 1997).

ferramentas simples como descrito no capítulo 2 desta dissertação.

Para o sistema agrícola da república 1974-1989, no pós-independência, houve uma mudança significativa na agricultura. Segundo Mendes e Lovois (2022), a migração dos grupos *Pepel* e Bijagó para outras regiões trouxe novas características ao sistema agrário.

Mendes explica que, os Bijagós:

> "[...] começaram a migrar para o setor Oeste da região atraídos pela existência de grandes áreas cobertas por palmeiras nativas. Esta população teve como principais atividades a extração de vinho de palma, que também era uma prática dos Manjacos, assim como a extração de óleo de dendê e a pesca artesanal" (Mendes et al, 2022 pág.13).

Esse novo controle dos campos agrícolas possibilitou a diversificação das culturas. O grupo social Pepel praticava uma agricultura diversificada, com destaque para o cultivo de arroz em sistemas de *bolanha* com água doce e salgada. No entanto, ao invés de intensificar essa técnica, adotaram o modelo colonial focado no cultivo de cajueiros para o mercado. Os Blantas, que já haviam iniciado esse cultivo, continuaram propagando-o por todo o território nacional (Guiné-Bissau).

Já a partir de 1989 ao presente, novas formas de ocupação e exploração da terra surgiram com a promulgação da Lei nº 5/1989, pela Assembleia Nacional. Apesar da terra ainda pertencer ao Estado em nome do povo guineense, passou a permitir a apropriação e privatização por parte dos cidadãos.

Essa mudança fundiária gerou vantagens e oportunidade para muitos agricultores, permitindo a alienação, privatização e expansão da agricultura privada, além de atrair investimentos internacionais. Mendes (2022) afirma que:

> "Estas ações permitiram a estes estrangeiros realizarem um processo de acumulação de capital e implementarem localmente novas atividades industriais. Igualmente, eles financiavam os agricultores locais para a mecanização e a aquisição de insumos de origem industrial para cultivo [...]" (Mendes, 2022 p.15).

Esses financiamentos se centram na zona continental e em atividades voltadas ao mercado internacional, sendo o cultivo de cajueiros o principal exemplo. No contexto da ilha de Sogá, que possui uma extensão territorial muito limitada, as terras são insuficientes para uma agricultura privada intensiva.

Tabela 6. Evolução histórica do sistema agrário, de 1400 a 2024.

Variáveis	Sistema agrícola Bijagó (...1400-1889)	Sistema agrícola pré-colonial (1889-1949)	Sistema agrícola colonial (1949-1972)	Sistema agrícola da república (1973-1989)	Sistema agrário atual (1989-2024)
Principais atividades econômicas	Coleta, agricultura de sequeiro, pesca, extração de dendezeiros	Agricultura (arroz, milho ...) Pesca, Coleta ou extração de dendê	Dendezeiros, Amendoim, Agricultura de sequeiro, caju	Agricultura de sequeiro Dendezeiro Coleta Caju	Caju Agricultura de sequeiro Coleta Dendezeiro
Relação de trabalho	Organizaçã o familiar ou comunal	Livre, organização familiar ou comunal	Livre, forçado	Livre Organizaçã o familiar ou comunal	Livre Organizaçã o familiar ou comunal
Organização social	comunalism o	comunalism o	Grupo social, Estado português	Grupo social, Estado da GB	Grupo social, Estado da GB
Relações comerciais	Trabalho, livre, troca	Trabalho, livre, troca	Imposto português, moeda, troca	Moeda, imposto, Estado da GB	Imposto, moeda, Estado da GB
Acesso às terras	Atribuição pelos régulos	Atribuição pelos régulos	Atribuição pelos portugueses (privado) e pelos régulos	Regime privado, estado da GB	Regime privado, coletivo, Estado da GB

Instrumentos de produção utilizados	Machado metal, facão, bastão	Machado, facão, faca, bastão, enxada	Machado, facão, faca, enxada, bastão	Arado, enxada, facão, machado, bastão	Machado, facão, enxada, arado, bastão
Transformação do sistema agrária e seus fatores	Chegada dos outros grupos sociais	Chegada dos outros grupos sociais	Chegadas de Portugal e implementação do novo sistema agrário	Novo sistema agrário	Novo sistema agrário ...

Referência no estudo de Lovois e Mendes (2022)

Na década de 1980, com a implementação de políticas de liberalização econômica na África Ocidental, muitos países da região reduziram significativamente sua produção agrícola (Mancal, 2018). Esse fenômeno também se manifestou na Guiné-Bissau, que, em vez de intensificar a produção de arroz, o alimento básico para a população, passou a priorizar o cultivo de caju voltado para o mercado internacional.

Entretanto, esse modelo agrícola gerou uma série de desafios. Entre eles, destacam-se: Dependência do mercado externo, tornando a economia vulnerável às flutuações internacionais; aumento dos preços dos produtos básicos, dificultando o acesso da população a alimentos essenciais; superexploração das terras, comprometendo a sustentabilidade dos recursos naturais; a falta de investimentos na produção voltada ao consumo interno; insegurança alimentar, agravada pela substituição de cultivos diversificados pelo monocultivo do caju. É demonstrado por França (1995), posteriormente por Abreu (2012), que o país é cada vez mais dependente de importações para suprir suas necessidades alimentares.

Esse cenário evidencia os efeitos negativos da reorientação produtiva voltada exclusivamente para exportação, em detrimento da segurança alimentar e da subsistência agrícola local.

Apesar da independência, o Estado manteve o controle sobre as principais atividades econômicas, desde o monopólio português até os governos modernos, sem mudanças estruturais significativas. A principal transformação observada nas últimas

décadas foi o crescimento da produção de caju e o avanço da monetarização, que alteraram as relações sociais de produção agrícola (Abreu, 2012).

Diante disso, o avanço do liberalismo econômico trouxe mudanças radicais nas formas de produção agrícola, com a intensa introdução do capital moderno. Segundo Thiago (2013), a política econômica pode ser entendida como "um conjunto de medidas não econômicas (mas essencialmente políticas), adotadas como critérios determinados pelo estado para o balizamento das possibilidades efetivas de troca".

Essas medidas têm o potencial de apresentar consequências parciais, visando garantir os interesses econômicos de indivíduos e grupos sociais. Para Bercovici (2010), a política econômica é o planejamento, por parte do governo, de um conjunto de ações destinadas a enfrentar e amenizar os desafios econômicos do Estado. Essa política envolve princípios fundamentais para garantir a estabilidade e o bem-estar econômico do país.

As políticas econômicas estão, portanto, intimamente ligadas às realidades sociais, resultando de conflitos entre diferentes interesses de grupos sociais e econômicos que disputam influência sobre o Estado. Como consequência, essas políticas impactam diretamente a vida das populações comuns (Mendes, 2021).

Aplicando essa perspectiva à ilha Sogá, observa-se que os custos e benefícios da política econômica estão concentrados entre as comunidades agrícolas. No entanto, os ganhos são desigualmente distribuídos, favorecendo determinados grupos. A ocupação de terras segue regras de linhagem, baseadas na chegada dos primeiros ocupantes ou na autoridade dos anciãos, o que, em certas medidas, gera privilégios. Embora não se pode afirmar que há corrupção, mas há sim um uso abusivo dessas posições em benefício privado, caracterizando uma forma de monopólio da terra. Essa estrutura fundiária reflete uma lógica de exclusão, onde o acesso à terra e aos recursos produtivos é limitado por relações sociais hierárquicas.

Considerando a relevância do setor agrícola para Ilha Sogá, observa-se que grande parte da população rural está envolvida com agricultura. No entanto, a precariedade das condições de vida dos agricultores e a concorrência pelo acesso à terra têm gerado sérias consequências para a ilha Sogá, como aumento da redução da mão de obra disponível.

A modernização da agricultura na Guiné-Bissau, foi impulsionada pelos interesses dos mercados internacionais Mendes (2021), impactou negativamente a agricultura tradicional. Muitos agricultores passaram a adotar novas práticas, substituindo a diversificação de culturas por monocultura, especialmente a do cajueiro. Essa mudança

resultou em um processo de exclusão, no qual uma minoria passou a controlar os meios de produção, enquanto a maioria dos agricultores foi marginalizada, levando à redução da renda familiar e ao enfraquecimento da economia local.

Diante de todo o processo histórico, percebe-se que a colonização impactou profundamente as estruturas institucionais e os sistemas de gerenciamento dos setores produtivos, que permanecem alinhados ao modelo colonial. Isso se evidencia nos planos e estratégias econômicas do país. Um exemplo notável é o plano nacional de introdução do caju como cultura agrícola voltada à exportação, que foi amplamente valorizado pela chamada **Política de Ajustamento Estrutural**. Com o passar do tempo, essa cultura tornou-se central na economia nacional, chegando a representar 90% das exportações do país (Mendes, 2021; Caetano, 2022).

Essa estratégia econômica tinha como principal objetivo, viabilizar uma reforma estrutural que permitisse o enfrentamento e a amortização das dívidas externas contraídas pelo Estado. Assim, o caju se tornou não apenas alternativa agrícola, mas um pilar de sustentação da economia nacional, fortemente influenciado por interesses externos e legados coloniais (Caetano, 2022).

Mendes (2021) em 1973, a Guiné-Bissau buscou transformar sua economia, rompendo com o sistema administrativo colonial e mobilizando sua capacidade produtiva. Em 1986, foram implementadas medidas de **reajustamento estrutural:** ministérios como o da Educação e da Saúde passaram ao regime especial, com liberdade para contratar técnicos externos; enquanto o ministério da agricultura, embora com autonomia, ficou restrito à dinâmica dos demais, prejudicado pela instabilidade política e constante troca de liderança.

Além da dificuldade de acesso à terra para cultivo, outros fatores contribuem para a substituição das práticas agrícolas tradicionais na Ilha Sogá. Um dos principais é a escassez de mão de obra jovem, já que muitos se interessaram mais por caju.

Outro fator relevante é a diferença na exigência de trabalho entre as culturas. O cultivo de caju demanda menos esforço físico e menos mão de obra em comparação ao arroz *mpam-pam*, que requer maior dedicação e trabalho coletivo. Essa diferença tem incentivado a adoção dos cajueiros como alternativa mais viável, especialmente diante das limitações demográficas e estruturais enfrentadas pelas comunidades locais.

Além disso, em desvantagem, o livre comércio permite que comerciantes externos estabeleçam os preços da castanha de caju de forma arbitrária, variando entre localidades e comunidades. Em Sogá, é comum a realização de trocas diretas entre arroz e castanha

de caju, o que evidencia a fragilidade da economia local, num contexto de economia inserida no sistema capitalista global. Mendes, (2021) afirma que, a renda gerada durante a campanha de comercialização da castanha, muitas vezes, não é suficiente para sustentar as famílias até o próximo ciclo produtivo. Como a maioria dos agricultores deixaram de cultivar arroz, enfrentam períodos de escassez alimentar e, em muitos casos, recorrem a outras atividades econômicas, como a extração de mariscos e palmeiras para garantir a sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a substituição do cultivo tradicional de arroz mpam-pam pelo caju na ilha Sogá trouxe profundas consequências econômicas, sociais, culturais e ambientais. A agricultura local, marcada pela influência colonial capitalista, passou de práticas comunitárias e diversificadas para monocultura voltada ao mercado externo, resultando em perda de autonomia, privatização das terras e fragilização dos laços sociais.

Esse processo pode ser entendido como uma herança colonial. Após a independência, entre 1973 e 1980, houve um movimentação politicamente de transformação social e económica que, no entanto, não surgiu efeitos, onde acabou seguir as mesmas linhas coloniais como modelo. Em outras palavras, a tentativa de romper com as estruturas coloniais, acompanhada do chamado ajuste estrutural, não obteve êxito, pois o sistema de produção capitalista imposto já estava enraizado nas formas de produção e na sociedade. Assim, manteve-se a continuidade desse modelo nos anos posteriores (1980-2024).

Portanto, de 1980 a atualidade, verificou-se um grande crescimento de produção de caju, responsável pela mudança do modo de cultivo de uma economia tradicional para uma economia capitalista introduzida com a colonização. A expansão de caju levou muitos agricultores a se tornarem dependentes dessa produção e abandonarem a diversificação agrícola, gerando impactos econômicos significativos.

A colheita e a comercialização da castanha de caju, por serem sazonais e mal comercializadas, não asseguram estabilidade financeira às famílias agricultores, devido ao baixo valor de compra. Além disso, terras antes destinadas a atividades culturais, como rituais religiosos e cultivo de arroz, perderam suas funções colocando em risco práticas e saberes ancestrais. Embora o trabalho de caju seja mais fácil em comparação ao arroz, sua economia é frequentemente usada apenas para adquirir arroz no mercado, o que rompe com a essência da cultura local. A introdução do uso restrito e privado das terras,

por meio da monocultura, reforça esse processo de exclusão.

No entanto, a atividade no território Sogá era/é praticada com base no conhecimento transmitido de geração em geração, preservando as formas tradicionais de produção que garantem a manutenção da vida e da cultura local.

Com a diminuição dos espaços destinados ao cultivo de arroz e a redução das práticas tradicionais, observa-se uma diferença significativa no manejo e na gestão das terras entre as gerações anteriores e a atual. O desafio torna-se evidente com a introdução de novas técnicas e tipos de agricultura, que acabam substituindo os métodos antigos. Esse processo resultou em impactos econômicos e na perda parcial da autonomia local.

Porém, não basta melhorar as condições de produção de caju. Mas também, é relevante observar o espaço que essa cultura ocupa a cada ano e percebe que, muitas vezes, não consegue suprir as necessidades dos agricultores. O caju tem substituído o arroz e outras culturas tradicionais no campo, mas sua economia frequentemente não alcança o valor necessário para a compra do arroz no mercado.

Como já foi demonstrado, o cultivo tradicional de arroz em Sogá não se limita a uma simples atividade econômica. Trata-se de uma prática rotativa, que permite a troca de espaços de cultivo entre agricultores, fortalecendo tanto as relações agrícolas quanto culturais, além de contribuir para o descanso da terra após a colheita. O arroz cultivado localmente ocupa posição central em todas as atividades culturais, sem exceção, e desempenha papel essencial na segurança alimentar. Outros grãos e mariscos são apenas complementares ao arroz nas refeições.

Com as mudanças ocorridas no campo, as dificuldades econômicas tornaram-se mais perceptíveis durante as épocas chuvosas, períodos delicados para os habitantes de Sogá. As chuvas intensas muitas vezes impossibilitam o exercício de atividades econômicas complementares, como a coleta de dendezeiros, mariscos e a pesca. Nessas circunstâncias, famílias que não possuem estoque suficiente de arroz acabam enfrentando a falta de alimentos.

Essa escassez também afeta a realização dos rituais cerimônias, que tradicionalmente incluem mariscos, feijão, arroz e dendê. As limitações impostas pelas mudanças e pela redução da produção refletem em toda a estrutura social, econômica e política local, evidenciando a desvinculação das práticas que sustenta a autonomia local

A substituição das práticas agrícolas tradicionais desvinculou a comunidade de seus saberes ancestrais e fragilizou a sua autonomia. Para enfrentar essa situação, propomos o retorno ao uso coletivo das terras, prática capaz de preservar os saberes locais

e fortalecer a coesão social. Entendemos que o modelo tradicional de produção é mais rentável para manter a vida dos locais do que a economia capitalista privada, além de contribuir para a preservação cultural e a redução da poluição ecológica; criação de projetos educacionais que auxiliam as comunidades a compreender os prejuízos causados pela substituição das práticas tradicionais, pela perda da autonomia e pela redução da diversificação agrícola, especialmente diante da diminuição dos espaços agricultáveis no território Sogá. Sensibilizar a população sobre como lidar com as ideias capitalistas modernas pode impulsionar novas perspectivas quanto ao uso e ao manejo das terras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alexandre. **Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural**. e-cadernos CES, n. 15, 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/eces/955. Acesso em: 29.07.2024.

AGROTEC. 2023. Disponível em: https://www.agrotec.pt/noticias/o-arroz-na-guine-bissau-especies-cultivares-sistemas-de-producao-e-desafios-face-as-alteracoes-climaticas-bibliografia/. Acesso em: 13.09.2025.

ALVES, Eliseu. Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias. **Embrapa Informação Tecnológica**, v. 181, 2006.
ATAÍDE, Ana Emília. O PODER DO CAPITAL SOBRE A POLITICA TERRITORIAL DO ESTADO BRASILEIRO. 2017. UFBA. Disponível em: https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo1_anaemilia.pdf. Acesso em: 10.08.2024.

ATAÍDE, Ana Emília. O PODER DO CAPITAL SOBRE A POLÍTICA TERRITORIAL DO ESTADO BRASILEIRO. 2017. Disponível em: https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo1_anaemilia.pdf. Acesso em: 10.01.2025.

BAIARDI, Amilcar. Mudanças técnicas na agricultura medieval e o processo de transição para o capitalismo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 3, p. 449-464, 1997. Disponível em: http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct1997.v14.8980. Acesso em: 26.06.2024.

BENINCÁ, Mainara da Costa; CESAR CLEMENTE, Evandro. A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA EM RIO VERDE - GO. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 38, p. 230–249, 2020. DOI: 10.5216/revgeoamb.i38.64655. Disponível em: https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/64655. Acesso em: 17 fev. 2026.

BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política econômica**. 1992. Tese de Doutorado. [sn]. Disponível em: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1992.49012. Acesso em: 10.01.2025.

BERCOVICI, Gilberto: Política econômica e direito econômico. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, *[S. l.]*, v. 105, p. 389–406, 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67907.. Acesso em: 9 set. 2024.
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7904/12/Disserta%c3%a7%c3%a3o_AbdulaiSe Acesso em: 20.08.2024.

BLATA, Iano Fogna. **O arroz como alimento base da população guineense: um estudo sobre seu cultivo e sua importância para o povo brasa**. Bacharelado em Humanidades, UNILAB, 2019. Disponivel em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1722/1/2019_proj_ianoblata.pdf. Acesso em: 04.07.2024.

BOLAMA-BIJAGÓS, Arquipélago. **Sociedades Insulares.** 1996. NUPAUB-USP 1 apoio: Universidade da Bretanha e Cofecub. São Paulo, 30 / 31 jul.96 Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Claudio-Maretti/publication/271853410. Acesso em:

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CÁ, D.; TEIXEIRA, K. M. D. Problema de terra nos países de sul global: efeitos do uso consuetudinário na redução de acesso das mulheres às terras cultiváveis na Guiné-Bissau. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, *[S. l.]*, v. 34, n. 1, 2023. DOI: 10.31423/oikos.v34i1.15153. Disponível em: https://beta.periodicos.ufv.br/oikos/article/view/15153. Acesso em: 27 jan. 2025.

CABRAL, Amílcar Lopes. A agricultura da Guiné. Algumas notas sobre as suas caracteristicas e problemas fundamentais. **AGROS. Número Especial dedicado ao Ultramar, Ano 42, p. 335-350, Nº 4**, 1959.

CAETANO, Leodinilde Pinto. **Transformações recentes na agricultura guineense: impactos na segurança alimentar e saúde**. 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/22d33b57-7615-4781-8f7a-85b500a3ac52/content. Acesso em: 23.02.2026.

CANTO, Rafael Antunes do. **Os bijagós da Guiné-Bissau: ancestralidade, cultura marítima e resistência histórico-cultural**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/213056 acesso em: 20.05.2024.

CARDOSO, Augusto. **Administração Política e Saber Bijagós: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau**. Revista Brasileira de Administração Política, v. 6, n. 1, p. 71-71, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15576/10694. Acesso em: 20.04.2024.

_____. **Saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós e suas relações com a organização, a gestão e a conservação da biodiversidade na guiné-bissau. 2010**. Dissertação de Mestrado em admistração, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7642/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%2001.pdf. Acesso em: 20.05.2024.

CARDOSO, F. L. M. **Os Bijagós: Estrutura e Funcionamento do Poder. CODESRIA Books Publication System**, 2008. Disponível em: CODESRIA. https://doi.org/10.57054/codesria.pub.158. Acesso em: 14 jan. 2025.

CARNEY, Judith A.; WATKINS, Case. Arroz, protagonismo africano e a transformação ecológica das Américas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 16, p. e20200089, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0089. Acesso em: 15.12.2024.

CARNEY, Judith. O Arroz Africano na História do Novo Mundo. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, *[S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 182–197, 2017. DOI: 10.21664/2238-8869.2017v6i2.p182-197. Disponível em: https://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2447. Acesso em: 8 jan. 2025.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. Brasiliense, 2017.

CATEIA, Júlio Vicente; DA SILVA, Igor Castellano; ROHENKOHL, Júlio Eduardo. A mudança estrutural na Guiné-Bissau. **Textos de Economia**, v. 21, n. 1, p. 97-124, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8085.2018v21n1p97. Acesso em: 08.01.2025.

CAVALCANTE, L. V. A TERRITORIALIDADE DO CAPITAL NO CAMPO: AGRONEGÓCIO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NO CEARÁ. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 53, p. 22–46, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v0i53.6016. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6016. Acesso em: 15 jan. 2025.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sn/a/SgL79tm5fDy9xXB6r3RbzJL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20.01.2026.

CLARK, Giovani. Política econômica e Estado. **Estudos avançados**, v. 22, p. 207-217, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100014. Acesso em: 09.09.2024.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização componesa na várzea da Amazônia**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-03122007-112229. Acesso em: 2025-01-15.

DANSÓ, Iancuba. **Caju pode estar em extinção na Guiné-Bissau.** DW Notícias. Guiné Bissau. 05/04/2023. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/caju-pode-estar-em-extin%C3%A7%C3%A3o-na-guin%C3%A9-bissau/a-65240780#:~:text=A%20castanha%20de%20caju%20%C3%A9,o%20Vietname%20ou%20a%20%C3%8Dndia. Acesso em: 03.05.2024.

DAVID, A. O. CUNHA, C. A. Da WANDER, A. E. Relações produtivas na produção de arroz pela agricultura familiar no perímetro irrigado do Rio Limpopo, Moçambique. Revista Grifos, v. 31, n. 56, 2022. Disponível em: http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1138091. Acesso em: 23.12.2024.

DE OLIVEIRA, Alexandra Maria; PEREIRA, Raimundo Castelo Melo. Campesinato e uso da terra no semiárido cearense. **Geografia**, v. 36, n. 2, p. 237-250, 2011. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/5126/5121. Acesso em: 10.01.2025.

DE OLIVEIRA, ARIOVALDO UMBELINO. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. 2007.Disponível em:

DELCANO, Rubilson Velho. DEBATENDO A TERRA NA ÁFRICA: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO COLONIALISMO E NEOLIBERALISMO NA TRANSIÇÃO AGRÁRIA DE GUINÉ-BISSAU. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 5, n. 10, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/100855/60705. Acesso em: 15.12.2024.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. 2000. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 05.08.2024.

DJALÓ, Amadu - **A descolonização do conhecimento: lógicas comunitárias de inclusão social e construção do conhecimento: a comunidade Bijagó e Huaorani**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2019. Dissertação de mestrado. 30-Dez-2019.Disponível em www:http://hdl.handle.net/10071/19650. . Acesso em: 20.04.2024.

DO NASCIMENTO, Aline Penha. ARROZ NEGRO AFRICANO E AS PAISAGENS TROPICAIS DAS AMÉRICAS. Disponivel em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA127_ID338319112021235118.pdf. Acesso em: 20.04.2024.

DOMINGOS, Luis Tomas. **A visão africana em relação a natureza**. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html. Acesso em: 07.06.2024.

DOS SANTOS, Régis Ricci. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E AS RELAÇÕES CAMPONESAS DE PRODUÇÃO THE TERRITORIAL MANIFESTATION AND THE CAPITAL IN THE RELATIONSHIPS PRODUCTION FARMERS. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 2, n. 3, p. 40-54, 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180503231925id_/http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11800/8415. Acesso em:10.01.2025.

DOS SANTOS, Régis Ricci. a territorialização do capital e as relações camponesas de produção the territorial manifestation and the capital in the relationships production farmers. **campo-território: revista de geografia agrária**, v. 2, n. 3, p. 40-54, 2007.

DOWBOR, Ladislau. Guiné-Bissau. **A busca da Independência econômica.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. Disponível em: https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/08/03guine.pdf. Acesso em: 07.10.2024.

DULLEY, Richard Domingues. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais**. *Agricultura em São Paulo, São Paulo*, 2004, 51.2: 15-26. Disponível em: https://codap.ufs.br/uploads/page_attach/path/8695/8__DOC_3__ANO_TEXTO_NO__O_DE_NATUREZA__AMBIENTE__ETC..pdf. Acesso em: 20.05.2024.

DW. Campanha de caju 2024. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/campanha-

de-caj%C3%BA-2024-arranca-oficialmente-na-guin%C3%A9-bissau/a-68536483. Acesso em: 15.03.2025.

EMBRAPA. Cultivo do arroz: Estatística da produção. Página inicial. Disponível em: https://www.embrapa.br/estatistica-de-producao . Acesso em: 12.09.2025.

FELDENS, F. O. **Homem a Agricultura a História**. 1ª edição. Lajeado/RS. Editora, 2018. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/246/pdf_246.pdf. Acesso em: 25.01.2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012.

FRANÇA, M.; BARBOSA, António Alcalá. **Agro-negócio do arroz na Guiné-Bissau**. **Trade and Investment Promotion Project (TIPS)—USAID**, 1995. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pnabz842.pdf. Acesso em: 20.04.2024.

FULANO, Leoníldia dos Anjos Fidalgo. Turismo cultural e os seus impactos nas comunidades receptoras: Kazunguidwe-zunguidwe kwa makhalidwe na bzithandauzo bzace kumadiamento ya anyakutambira. **NJINGA e SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, v. 3, n. 2, p. 63-76, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GÖRNE, Michael Georg. **S.O.G.A. Capacitar comunidades em Portugal e na Guiné-Bissau para a sustentabilidade**. Centro de Estudos Internacionais. Lisboa. 2019. **Goud Benoit**, **Mafra R.**, **Majella G.**, **Sautier Denis**. Opções para o desenvolvimento da agricultura familiar na zona da Mata de Pernambuco 1997. Montpellier: CIRAD-SAR, 142 p. , N° de rapport : CIRAD-SAR N°57/97. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/313276/1/ID313276.pdf. Acesso em: 16.12.2024.

GOTSCH, Ernst. **Homem e natureza: cultura na agricultura**. Centro de Desenvolvimento Agroecológico, 1995. Disponível em: https://www.nossacasa.net/biblioteca/homem_e_natureza_gotsch.pdf. Acesso em: 20.01.2026.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

_____, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. RJ: Bertrand, 2014.

HOLLINGER, Frank; STAATZ, John M. Agricultural Growth in West Africa. **Market and policy drivers. FAO, African Development Bank, ECOWAS. Pobrano październik**, 2015. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/1dfd6cfc-1eff-417f-8651-0a916d5f297f/content. Acesso em: 20.12.2024.

INDJAI, Bucar. **O saber local sobre a utilização das plantas medicinais na Área Marinha Protegida Comunitária da Ilhas Urok (Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós, Guiné-Bissau)**. 2017. Tese de Doutorado. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/23211/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Mestrado_ANC_Final_Indjai_2017.pdf. Acesso em: 09.05.2024.

INE - Análise dos dados do Inquérito Agropecuário 2008/2009.

INE – documentos da agricultura. Disponível em: https://www.stat-guinebissau.com/Menu_principal/Pubica%C3%A7%C3%B5es/relatorios.html. Acesso em: 10.01.2025.

INE – Região de Bolama, dados demográficos.

JORDAN, Paul: O homem primitivo, 2001.

JUNIOR, R. dos S. B. O ARROZ DE VENEZA E OS TRABALHADORES DE GUINÉ: A lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, *[S. l.]*, v. 8, n. 12, 2011. DOI: 10.18817/ot.v8i12.55. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/55. Acesso em: 8 jan. 2025.

JUNIOR, João Feres. Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico. 2010.

KAUARK, F. Da Silva. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna / Bahia, 2010.

KÓR, Dionísio Gomes et al. Regimes do cultivo tradicional do arroz da etnia Manjaca no setor de Calequisse, região de Cacheu, Guiné-Bissau: terras altas e várzeas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 3, p. 209-220, 2023.

LÉVÊQUE, Pierre: As primeiras civilizações da idade da pedra aos povos semitas. Edição 70, LDA. Setembro de 2012;

LIEPIETZ, Alain. **A Ecologia Política, solução para a crise da instância política**? Editorial/Editor: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Capitolo do livro. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930021553/2lipietz.pdf. Acesso em: 20.05.2024.

LIMA, Antônia Francisca; DE ASSIS SILVA, Edvânia Gomes; DE FREITAS IWATA, Bruna. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. Disponivel em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332/294. Acesso em: 20.11.2024.

LIMA, Rafael Hydalgo Passeri. Interação genótipo x ambiente em ensaios de valor de cultivo e uso em cultivares de arroz vermelho. 2019. 60 f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Instituto de Agronomia, Departamento de Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2019. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9995. Acesso em: 18.12.2024.

LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza; CORRÊA, Alexandre de Souza; WENNINGKAMP, Keila Raquel; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; ALENCAR, José João de. Modernização agrícola do Paraná. **Revista de Política Agrícola**, *[S. l.]*, v. 25, n. 3, p. 21–35, 2016. Disponível em: https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/1153. Acesso em: 19 fev. 2026.

MANCAL, Ansu; BARROS, Geraldo Sant Ana de Camargo. **A produção, o desempenho e o comércio internacional do setor agrícola da África Ocidental**. 2018. Universidade de São Paoulo. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/72009269/Ansu_Mancal-libre.pdf? Acesso em: 20.06.2024.

MARCHESE, Vinicius Francisco; RODRIGUES, Viviane Mozine; CELANTE, Suelem Simão Alves. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL E O RISCO AMBIENTAL E EXISTENCIAL PARA OS PESCADORES ARTESANAIS: O INÍCIO DE UM DEBATE. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 4492-4507, 2019. Disponível em: 20.06.2024.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo Uerj**, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. Universidade Estatal Paulista (UNESP), 2010. Disponível em: https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2018/07/Hist%C3%B3ria-das-agriculturas-no-mundo-do-neol%C3%ADtico-%C3%A0-crise-contempor%C3%A2nea-Livro-em-PDF.pdf. Acesso em: 25.01.2025.

MEDINA, Nambú. **O ecossistema orizícola na Guiné-Bissau: principais constrangimentos à produção na Zona I (regiões de Biombo, Cacheu e Oio) e perspectivas**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnica de Lisboa (Portugal). Disponível em: https://www.proquest.com/openview/f3707ecc06bed3698f33d6d11a844765/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em: 10.01.2025.

MENDES FERNANDES, Raul**. O espaço e o tempo no sistema político Bidjogó**. Soronda, v. 8, p. 5-22, 1989.

MENDES, Jorge. Modernização da agricultura e situação atual dos agricultores da região de Tombali, província Sul, Guiné-Bissau Modernização da agricultura e situação atual dos agricultores da região de Tombali, província Sul, Guiné-Bissau. 2021. UFRGS. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Disponível em:

https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/234543/001136013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 02.12.2024.

MENDES, Jorge; DE ANDRADE MIGUEL, Lovois. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Guiné-Bissau: reflexões acerca da situação socioeconômica e produtiva da agricultura na região de Tombali, província Sul. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v.17, p.126, e 023005, jan./dez.2022. Disponíveml em: https://www.revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/316/401. Acesso em: 11.12.2024.

MENEZES, Bruna Rafaela da Silva et al. Caracterização morfoagronômica em arroz vermelho e arroz de sequeiro. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 41, p. 490-499, 2011. https://www.scielo.br/j/pat/a/gBH6fPdxFY7hgmg9NbFDZtH/?format=pdf&lang=pt.

MENEGAES, Janine Farias; FERREIRA, Carla Fernanda; MOCCELLIN, Renata. Plantas ornamentais: conceitos básicos de cultivo. **Nova Xavantina: Pantanal. 144p**, 2022.

METZ, Tadeu. **Para uma teoria moral africana**. Revista de Filosofia Política , v. 15, n. 3, 2007. Dispónivel em: https://philpapers.org/archive/METTAA.pdf. Acesso em: 07.06.2024.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGUEL, Lovois de Andrade et al. Fundamentos para o estudo das unidades de produção agrícola. **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola. Cap. 1, p.[13]-47.**, 2022. . diaponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/240215/001137894.pdf?sequence=1. Acesso em: 25.01.2025.

MONTEIRO, Marcelino Armindo; BIDARRA, Zelimar Soares; PIFFER, Moacir. A estratégia top-down da política pública de agricultura familiar na Guiné-Bissau. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 55–78, 2020. DOI: 10.7867/2317-5443.2020v8n2p55-78. Disponível em: https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/6476. Acesso em: 23 dez. 2024.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; LIMA, Wuelliton Felipe Peres. Territórios de Resistência: ações dos movimentos socioterritoriais agrários e urbanos contra processos de desterritorialização na pandemia. **Revista NERA**, v. 28, n. 01, p. e10721, 2025. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/nera/a/vLt7PHYX44sCMYWfd5tPYfc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20.01.2026.

MUELLER, Charles C.; MARTINE, George. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil-A década de 1980. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 407-427, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/XRjhNSmJGQg7ZKvXHQ8nnPm/. Acesso em: 25.01.2025

NETTO, Marcos Mergarejo. A agricultura familiar e sua organização. **Acta Geográfica**, v. 2, n. 4, p. 17-30, 2008. Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/194/371. Acesso em: 25.01.2025.

NHAGA, Marcos - **A Produção E A Transformação De Caju E O Seu Impacto Ambiental: a situação atual na Guiné-Bissau. Dissertação de mestrado**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017.

NICOLODI, Margarete et al. Insuficiência do conceito mineralista para expressar a fertilidade do solo percebida pelas plantas cultivadas no sistema plantio direto. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 32, p. 2735-2744, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcs/a/3MmcSwnv9w8YCWkZLDVscjh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20.01.2026.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. **A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre, RS: UFRGS**, p. 57-81, 2006. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232207/000717534.pdf?seq#page=60. Acesso em: 25.01.2025.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro de. A sujeição da renda da terra camponesa. 2012. Dissertação - Universidade Federal de Sergipe UFS. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/5484. Acesso em: 10.01.2025.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. Território e economia política - uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. 2011. 448 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/105057. Acesso em: 09.09.2024.

PEREIRA, J. A. et al. O Arroz e outros elementos culturais da Guiné-Bissau. 2008. Teresina: Embrapa Meio-Norte. Disponível em: http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/70729. Acesso em: 08.01.2025.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004. Acesso em: 25.01.2025.

PINHEIRO, ÉRICA MARIA BEZERRA. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2014) - Universidade Estadual do Ceará, , 2014. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84686> Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

PINTO, Paula. **Tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento**. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto (Portugal). Disponível em: https://www.proquest.com/openview/b22ddcfc13050ffdec4cebfb3e5e9adb/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em: 05.10.2024.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E. C**. Metodologia do trabalho cientico: métodos e tecnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ªEdição, Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, 2013.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In:

LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RADIO VOZ DE POVO: **Agência Nacional de Caju se reuniu hoje com um Grupo de comerciantes da fileira de Caju, para debruçar sobre a castanha remanescente da campanha anterior 2022 e perspectivar a presente campanha 2023**. https://www.facebook.com/radiovozdopovogb/videos/encontro-entre-ag%C3%AAncia-nacional-de-caju-da-guin%C3%A9-bissau-e-grupo-de-comerciantes-/894453828338171/. Acesso em 28.04.2026.

Rodrigues Gois, G., & de Andrade Miguel, L. O papel da agricultura e do trabalho não agrícola na reprodução socioeconômica de famílias quilombolas na região da Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul, Brasil, 2019. *Eutopía. Revista De Desarrollo Económico Territorial*, (15), 169 - 191. Disponível em: https://doi.org/10.17141. Acesso em: 20.01.2025.

ROSÁRIO, Nelson Maria; NDAVA, Alex Orlando. Agricultura e transferência de tecnologia: o caso projeto Wanbao no Regadio do Baixo Limpopo, Gaza-Moçambique. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 18, n. 50, p. 185-208, 2022. Disponível em: 10.3895/rts.v18n50.14079. Acesso em: 01.01.2025.

SANÓ, Lassana. **A Valorização o do conhecimento das mulheres sobre a gesta o tradicional das conchas no Arquipélago dos Bijagós,** 2020**.** Sociólogo**.** Disponível em: **https://wli.wwt.org.uk/wpcontent/uploads/2020/12/relatorio_conchas_urok_paginacao_020218_ma-1.pdf.** Acesso em: 20.04.2024.

SANTOS, Hellen Cristina dos. A comunidade Camponesa do Salgado no contexto da territorialização do capital em Quirinópolis – GO. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3757. Acesso em: 10.01.2025.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **A territorialização dos conflitos e das contradições**: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022010-143918/en.php. Acesso em: 25.01.2025.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. Território, Territórios: ensaio sobre o Ordenamento Territorial. (2007b), Capítulo 1: Editora Lamparina, 2007, p.13-21.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de

1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, 2010.
SCANTAMBURLO, Luigi. **Etnologia dos Bijagós da ilha de Bubaque**. Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991. Disponível em: http://pascal-francis.inist.fr/vibad/index.php?action=getRecordDetail&idt=6516398. Acesso em: 20.04.2024.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva M. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica. Itabuna**, v. 19, p. 21-30, 2007. Disponível em: :https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/revista-agrotropica/revista/agrotropica-2007v19nunico.pdf#page=24. Acesso em: 25.01.2025.

SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Ed. da UFRGS, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232207/000717534.pdf?seq. Acesso em: 25.01.2025.

SCHOLL, Camille Johann. "**O enigma bijagó": saberes coloniais em disputa no centro de estudos da guiné portuguesa** (1946-1967). Mestrado em história. Porto Alegre 2017.
SECA, Abdulai Ismail et al. **A expansão do cultivo do Caju e seus impactos ambientais e econômicos na Guiné-Bissau**. 2020. Universidade Federal do Amazonas

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIDERSKY, Pablo. As relações de trabalho numa sociedade de cultivadores de arroz da Guiné-Bissau: O caso dos Balantas da região de Trombali. **África**, *[S. l.]*, n. 9, p. 34–52, 1986. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i9p34-52. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/95906.. Acesso em: 8 jan. 2025.

SILVA, Renata de Araújo. Sustentabilidade dos produtores de castanha de caju no litoral norte cearense. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/56429/5/2019_dis_rasilva.pdf. Acesso em: 20.01.2026.

SILVA, Leonardo Xavier Da; COSTA, Ana Monteiro. Modernização agrícola e desenvolvimento econômico: reavaliando os modelos de Schultz e Paiva. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.22004/ag.econ.149274. Acesso em: 20.01.2026.

SILVA, J. **Os conceitos de monopolização do território e de territorialização do capital a partir da perspectiva da geografia agrária**. Revista Rural e Urbano, v.9, n1, 2024. p. 366-387. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/. Aceso em: 09.04.2026.

TEMPELS, Placide**. A filosofia bantu**. Tradução: Almeida A. Mingas e Zavoni ntondo.Faculdades de letras-UAN. Edição de Angola Lda. Março de 2016.

THIAGO Moraes e GERALDO Torrecillas, «Por uma nova economia política – notas críticas à teoria neoclássica, ao direito económico e à política económica», *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 11 | 2013. Disponível em: URL:

http://journals.openedition.org/ras/327; DOI: https://doi.org/10.4000/ras.327. Acesso em: 03.08.2024.

TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo. Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. **Geografia (Londrina)**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 483–494, 2010. DOI: 10.5433/2447-1747.2003v12n1p483. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6708. Acesso em: 17 fev. 2026.

TORRE et all. O Pensamento decolonial: das raízes do debate a uma proposta de método. **Revista X**, v. 17, n. 1, p. 341-371, 2022.

TUBENTO, Medilanda Eliseu Amos. Sistema de Matriarcado nos Arquipelagos dos Bijagos, 2023. 137 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia UFC/UNILAB. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/72940. Acesso em: 10.01.2025.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalicação**. UFRGS Editora, 2008. Disponível em: https://edepot.wur.nl/424203. Acesso em: 10.01.2025.

VIEIRA-DA-SILVA, Camila; MIGUEL, L. de A. Extrativismo e abordagem sistêmica. **Novos Cad. do NAEA**, v. 17, p. 189-217, 2014. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/5bf1/1332fe8a7623c054f7618363970116181a8b.pdf. Acesso em: 20.01.2026.

WIREDU, Kwasi. **Fundamentos morais de uma cultura africana. Pessoa e comunidade: estudos filosóficos ganenses** , v. 1, p. 192-206, 1992. Disponível em: https://etica.uazuay.edu.ec/sites/etica.uazuay.edu.ec/files/public/Moral%20Reasoning%20A%20Text%20and%20Reader%20on%20Ethics%20and%20Contemporary%20Mor. Acesso em: 04.06.2024.

YEROS, Paris. **Semiproletarização generalizada na África**. Princípios, v. 41, n. 165, p. 97-125, 2022. (UFABC). Disponível em: https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.006. Acesso em: 15.06.2024.